

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	165
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	166
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	168
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	169
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	170
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	11.975.061
Preferenciais	0
Total	11.975.061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.891.609.375	1.782.539.204
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.578.233	173.400.752
1.01.01	Caixa	28.560.165	14.239.838
1.01.02	Aplicações de Liquidez	34.018.068	159.160.914
1.02	Ativos Financeiros	1.689.094.152	1.486.913.509
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	62.750.084	60.308.542
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	7.370.573	13.530.874
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	4.016.482	9.999.449
1.02.02.02	Derivativos	3.354.091	3.531.425
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	242.466.401	249.646.301
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	242.466.401	249.646.301
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.376.507.094	1.163.427.792
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	85.663.713	77.197.162
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	529.262.747	346.970.027
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	24.859.753	22.770.439
1.02.04.04	Operações de Crédito	683.931.227	669.332.086
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-46.904.292	-47.314.670
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	99.693.946	94.472.748
1.03	Tributos	64.540.196	64.737.934
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	8.055.823	7.812.278
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	56.484.373	56.925.656
1.04	Outros Ativos	28.021.685	10.944.189
1.04.03	Outros	28.021.685	10.944.189
1.05	Investimentos	34.687.403	32.363.137
1.05.01	Participações em Coligadas	5.681.862	5.448.436
1.05.03	Participações em Controladas	28.831.639	26.748.816
1.05.05	Outros Investimentos	173.902	165.885
1.06	Imobilizado	7.777.455	8.023.960
1.06.01	Imobilizado de Uso	19.527.825	19.515.238
1.06.03	Depreciação Acumulada	-11.750.370	-11.491.278
1.07	Intangível	4.910.251	6.155.723
1.07.01	Intangíveis	13.806.373	13.693.901
1.07.03	Amortização Acumulada	-8.896.122	-7.538.178

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.891.609.375	1.782.539.204
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	4.494.772	5.213.967
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	4.494.772	5.213.967
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.678.042.709	1.589.702.834
2.02.01	Depósitos	1.678.042.709	1.589.702.834
2.02.01.01	Recursos de instituições financeiras	772.107.229	691.691.613
2.02.01.02	Recursos de clientes	599.578.957	583.654.485
2.02.01.03	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	202.201.248	204.967.358
2.02.01.06	Outros passivos financeiros	104.155.275	109.389.378
2.03	Provisões	34.767.826	32.993.546
2.04	Passivos Fiscais	17.315.001	10.285.268
2.05	Outros Passivos	29.400.135	27.620.367
2.07	Patrimônio Líquido	127.588.932	116.723.222
2.07.01	Capital Social Realizado	90.000.023	90.000.023
2.07.02	Reservas de Capital	1.399.364	1.397.697
2.07.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.399.364	1.397.697
2.07.03	Reservas de Reavaliação	2.022	2.040
2.07.04	Reservas de Lucros	37.579.713	39.174.851
2.07.04.01	Reserva Legal	9.259.072	9.259.072
2.07.04.02	Reserva Estatutária	28.596.628	30.194.966
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	-275.987	-279.187
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.158.835	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.551.025	-13.851.389

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	31.186.377	47.431.866
3.01.01	Operações de Crédito	22.608.968	29.226.150
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	6.707.236	13.646.123
3.01.04	Resultado de IFD	1.805.559	3.414.364
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	-175.015	568.031
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	293.112	499.874
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-53.483	77.324
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-22.260.199	-47.529.640
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-7.885.649	-11.374.768
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-11.028.082	-29.555.358
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.346.468	-6.599.514
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	8.926.178	-97.774
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-4.917.734	693.607
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	4.572.932	4.799.850
3.04.03	Despesas com Pessoal	-5.952.598	-4.912.075
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-3.079.602	-3.214.398
3.04.05	Despesas Tributárias	-945.447	-672.831
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	1.406.183	1.681.180
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-4.275.323	-2.857.533
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.356.121	5.869.414
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	4.008.444	595.833
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	666.660	3.006.540
3.06.01	Corrente	-18.212	-10.926
3.06.02	Diferido	684.872	3.017.466
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	4.675.104	3.602.373
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	4.675.104	3.602.373
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-517.902	-413.097
3.10.01	Participações	-517.902	-413.097
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	4.157.202	3.189.276
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	1,46	1,12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	4.157.202	3.189.276
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	8.369.823	851.538
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-2.332.954	-961.245
4.02.01.01	Ganhos/perdas ã realizados s/ ativos financeiros disponíveis p/ venda	-3.684.605	-1.596.730
4.02.01.02	Ganhos/perdas realizados s/ ativos financeiros disponíveis / venda	467.583	-450.735
4.02.01.03	Efeito tributário s/ ativos financeiros disponíveis para venda	841.446	547.509
4.02.01.04	Ajustes de conversão de investimentos no exterior	42.622	538.711
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	10.702.777	1.812.783
4.02.02.01	Ganhos/perdas em remensurações de planos de benefícios	19.842.131	3.301.157
4.02.02.02	Efeito tributário em remensurações de planos de benefícios	-9.139.354	-1.488.374
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-69.459	-242.837
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-69.459	-242.837
4.03.01.01	Ganhos/perdas ã realizados s/ ativos financeiros disponíveis para venda	-296.787	-424.188
4.03.01.02	Ganho/perdas ã realizados s/ hedge de fluxo de caixa	199.203	31.130
4.03.01.03	Ganhos/perdas ã realizados s/ outros resultados abrangentes	-4.825	6.787
4.03.01.04	Efeito tributário s/ participação no resultado abrangente de investimentos	32.950	143.434
4.04	Resultado Abrangente do Período	12.457.566	3.797.977

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-101.404.353	-1.612.992
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	10.187.580	14.584.670
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	4.008.444	595.833
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	6.179.136	13.988.837
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-111.591.933	-16.197.662
6.01.02.01	(Aumento) Redução em depósitos compulsórios em bancos centrais	-2.441.543	6.988.816
6.01.02.02	(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-190.759.271	-73.611.834
6.01.02.03	(Aumento) Redução em títulos para negociação	12.459.264	4.465.189
6.01.02.04	(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	-541.859	-1.037.401
6.01.02.05	(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões	-13.769.146	-39.919.161
6.01.02.06	(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	-3.346.180	-6.655.094
6.01.02.07	(Aumento) Redução em outros ativos	-18.422.964	-2.184.817
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-328.275	-16.626
6.01.02.09	(Redução) Aumento em recursos de clientes	15.450.404	5.871.446
6.01.02.10	(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras	73.309.715	102.162.367
6.01.02.11	(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	2.088.311	-22.226.548
6.01.02.12	(Redução) Aumento em outros passivos financeiros	-5.396.933	11.258.081
6.01.02.13	(Redução) Aumento em outros passivos	20.106.544	-1.292.080
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.356.875	14.196.343
6.02.01	Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-72.784.611	-25.891.485
6.02.02	Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	69.153.927	37.632.119
6.02.03	Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-1.079.481	-819.814
6.02.04	Alienação de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	948.877	36.468
6.02.05	Dividendos recebidos de coligadas e controladas	1.644.872	4.433.625
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso	-142.717	-142.980
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	60.121	8.377
6.02.10	Aquisição de intangíveis	-157.863	-1.059.967
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.595.053	6.348.528
6.03.01	(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada	-8.869.340	359.543
6.03.02	(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	-70.132	7.748.936
6.03.03	Juros sobre o capital próprio pagos	-1.655.581	-1.759.951
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.533.761	7.394.635
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-110.822.520	26.326.514
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	173.400.753	69.713.238
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.578.233	96.039.752

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.598.338	0	1.615	0	-1.596.723
5.04.06	Dividendos	0	0	-212.107	0	1.615	0	-210.492
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	1.615	0	1.615
5.04.06.02	Destinação do lucro - Dividendos	0	0	-212.107	0	0	0	-212.107
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-1.386.231	0	0	0	-1.386.231
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	4.157.202	8.300.364	12.457.566
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	4.157.202	0	4.157.202
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	8.300.364	8.300.364
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.867	0	-18	18	0	4.867
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.867	0	0	0	0	4.867
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	4.867	0	0	0	0	4.867
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-18	18	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-18	18	0	0
5.07	Saldos Finais	90.000.023	1.123.377	37.855.700	2.022	4.158.835	-5.551.025	127.588.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.440	0	15	0	-517.425
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	15	0	15
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	15	0	15
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-517.440	0	0	0	-517.440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	3.189.276	608.701	3.797.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	3.189.276	0	3.189.276
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	608.701	608.701
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	43.929	0	-17	17	0	43.929
5.06.01	Constituição de Reservas	0	43.929	0	0	0	0	43.929
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	43.110	0	0	0	0	43.110
5.06.01.02	Oferta subsequente de ações (follow on)	0	819	0	0	0	0	819
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-17	17	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-17	17	0	0
5.07	Saldos Finais	67.000.000	1.084.572	53.616.695	2.152	3.189.308	-22.672.247	102.220.480

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	30.266.729	44.163.780
7.01.01	Intermediação Financeira	31.186.377	47.431.866
7.01.02	Prestação de Serviços	4.572.932	4.799.850
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-3.346.468	-6.599.514
7.01.04	Outras	-2.146.112	-1.468.422
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-18.913.731	-40.930.126
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.674.387	-1.849.098
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-135.449	-147.533
7.03.02	Serviços de Terceiros	-237.425	-219.868
7.03.04	Outros	-2.301.513	-1.481.697
7.03.04.01	Comunicações	-109.688	-174.380
7.03.04.02	Processamento de Dados	-193.746	-218.719
7.03.04.03	Transporte	-136.853	-165.963
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-280.189	-279.202
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-224.542	-188.121
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-70.083	-88.298
7.03.04.07	Manutenção e Conservação de Bens	-243.375	-245.213
7.03.04.08	Outras	-83.843	-121.801
7.03.04.09	Perdas por redução ao valor recuperável	-959.194	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	8.678.611	1.384.556
7.05	Retenções	-790.904	-758.164
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-790.904	-758.164
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.887.707	626.392
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.356.121	5.869.414
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.356.121	5.869.414
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.243.828	6.495.806
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	11.243.828	6.495.806
7.09.01	Pessoal	5.887.498	4.770.401
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.370.273	3.249.175
7.09.01.02	Benefícios	815.702	822.598
7.09.01.03	F.G.T.S.	180.797	162.626
7.09.01.04	Outros	520.726	536.002
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	861.790	-1.778.935
7.09.02.01	Federais	605.988	-2.044.246
7.09.02.02	Estaduais	470	429
7.09.02.03	Municipais	255.332	264.882
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	337.338	315.064
7.09.03.01	Aluguéis	337.338	315.064
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	4.157.202	3.189.276
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.386.231	517.440
7.09.04.02	Dividendos	212.107	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.558.864	2.671.836

Comentário do Desempenho



Relatório da Administração 1T21

Carta da Administração

Senhoras e senhores,

A indústria bancária vive tempos de desafios de diversas naturezas, tanto na estratégia de compartilhamento de mercado, com novos agentes altamente competitivos, como na mudança da própria estrutura de atuação para se antecipar às inovações tecnológicas em curso. Entre os exemplos desse novo mundo destacam-se o desenvolvimento do sistema Pix e, mais recentemente, o open banking, que demandam e trazem oportunidades para a criação de novos modelos de negócio em um ambiente financeiro cada vez mais complexo.

Diante deste cenário é fundamental manter nosso comprometimento junto aos clientes pessoas físicas e jurídicas, bem como junto aos nossos mais de 887 mil acionistas, que confiam na nossa capacidade de se adequar às inovações tecnológicas e regulatórias com geração de valor.

Fazemos parte da história de crescimento do Brasil e em mais de dois séculos passamos pelos diversos períodos da história, enfrentando e superando crises, com tenacidade e resiliência, alicerçadas no reconhecimento e reputação da nossa marca, além da capacidade de inovar, para competir no mercado e merecer o respeito de milhões de brasileiros.

Queremos entregar a melhor experiência para os nossos clientes e para isso estamos totalmente focados em inovação para viabilizar a integração do físico e digital, para garantir que nossos clientes encontrem o BB sempre disponível no canal de sua preferência. Com isso, o atendimento de excelência é nosso principal diferencial competitivo e se reflete numa maior satisfação a partir da melhor experiência.

Temos investido na aceleração da nossa transformação digital. Desde 2016 foram investidos mais de R\$ 18,5 bilhões em tecnologia. Finalizamos março com 20,8 milhões de clientes ativos nos canais digitais, 4,3 milhões superior ao mesmo período de 2020. Nossos clientes contam com a ferramenta de conversa por texto no App BB conhecida como Fale.Com, para contactar seus gerentes, sendo que 7,2 milhões de atendimentos foram realizados no 1T21 e ainda, temos o App de banco no Brasil mais bem avaliado pelos usuários das lojas do Google e da Apple.

Reforçamos a cada ciclo nosso compromisso com a sustentabilidade. Ela está presente na dinâmica do nosso dia a dia, integrada à gestão dos negócios e dos processos, e materializada em nosso plano de sustentabilidade. Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), que permitem ações de antecipação e de gerenciamento de riscos/oportunidades e realização de negócios cada vez mais sustentáveis. Estabelecemos 10 compromissos de longo prazo em sustentabilidade, que envolvem as frentes de Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG.

Para os próximos períodos, concentraremos esforços em iniciativas estruturantes, com os seguintes destaques:

- Acelerar a transformação digital e a inovação, para entregar a melhor experiência aos nossos clientes;
- Buscar a integração de todos os canais da empresa (físico e digital), garantindo aos nossos clientes uma experiência única (visão *omnichannel*);
- Fortalecer as linhas de negócios rentáveis do Banco buscando ampliar a base de clientes;
- Compromisso integral com a austeridade e a eficiência na gestão de despesas e investimentos;
- Priorizar a cadeia de valor do agronegócio, as micro e pequenas empresas, o crédito à pessoa física e o comércio exterior;
- Efetuar alianças e parcerias estratégicas para ampliar competências que permitam a expansão dos resultados;
- Realizar desinvestimentos e reorganização societária em negócios com baixa complementariedade;
- Ampliar a atuação da Fundação Banco do Brasil, atraindo parceiros privados e públicos para programas estruturantes nas áreas de educação, saúde e assistência social.
- Investir em treinamento de alta performance, no Brasil e exterior, para qualificar ainda mais nossos jovens gestores e executivos; e
- Valorizar as pessoas, resgatar o "orgulho de ser BB" e aumentar a retenção de talentos.

Não podemos deixar de reconhecer o valor inestimável de nossos funcionários, com sua capacidade de superar desafios, de se reinventar, de encantar nossos clientes e contribuir para o desenvolvimento do país. De forma especial, agradecemos aos funcionários da rede de agências pois sua dedicação na linha de frente do atendimento durante a pandemia garante a continuidade da prestação de serviços essenciais para os nossos clientes.

Com tudo isso, mantemos nosso compromisso em buscar eficiência, lucros crescentes e rentabilidade compatível com as principais instituições financeiras. Um Banco competitivo a serviço do desenvolvimento do Brasil, promovendo a melhor experiência aos nossos clientes e o retorno adequado aos acionistas.

Atuação na pandemia

Atuamos de forma a prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, a partir de ações que visam apoiar o país a superar este momento de dificuldades. Reforçamos o compromisso de manutenção dos cuidados necessários com a saúde dos nossos funcionários, ao mesmo tempo que mantemos os esforços voltados para o atendimento dos clientes e da população em geral.

Reconhecemos o empenho e a força dos nossos colaboradores que têm trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade, com todas as medidas necessárias para manter o atendimento presencial seguro. Com o surgimento da pandemia, o home office (trabalho remoto), que já havia sido iniciado como uma possibilidade, em plano-piloto, em 2019, foi consolidado. Milhares de funcionários passaram a trabalhar de casa a partir de março de 2020, sem perda de produtividade.

Além disso, reforçamos os investimentos em tecnologia e em segurança da informação, para o atendimento digital. Intensificamos o uso de inteligência artificial, Big Data e Analytics por meio de múltiplos pontos de escuta para aprimorar a compreensão sobre o cliente, bem como sua experiência.

Somos o agente financeiro preferido dos estados e municípios. A ação estratégica para expansão dos domicílios bancários com recursos federais da saúde atingiu a marca de 3.307 estados e municípios que optaram receber pelo BB os repasses do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Neste ano, já fomos escolhidos por 44 municípios, totalizando mais R\$ 371 milhões internalizados no BB.

Fomos reconhecidos pelo BNDES como agente financeiro destaque nas medidas emergenciais durante a pandemia, com a linha PEAC Maquininha. O reconhecimento também considera que o BB foi o que melhor informou sobre o produto nas plataformas digitais de relacionamento com clientes. Na linha PEAC Maquininha, apoiamos mais de 76 mil empreendedores brasileiros, num montante de R\$ 2,1 bilhões.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

O Banco do Brasil conta com uma base de mais de 887 mil acionistas, sendo 98,2% pessoas físicas e 1,8% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2018 e março de 2021 nossa base de acionistas PF cresceu de 342 mil para 837 mil. Tal feito demonstra a confiança de nossos acionistas e a solidez de nossa empresa em cenários de maior volatilidade.

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representaram 2,27% do Ibovespa para o último quadrimestre. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de março, era assim distribuída:

Tabela 1. Composição Acionária

	Mar/21
Total	100,00%
(a) União Federal	50,00%
(b) Ações em circulação (Free Float)	49,57%
PF	15,28%
PJ	12,81%
Capital Estrangeiro	21,49%
Demais ¹	0,43%
Free Float Ex-Demais (%) - b/(a+b) ¹	49,79%

(1) Demais é composto por Ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e ações referentes a incorporação do BNC e BESC.

Tabela 2. Indicadores de Mercado

	Mar/21	Dez/20
Valor Patrimonial por Ação - BBAS3 (R\$)	44,71	40,91
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	30,45	38,80
Cotação ADR (US\$)	5,41	7,56

1. Estratégia Corporativa

A Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) é elaborada por meio de processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas, o que fortalece as decisões sobre a atuação da Empresa para os próximos cinco anos.

Colocamos o cliente no centro da nossa atuação e de nossas decisões, em todos os níveis organizacionais, de forma a propiciar-lhe a melhor experiência. Para isso, buscamos continuamente tornar o BB seu principal banco de relacionamento, aprimorando a oferta de soluções personalizadas e inovadoras e atendendo-os onde e como desejarem.

Queremos ser um banco competitivo, rentável, eficiente e inovador. Para isso, primamos pela otimização da alocação de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da nossa estrutura, novos negócios e fontes de receita, bem como pela aceleração da transformação cultural e intensificação do uso de dados.

Temos consolidado dia-a-dia, junto aos nossos funcionários, um dos principais componentes da Estratégia Corporativa Banco do Brasil, o Propósito de “Cuidar do que é valioso para as pessoas”. Isso significa que nosso foco recai sobre as pessoas e o que importa para elas (retorno sobre investimentos, segurança, preservação do patrimônio, realizações etc), e não simplesmente sobre nossos produtos e serviços. Pessoas, por sua vez, abrangem todos os nossos *stakeholders*, ou seja, clientes, acionistas, funcionários e a sociedade como um todo.

Os valores constituem princípios que guiam a organização, enfatizando o foco no cliente, a eficiência, a inovação, o senso de dono, a ética, a confiabilidade e o espírito público. Com valores organizacionais sólidos, buscamos transformar em atitudes a contribuição de cada um para a perenidade da Empresa.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável”.

Para nos guiar nessa direção, o Banco do Brasil definiu seus principais objetivos estratégicos para os próximos cinco anos, os quais estão distribuídos em cinco perspectivas:

- Clientes: colocamos o cliente no centro da estratégia e assumimos o compromisso de ser para ele o banco mais relevante, proporcionando-lhe a melhor experiência e priorizando ações que ampliem negócios e favoreçam o aumento da satisfação, da retenção e da atração de novos clientes.
- Financeira: priorizamos o crescimento da rentabilidade de forma sustentável e buscamos otimizar a alocação do capital.
- Sustentabilidade: promovemos em cada ação o compromisso com a sustentabilidade, com a adoção das melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança.
- Processos: aceleramos a transformação digital e a inovação, evoluindo no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores e integrados à experiência do cliente.
- Pessoas: buscamos transformar a cultura organizacional com foco no cliente, na inovação e na meritocracia.

2. Sustentabilidade Empresarial e Governança Corporativa

A sustentabilidade está incorporada em nossa estratégia, que tem por premissa a integração da geração de valor econômico à transparência, à governança corporativa e à responsabilidade socioambiental.

O BB acredita na capacidade de desenvolver e ofertar produtos e serviços voltados para uma economia de baixo carbono e inclusiva, que possam agregar cada vez mais qualidade e inovação ao atendimento de nossos clientes e

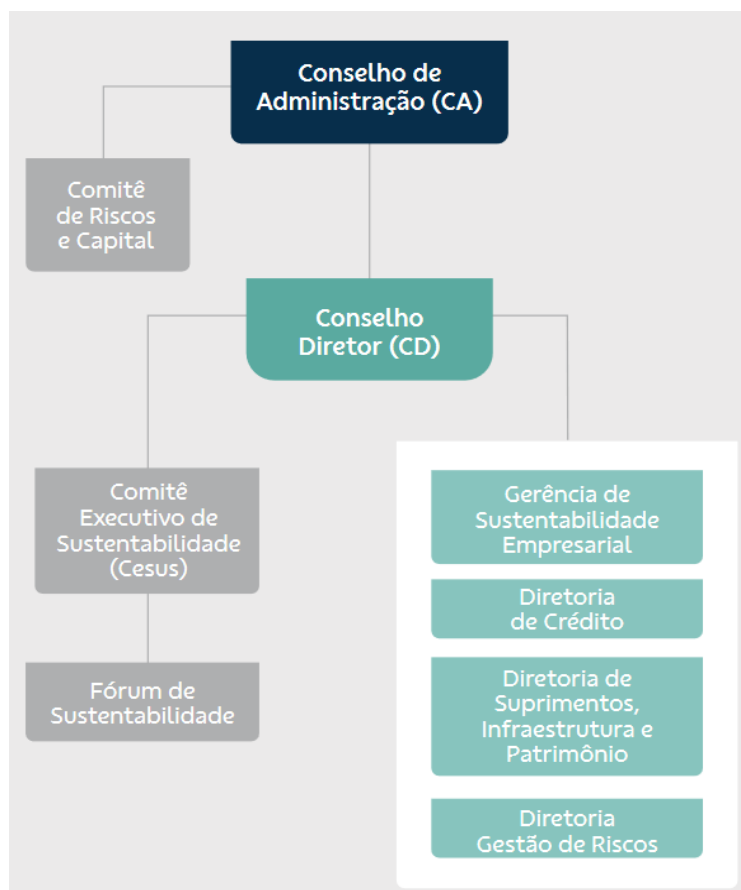
promover menor impacto social e ambiental, de fortalecer a governança corporativa, a gestão da ética e a transparência; de desenvolver o capital humano, valorizar a diversidade e aprimorar as práticas ambientais e de ecoeficiência, assegurando o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais.

O Banco desenvolve ações em sustentabilidade há muitos anos, o que permitiu evoluir e obter reconhecimento pelas diversas partes interessadas. Os prêmios e a qualificação em índices de sustentabilidade e rankings e ratings ASG globais e nacionais reforçam nossa posição de destaque no tema. Esse processo está amparado em um Plano de Sustentabilidade que, desde 2005 estabelece ações e indicadores socioambientais e de governança que envolvem toda a empresa em sua realização.

Denominado Agenda 30 BB, nosso Plano de Sustentabilidade contribui para o aprimoramento de negócios e práticas administrativas com o objetivo de gerar resultados sustentáveis no curto, médio e longo prazos. A nova versão do Plano, a Agenda 30 BB 2021-2023, foi atualizada a partir da avaliação de boas práticas e tendências em sustentabilidade, índices de mercado, ratings em sustentabilidade, demandas dos públicos de relacionamento, padrões internacionais e direcionadores estratégicos. A Agenda conta com 40 ações e 110 indicadores, que impactam positivamente a estratégia de negócios e a agenda global do desenvolvimento sustentável.

Em 2021 foi criado o Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus), subordinado ao Conselho Diretor e composto por vice-presidentes e diretores e que tem, dentre outros objetivos, decidir sobre o Plano de Sustentabilidade do Banco – Agenda 30 BB, orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios, definir diretrizes para o tema, além de conferir uma visão multidisciplinar às tomadas de decisão.

Figura 1. Governança em Sustentabilidade



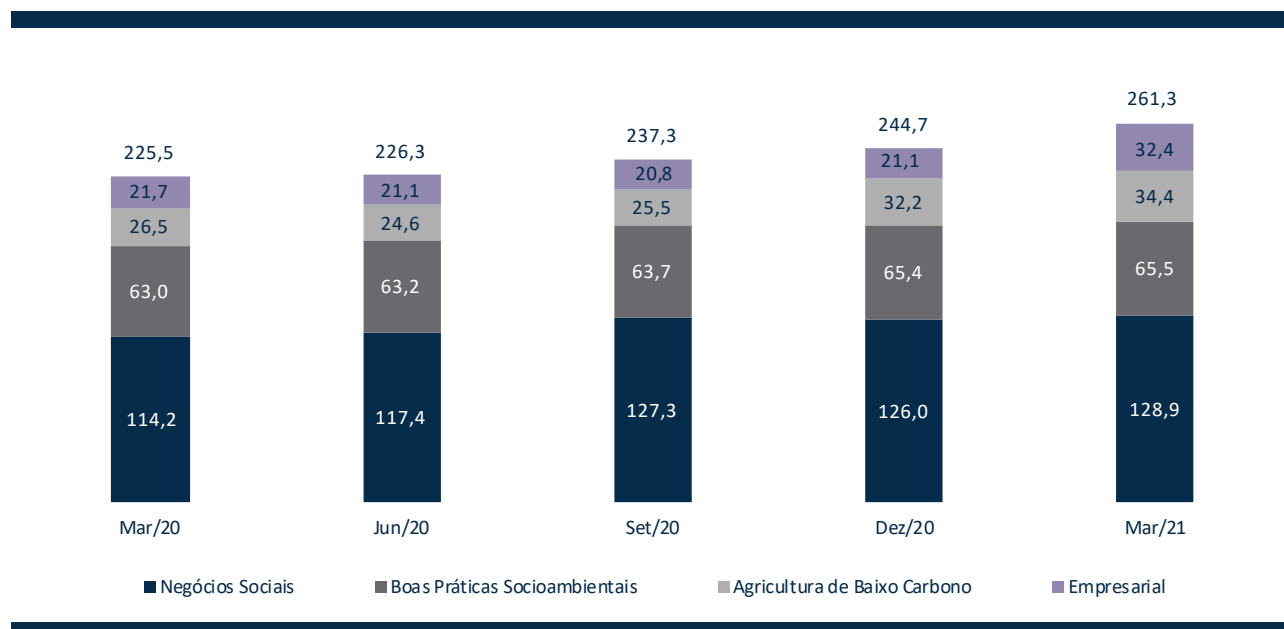
Nossa carteira de negócios sustentáveis compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos, e é composta por operações de crédito para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Além disso, para fomentar uma economia inclusiva, nessa carteira são consideradas áreas de cunho social, como: educação, saúde e

desenvolvimento local e regional. O volume de recursos foi destinado aos clientes de todos os segmentos, como Pessoa Física (Varejo e Private), empresas de diferentes portes (MPE, Corporate, Atacado) e para o Setor Público.

Para garantir ainda mais confiabilidade e robustez à carteira, anteriormente denominada carteira verde, revisamos as linhas de crédito e operações que a compõem tendo como base a metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da economia verde, e o nosso framework de finanças sustentáveis, que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde e negócios com impacto ambiental e social positivos. Submetemos a revisão à avaliação independente da consultoria Sitawi - Finanças do Bem, que emitiu segunda opinião a partir do alinhamento das operações de crédito com padrões internacionais para avaliação de projetos e negócios sustentáveis, atribuindo um rating (de A a C), de acordo com as adicionalidades sociais e ambientais verificadas para cada linha.

Como resultado, as operações obtiveram classificação majoritária de alta adicionalidade (rating A), evidenciando que possuem contribuição positiva e transformacional para o desenvolvimento sustentável e para a transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.

Tabela 3. Carteira de Negócios Sustentáveis



3. Cenário Macroeconômico

Brasil

No 1T21 observou-se o avanço da pandemia no Brasil e o número de casos de COVID-19 voltou a crescer. Nesse contexto, a atividade econômica registrou arrefecimento e elevaram-se as incertezas em relação ao cenário doméstico. Entre os elementos que impulsionaram os níveis de incerteza, a perspectiva de uma atividade mais fraca nesse início de ano, em função da perda de fôlego do crescimento de diferentes setores, trouxe pressão por mais gastos fiscais, que embora contribuam para amenizar o efeito da crise sobre a população, aumentam as preocupações em relação à sustentabilidade das contas públicas no médio e longo prazo. A expectativa de retomada da economia está basicamente vinculada ao avanço da campanha de vacinação no país.

Nos mercados financeiros, as incertezas destacadas se somaram aos movimentos de alta das taxas de juros de mercado norte-americanas e do dólar, impulsionando as taxas de juros de mercado domésticas de maior prazo (resultando no aumento da inclinação da curva de juros interna) e a taxa de câmbio (que chegou a ser negociada acima de R\$/US\$ 5,80 em março). Destaque também para a sustentação dos preços de *commodities* em patamares elevados, impulsionados principalmente pela demanda chinesa.

A combinação dos movimentos altistas da taxa de câmbio e dos preços de *commodities* nos mercados teve efeitos controversos sobre a economia real. Por um lado, essa combinação se somou aos reajustes nos preços de combustíveis, pressionando os indicadores de inflação (com o IPCA acelerando 6,1% em 12 meses ao final do primeiro trimestre) e levando o Banco Central a adotar uma postura mais dura em razão da deterioração do balanço de riscos inflacionários (com o Comitê de Política Monetária – Copom – elevando a taxa Selic de 2% a.a. para 2,75% a.a. em março e sinalizando alta na mesma magnitude em maio). Por outro lado, sendo o Brasil um país exportador líquido de *commodities*, essa combinação contribuiu para gerar as condições para o registro de resultados favoráveis nas contas externas do país, com a balança comercial registrando saldo positivo expressivo no período.

Mundo

A despeito dos efeitos negativos da pandemia e do potencial atraso nos programas de vacinação, a perspectiva ainda é de expansão da economia mundial de forma sincronizada nesse ano. Com destaque para as maiores economias do mundo e principais parceiros comerciais do Brasil: China e EUA. Essa perspectiva de crescimento mais forte das duas maiores economias do mundo é amparada por uma combinação de avanço no controle da pandemia em termos locais e fortes políticas de estímulo. Outros parceiros comerciais importantes para o Brasil, como Argentina e a Europa, que têm sido afetados de forma mais significativa pela pandemia e com maior atraso no processo de vacinação, devem apresentar taxas de crescimento menores comparativamente aos EUA e à China.

No caso específico dos EUA, se por um lado a aceleração do processo de vacinação e as políticas de estímulo monetária/fiscal implementadas têm impulsionado as projeções de crescimento da economia, elas também alimentaram preocupações sobre a dinâmica inflacionária no país. Essas preocupações se materializam principalmente por meio do aumento das taxas de juros de mercado, com as *Treasuries* de 10 anos aproximando-se de 2%. Impulsionado por esses juros mais elevados nos EUA, mas também pela perspectiva de um diferencial de crescimento mais favorável ao país norte-americano, o dólar também se valorizou nos mercados internacionais.

4. Destaques do Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Lucro Líquido de R\$ 4,2 bilhões no 1T21

O lucro líquido foi de R\$ 4,2 bilhões em no 1T21, aumento de 32% em relação ao 1T20. O resultado foi impactado pelo aumento do resultado da intermediação financeira decorrente da redução da provisão para perdas. As despesas administrativas alcançaram R\$ 8,9 bilhões, crescimento de 9,4%, enquanto as receitas de prestação de serviços foram de R\$ 6,9 bilhões redução de 3%.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano.

Tabela 4. Destaques Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1T21	1T20	1T21	1T20
Lucro Líquido	4.157	3.189	4.226	3.205
Resultado da Intermediação Financeira	8.926	(98)	11.215	4.853
Receita de Prestação de Serviços	4.573	4.800	6.878	7.067
Despesas Administrativas ¹	(8.472)	(7.788)	(8.899)	(8.132)

(1) Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas

Patrimoniais (R\$ milhões)	Mar/21	Dez/20	Mar/21	Dez/20
Ativos	1.891.609	1.782.539	1.829.204	1.725.672
Carteira de Crédito Classificada	683.931	669.332	696.992	681.776
Recursos de Clientes	599.579	583.654	619.800	601.984
Patrimônio Líquido	127.589	116.723	138.195	126.971

	1T21	1T20
Lucro por Ação (R\$)	1,46	1,12
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio distribuídos aos acionistas (R\$ milhões)	1.598	517

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, conjugada à capacidade financeira de curto, médio e longo prazos. Adotamos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício o percentual de 25% do lucro líquido, como definido nas normas vigentes e no Estatuto Social.

Resultado de Intermediação Financeira

O resultado da intermediação financeira corresponde à soma das receitas da intermediação financeira e das despesas da intermediação financeira e da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCLD). No 1T21, totalizou R\$ 11,2 bilhões, crescimento de 131% na comparação com 1T20.

Dentre os componentes das receitas da intermediação financeira, destaque para a redução da PCLD que totalizou R\$ 3,4 bilhões, queda de 48%.

Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços reduziram 3% em relação ao 1T20, totalizando R\$ 6,9 bilhões, fruto do atual momento macroeconômico e da dinâmica de negócios na rede.

Nas linhas de administração de fundos, redução de 2%, o resultado foi parcialmente impactado pela redução das taxas de administração que trouxe efeitos negativos no desempenho em alguns fundos.

A estratégia continua centrada no relacionamento, no atendimento segmentado e na melhoria constante da experiência do cliente.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas alcançaram R\$ 8,9 bilhões no período, crescimento de 9,4%. As despesas de pessoal subiram 17,6%, fruto das despesas não recorrentes com os programas de desligamentos (PDE – Programa de Desligamento Extraordinário e PAQ – Programa de Adequação de Quadros) e as outras despesas administrativas reduziram 3,0%, devido especialmente a queda nas linhas de transporte, comunicação e propaganda.

5. Gestão de Pessoas

As políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 5. Perfil de Funcionários

Perfil do Funcionários	Mar/21	Mar/20
Funcionários	87.876	92.757
Feminino	37.200	38.969
Masculino	50.676	53.788
Escolaridade		
Ensino Médio	10.391	12.400
Graduação	29.380	33.955
Especialização, Mestrado e Doutorado	47.995	46.240
Demais	110	162
Distribuição Geográfica		
Norte	3.829	4.046
Nordeste	14.477	15.277
Centro-Oeste	16.214	16.495
Sudeste	37.868	40.641
Sul	15.472	16.298
Rotatividade de Funcionários (%)	4,36	0,50

Tabela 6. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	1T21	1T20	1T21	1T20
Folha de pagamento ¹	5.179	4.342	5.563	4.680
Previdência Complementar ²	415	408	415	408
Planos de Saúde ²	429	1.269	429	1.269
Participação nos Lucros e Resultados ³	518	413	522	415
Treinamento ⁴	6	10	7	10

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal. (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal.

6. Capital

Solidez e confiabilidade são essenciais para um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 12,89% no Índice de Capital Principal (ICP) em março de 2021, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 19,56%. O Índice de Capital Nível I alcançou 16,60%.

Mantemos o foco na geração orgânica de capital. Além disso, seguindo a Declaração de Appetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, temos como meta manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

7. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 95,8% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$35,5 bilhões em março/2021. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 3,9 bilhões e

das pequenas empresas R\$ 25,4 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 394,1 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,9 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data de Contratação	Duração	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020	11 meses	Tax compliance e tax advisory
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020	11 meses	Consultoria Tributária

(1) Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa inferiores a 5% pelos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre Jan/2021 e Mar/2021.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar suas independências, ratificadas por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 30 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 89,1 milhões no 1T21 destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 56,6 milhões), sistemas de segurança e informação (R\$16,8 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 15,7 milhões).



- II. Possuímos R\$ 1,4 bilhão (individual e consolidado) de créditos tributários não ativados apresentados na nota explicativa 22 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem "f") em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059/02 e 3.355/06.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 14,2 bilhões decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- IV. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (ri.bb.com.br), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (ri.bb.com.br) o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional.

Comentário do Desempenho

Notas Explicativas



Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.818/2020 e a Carta Circular Bacen n.º 3.447/2010, o Banco optou por elaborar suas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias houve a reclassificação do instrumento elegível a capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, os quadros da ITR relativos às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias não foram preenchidos, uma vez que tal procedimento aplica-se somente quando da elaboração dessas demonstrações em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os quadros da ITR relativos às demonstrações contábeis individuais intermediárias foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), conforme a Resolução BCB n.º 2/2020, sendo necessário adequações à forma de apresentação dos grupamentos exigidos pela CVM.

Dessa forma, nessas demonstrações contábeis individuais intermediárias, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo sob o título contábil "Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários" e seus encargos financeiros reconhecidos no título contábil "Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários".

Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis do Banco do Brasil S.A. e respectivas notas explicativas.



Índice.....	1
Demonstrações Contábeis	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
Notas Explicativas	10
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	10
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	24
5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	28
6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	30
7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34
8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	34
9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	35
10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	36
11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	42
12 - CARTEIRA DE CRÉDITO.....	49
13 - OUTROS ATIVOS	58
14 - INVESTIMENTOS	60
15 - IMOBILIZADO DE USO	67
16 - INTANGÍVEL	68
17 - RECURSOS DE CLIENTES	70
18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	73
19 - RECURSOS DE EMISSÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	76
20 - OUTROS PASSIVOS.....	80
21 - PROVISÕES	81
22 - TRIBUTOS	86
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	90
24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	96
25 - DESPESAS DE PESSOAL	96
26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	97
27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	97
28 - PARTES RELACIONADAS	98
29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	105
30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	117
31 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE.....	128
32 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	129
33 - EVENTOS SUBSEQUENTES	139
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	140
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	141
Membros da Administração	142

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Disponibilidades	7	28.560.165	14.239.838	31.283.938	16.784.560
Ativos Financeiros		1.770.016.512	1.693.389.093	1.720.288.014	1.647.636.148
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8	62.750.084	60.308.542	62.750.084	60.308.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	648.944.528	583.328.103	569.511.569	510.645.791
Títulos e valores mobiliários	10	271.342.636	282.416.189	284.606.083	294.912.849
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.354.091	3.531.425	3.384.106	3.527.336
Carteira de crédito	12	683.931.227	669.332.086	696.991.961	681.776.452
Outros ativos financeiros	13	99.693.946	94.472.748	103.044.211	96.465.178
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)		(46.904.292)	(47.314.670)	(47.411.839)	(47.781.060)
(Carteira de crédito)	12	(44.456.781)	(44.966.048)	(44.676.904)	(45.170.370)
(Outros ativos financeiros)	13	(2.447.511)	(2.348.622)	(2.734.935)	(2.610.690)
Ativos Fiscais		64.540.196	64.737.934	66.708.484	66.694.029
Correntes		8.055.823	7.812.278	9.051.377	8.551.454
Diferidos (créditos tributários)	22	56.484.373	56.925.656	57.657.107	58.142.575
Investimentos	14	34.687.403	32.363.137	16.675.080	16.290.239
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		34.513.729	32.197.480	16.409.486	16.051.488
Outros investimentos		218.853	210.821	329.889	305.772
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(45.179)	(45.164)	(64.295)	(67.021)
Imobilizado de Uso	15	7.777.455	8.023.960	7.999.314	8.230.854
Imobilizações de uso		19.527.825	19.515.238	19.978.988	19.938.808
(Depreciação acumulada)		(11.716.823)	(11.457.731)	(11.945.908)	(11.674.188)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(33.547)	(33.547)	(33.766)	(33.766)
Intangível	16	4.910.251	6.155.723	4.977.800	6.220.666
Ativos intangíveis		13.806.373	13.693.901	13.950.949	13.830.738
(Amortização acumulada)		(6.915.266)	(6.516.516)	(6.992.293)	(6.588.408)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(1.980.856)	(1.021.662)	(1.980.856)	(1.021.664)
Outros Ativos	13	28.021.685	10.944.189	28.682.949	11.596.452
TOTAL DO ATIVO		1.891.609.375	1.782.539.204	1.829.203.740	1.725.671.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Passivos Financeiros		1.682.537.481	1.594.916.801	1.603.593.497	1.520.202.850
Recursos de clientes	17	599.578.957	583.654.485	619.799.992	601.984.265
Recursos de instituições financeiras	18	772.107.229	691.691.613	676.340.685	603.552.262
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	202.201.248	204.967.358	201.079.127	203.192.140
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.494.772	5.213.967	3.024.880	3.049.843
Outros passivos financeiros	20	104.155.275	109.389.378	103.348.813	108.424.340
Provisões	21	34.767.826	32.993.546	35.817.332	34.036.170
Cíveis, fiscais e trabalhistas		27.687.613	26.807.922	28.192.622	27.288.400
Outras provisões		7.080.213	6.185.624	7.624.710	6.747.770
Passivos Fiscais		17.315.001	10.285.268	18.847.481	13.191.621
Correntes		7.636.375	7.795.599	9.029.376	10.541.252
Diferidos	22	9.678.626	2.489.669	9.818.105	2.650.369
Outros Passivos	20	29.400.135	27.620.367	32.750.170	31.270.138
Patrimônio Líquido	23	127.588.932	116.723.222	138.195.260	126.971.109
Capital	23.b	90.000.023	90.000.023	90.000.023	90.000.023
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	8.100.000	8.100.000
Reservas de capital	23.e	1.399.364	1.397.697	1.400.980	1.399.152
Reservas de reavaliação	23.d	2.022	2.040	2.022	2.040
Reservas de lucros	23.e	37.855.700	39.454.038	37.623.965	39.198.468
Outros resultados abrangentes	23.i	(5.551.025)	(13.851.389)	(5.551.025)	(13.851.389)
(Ações em tesouraria)	23.m	(275.987)	(279.187)	(277.603)	(280.642)
Lucros ou prejuízos acumulados		4.158.835	--	4.158.835	--
Participação dos não controladores	23.j	--	--	2.738.063	2.403.457
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.891.609.375	1.782.539.204	1.829.203.740	1.725.671.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Receitas da Intermediação Financeira		31.186.377	47.431.866	31.715.438	47.231.841
Resultado da carteira de crédito	12.b	22.555.485	29.303.474	23.347.699	29.925.079
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	3.488.417	5.925.854	2.514.591	4.657.128
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	3.218.819	7.720.269	3.868.535	8.138.420
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	1.805.559	3.414.364	1.863.469	3.501.494
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	254.086	462.928	254.086	462.928
Resultado de outros ativos financeiros	13.d	(135.989)	604.977	(132.942)	546.792
Despesas da Intermediação Financeira		(18.913.731)	(40.930.126)	(17.091.142)	(35.778.584)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(13.123.018)	(32.749.631)	(10.689.840)	(27.214.840)
Recursos de clientes	17.c	(3.391.776)	(4.299.890)	(3.988.314)	(4.642.302)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.e	(1.378.111)	(2.041.488)	(1.436.909)	(2.103.778)
Outras despesas de captação	20.c	(1.020.826)	(1.839.117)	(976.079)	(1.817.664)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(3.346.468)	(6.599.514)	(3.409.531)	(6.600.212)
Carteira de crédito	12.f	(3.250.138)	(6.484.322)	(3.287.100)	(6.476.507)
Outros ativos financeiros	13.c	(96.330)	(115.192)	(122.431)	(123.705)
Resultado da Intermediação Financeira		8.926.178	(97.774)	11.214.765	4.853.045
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(3.056.549)	1.550.542	(4.196.482)	(2.255.943)
Receitas de prestação de serviços	24	4.572.932	4.799.850	6.877.831	7.067.300
Despesas de pessoal	25	(5.392.525)	(4.573.499)	(5.783.419)	(4.919.397)
Outras despesas administrativas	26	(3.079.602)	(3.214.398)	(3.115.263)	(3.213.090)
Despesas tributárias	22.c	(945.447)	(672.831)	(1.329.291)	(1.004.986)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	3.356.121	5.869.414	876.742	668.758
Outras receitas/despesas	27	(1.568.028)	(657.994)	(1.723.082)	(854.528)
Provisões	21.d	(1.846.173)	(856.968)	(1.880.427)	(881.573)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(1.682.288)	(852.568)	(1.716.542)	(877.232)
Outras		(163.885)	(4.400)	(163.885)	(4.341)
Resultado Operacional		4.023.456	595.800	5.137.856	1.715.529
Resultado Não Operacional		(15.012)	33	122.755	47.239
Resultado Antes dos Tributos e Participações		4.008.444	595.833	5.260.611	1.762.768
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.a	666.660	3.006.540	(110.822)	2.206.880
Participação de Empregados e Administradores no Lucro		(517.902)	(413.097)	(522.281)	(414.626)
Participação dos Não Controladores	23.j	--	--	(401.601)	(350.341)
Lucro Líquido		4.157.202	3.189.276	4.225.907	3.204.681
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas					
Controladores		4.157.202	3.189.276	4.225.907	3.204.681
Não controladores		--	--	401.601	350.341
Lucro por Ação	23.f				
Número médio ponderado de ações - básico		2.853.577.258	2.851.880.199		
Número médio ponderado de ações - diluído		2.853.246.452	2.851.551.217		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,46	1,12		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	4.157.202	3.189.276	4.225.907	3.204.681
Participação dos acionistas não controladores	--	--	401.601	350.341
Lucro líquido atribuível aos acionistas	4.157.202	3.189.276	4.627.508	3.555.022
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.375.576)	(1.499.956)	(2.554.340)	(1.711.162)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(3.684.605)	(1.596.730)	(3.972.798)	(1.880.370)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	467.583	(450.735)	460.448	(506.922)
Efeito tributário	841.446	547.509	958.010	676.130
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(69.459)	(242.837)	41.190	(41.985)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(296.787)	(424.188)	(114.982)	(102.581)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	199.203	31.130	199.203	31.130
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(4.825)	6.787	(4.825)	6.787
Efeito tributário	32.950	143.434	(38.206)	22.679
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	42.622	538.711	43.405	616.899
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Planos de benefício definido	10.702.777	1.812.783	10.702.777	1.812.783
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	19.842.131	3.301.157	19.842.131	3.301.157
Efeito tributário	(9.139.354)	(1.488.374)	(9.139.354)	(1.488.374)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	8.300.364	608.701	8.233.032	676.535
Resultado abrangente do período	12.457.566	3.797.977	12.860.540	4.231.557
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	12.457.566	3.797.977	12.526.271	3.814.828
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	334.269	416.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas Especiais de Lucro				
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	1.365.081	2.169	8.633.464	45.500.671	--	(23.280.948)	(324.438)	--	98.895.999
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.764.701)	--	--	(1.764.701)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.j	--	--	--	--	--	--	1.812.783	--	--	1.812.783
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	538.711	--	--	538.711
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	17.093	--	--	17.093
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	4.815	--	--	4.815
Transações com pagamento baseado em ações		--	22.532	--	--	--	--	--	20.578	--	43.110
Oferta subsequente de ações (follow on)		--	819	--	--	--	--	--	--	--	819
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	15	15
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(17)	--	--	--	--	--	17	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	3.189.276	3.189.276
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(891.131)	373.691	--	--	--	(517.440)
Saldos em 31.03.2020		67.000.000	1.388.432	2.152	8.633.464	44.609.540	373.691	(22.672.247)	(303.860)	3.189.308	102.220.480
Mutações do período		--	23.351	(17)	--	(891.131)	373.691	608.701	20.578	3.189.308	3.324.481
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	1.397.697	2.040	9.259.072	30.194.966	--	(13.851.389)	(279.187)	--	116.723.222
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(2.549.802)	--	--	(2.549.802)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	10.702.777	--	--	10.702.777
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	42.622	--	--	42.622
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	109.592	--	--	109.592
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(4.825)	--	--	(4.825)
Transações com pagamento baseado em ações		--	1.667	--	--	--	--	--	3.200	--	4.867
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	1.615	1.615
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(18)	--	--	--	--	--	18	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	4.157.202	4.157.202
Destinações: - Dividendos	23.g	--	--	--	--	(212.107)	--	--	--	--	(212.107)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(1.386.231)	--	--	--	--	(1.386.231)
Saldos em 31.03.2021		90.000.023	1.399.364	2.022	9.259.072	28.596.628	--	(5.551.025)	(275.987)	4.158.835	127.588.932
Mutações do período		--	1.667	(18)	--	(1.598.338)	--	8.300.364	3.200	4.158.835	10.865.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas Especiais de Lucro					
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	--	(23.282.394)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(1.763.255)	--	--	--	(1.763.255)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	1.812.783	--	--	--	1.812.783
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	538.711	--	--	--	538.711
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	17.093	--	--	--	17.093
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	4.815	--	--	--	4.815
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	22.625	--	--	--	--	--	20.485	--	--	43.110
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	15	--	15
Alienação de ações em tesouraria (follow on)		--	--	819	--	--	--	--	--	13.836	--	--	14.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(17)	--	--	--	--	--	17	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	66.388	66.388
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.204.681	350.341	3.555.022
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(21.467)	--	(21.467)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(6.062)	--	--	--	6.062	--	--
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(891.131)	373.691	--	--	--	--	(517.440)
Saldos em 31.03.2020		67.000.000	8.100.000	1.389.887	2.152	8.633.464	44.283.999	373.691	(22.672.247)	(305.315)	3.189.308	2.320.385	112.315.324
Mutações do período		--	--	23.444	(17)	--	(897.193)	373.691	610.147	34.321	3.189.308	416.729	3.750.430
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	8.100.000	1.399.152	2.040	9.259.072	29.939.396	--	(13.851.389)	(280.642)	--	2.403.457	126.971.109
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(2.549.802)	--	--	--	(2.549.802)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	10.702.777	--	--	--	10.702.777
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	42.622	--	--	--	42.622
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	109.592	--	--	--	109.592
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(4.825)	--	--	--	(4.825)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	1.828	--	--	--	--	--	3.039	--	--	4.867
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.615	--	1.615
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(18)	--	--	--	--	--	18	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(66.995)	(66.995)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.225.907	401.601	4.627.508
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(44.870)	--	(44.870)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	23.835	--	--	--	(23.835)	--	--
Destinações: - Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	(212.107)	--	--	--	--	--	(212.107)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(1.386.231)	--	--	--	--	--	(1.386.231)
Saldos em 31.03.2021		90.000.023	8.100.000	1.400.980	2.022	9.259.072	28.364.893	--	(5.551.025)	(277.603)	4.158.835	2.738.063	138.195.260
Mutações do período		--	--	1.828	(18)	--	(1.574.503)	--	8.300.364	3.039	4.158.835	334.606	11.224.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro antes dos Tributos e Participações		4.008.444	595.833	5.260.611	1.762.768
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		6.179.136	13.988.837	7.323.352	14.952.880
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12 e 13	3.346.468	6.599.514	3.409.531	6.600.212
Depreciações e amortizações		785.068	751.152	803.213	764.542
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		6.342.599	18.314.809	5.196.928	15.255.731
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		959.194	--	959.192	--
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	(3.356.121)	(5.869.414)	(876.742)	(668.758)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(5.197)	(10.075)	(90.838)	(12.499)
(Ganho) Perda de capital		21.841	12.439	(38.196)	(40.516)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		--	1.413	--	1.419
Amortização de ágios em investimentos	14.d	5.836	7.012	5.836	7.012
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21.d	1.682.288	852.568	1.716.542	877.232
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(77.235)	349.529	(77.235)	349.529
Comissões de corretagem diferidas		--	--	(12.767)	(168.913)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(3.533.761)	(7.394.635)	(3.664.782)	(8.377.820)
Outros ajustes		8.156	374.525	(7.330)	365.709
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		10.187.580	14.584.670	12.583.963	16.715.648
Variações Patrimoniais		(111.591.933)	(16.197.662)	(112.950.576)	(10.415.374)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios em bancos centrais		(2.441.543)	6.988.816	(2.441.543)	6.988.816
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(190.759.271)	(73.611.834)	(183.608.348)	(51.998.763)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		12.459.264	4.465.189	10.741.124	4.054.407
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(541.859)	(1.037.401)	118.267	(1.148.484)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(13.769.146)	(39.919.161)	(14.407.421)	(42.244.516)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(3.346.180)	(6.655.094)	(1.145.039)	(10.672.805)
(Aumento) Redução em outros ativos		(18.422.964)	(2.184.817)	(16.674.286)	(374.375)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(328.275)	(16.626)	(2.811.271)	(1.844.162)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		15.450.404	5.871.446	17.341.658	11.383.372
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		73.309.715	102.162.367	66.956.548	85.111.276
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		2.088.311	(22.226.548)	2.726.336	(18.849.963)
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(5.396.933)	11.258.081	(9.931.424)	10.646.892
(Redução) Aumento em outros passivos		20.106.544	(1.292.080)	20.184.823	(1.467.069)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		(101.404.353)	(1.612.992)	(100.366.613)	6.300.274
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(72.784.611)	(25.891.485)	(73.798.124)	(30.609.186)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		69.153.927	37.632.119	71.142.064	40.157.178
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.079.481)	(819.814)	(1.079.481)	(1.208.847)
Alienação de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		948.877	36.468	948.877	36.468
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.644.872	4.433.625	334.848	320.273
Aquisição de imobilizado de uso		(142.717)	(142.980)	(189.723)	(174.255)
Alienação de imobilizado de uso		60.121	8.377	78.171	20.165
Aquisição de investimentos		--	--	--	(12.750)
Alienação de investimentos		--	--	72.990	2.625
Aquisição de intangíveis		(157.863)	(1.059.967)	(160.282)	(1.063.514)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.356.875)	14.196.343	(2.650.660)	7.468.157
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(8.869.340)	359.543	(8.850.463)	344.838
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(70.132)	7.748.936	(64.894)	7.728.476
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		--	--	--	15.268
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(319.764)	(1.283.273)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.655.581)	(1.759.951)	(1.655.581)	(1.759.951)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(10.595.053)	6.348.528	(10.890.702)	5.045.358
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Início do período		173.400.753	69.713.238	176.189.508	71.936.023
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		3.533.761	7.394.635	3.664.782	8.377.820
Fim do período		62.578.233	96.039.752	65.946.315	99.127.632
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(114.356.281)	18.931.879	(113.907.975)	18.813.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
		1º Trimestre/2021		1º Trimestre/2020		1º Trimestre/2021		1º Trimestre/2020	
Receitas		30.266.729		44.163.780		32.969.619		46.045.504	
Receitas da intermediação financeira		31.186.377		47.431.866		31.715.438		47.231.841	
Receitas de prestação de serviços		4.572.932		4.799.850		6.877.831		7.067.300	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(3.346.468)		(6.599.514)		(3.409.531)		(6.600.212)	
Ganhos de capital		263		483		62.373		53.446	
Outras receitas/(despesas)		(2.146.375)		(1.468.905)		(2.276.492)		(1.706.871)	
Despesas da Intermediação Financeira		(18.913.731)		(40.930.126)		(17.091.142)		(35.778.584)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.674.387)		(1.849.098)		(2.644.335)		(1.804.946)	
Materiais, água, energia e gás	26	(135.449)		(147.533)		(139.893)		(153.594)	
Serviços de terceiros	26	(237.425)		(219.868)		(260.889)		(241.350)	
Comunicações	26	(109.688)		(174.380)		(125.788)		(188.712)	
Processamento de dados	26	(193.746)		(218.719)		(116.565)		(130.429)	
Transporte	26	(136.853)		(165.963)		(151.554)		(180.669)	
Serviços de vigilância e segurança	26	(280.189)		(279.202)		(287.814)		(285.126)	
Serviços do sistema financeiro	26	(224.542)		(188.121)		(244.852)		(207.225)	
Propaganda e publicidade	26	(70.083)		(88.298)		(72.121)		(90.896)	
Manutenção e conservação de bens	26	(243.375)		(245.213)		(180.102)		(186.307)	
Perdas por redução ao valor recuperável	27.b	(959.194)		--		(959.231)		--	
Outras		(83.843)		(121.801)		(105.526)		(140.638)	
Valor Adicionado Bruto		8.678.611		1.384.556		13.234.142		8.461.974	
Despesas de amortização/depreciação	26	(790.904)		(758.164)		(809.049)		(771.554)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		7.887.707		626.392		12.425.093		7.690.420	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.356.121		5.869.414		876.742		668.758	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		3.356.121		5.869.414		876.742		668.758	
Valor Adicionado a Distribuir		11.243.828	100,00 %	6.495.806	100,00 %	13.301.835	100,00 %	8.359.178	100,00 %
Valor Adicionado Distribuído		11.243.828	100,00 %	6.495.806	100,00 %	13.301.835	100,00 %	8.359.178	100,00 %
Pessoal		5.887.498	52,37 %	4.770.401	73,44 %	6.269.202	47,13 %	5.100.750	61,01 %
Salários e honorários		3.852.371		2.836.078		4.143.645		3.081.066	
Participação de empregados e administradores no lucro		517.902		413.097		522.281		414.626	
Benefícios e treinamentos		815.702		822.598		851.721		860.765	
FGTS		180.797		162.626		186.781		170.008	
Outros encargos		520.726		536.002		564.774		574.285	
Impostos, Taxas e Contribuições		861.790	7,66 %	(1.778.935)	(27,39 %)	2.042.155	15,35 %	(625.678)	(7,48 %)
Federais		605.988		(2.044.246)		1.598.125		(1.028.203)	
Estaduais		470		429		470		429	
Municipais		255.332		264.882		443.560		402.096	
Remuneração de Capitais de Terceiros		337.338	3,00 %	315.064	4,85 %	362.970	2,73 %	329.084	3,94 %
Aluguéis	26	337.338		315.064		362.970		329.084	
Remuneração de Capitais Próprios		4.157.202	36,97 %	3.189.276	49,10 %	4.627.508	34,79 %	3.555.022	42,53 %
Juros sobre capital próprio da União		693.116		258.720		693.116		258.720	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		693.115		258.720		693.115		258.720	
Dividendos da União		106.054		--		106.054		--	
Dividendos de outros acionistas		106.053		--		106.053		--	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		44.870		21.467	
Lucro retido		2.558.864		2.671.836		2.582.699		2.665.774	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		401.601		350.341	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 212 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 04.05.2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020, exceto nos casos indicados no item "h" desta Nota.

e) Alterações na apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As Resoluções CMN n.º 4.720/2019 e BCB n.º 2/2020, bem como os normativos complementares, alteraram os critérios gerais de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis adotados pelo Banco e apresentados até a data-base 31.03.2020.

Com base nos referidos normativos o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis, dentre as quais destacamos:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco Patrimonial

- Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;
- Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Evidenciação da participação dos acionistas controladores e não controladores no lucro líquido em linha específica.

Notas explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. Inclusão da Nota Explicativa n.º 4 - Principais julgamentos e estimativas contábeis.

Outras informações

O Banco apresenta como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020, o Banco está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O Banco observou também o requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação para o cálculo do lucro por ação.

f) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.03.2021	31.12.2020
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00 %	100,00 %
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00 %	100,00 %
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00 %	100,00 %
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00 %	100,00 %
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00 %	100,00 %
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00 %	100,00 %
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00 %	100,00 %
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00 %	100,00 %
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39 %	80,39 %
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00 %	100,00 %
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00 %	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36 %	66,36 %
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36 %	66,36 %
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36 %	66,36 %
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00 %	100,00 %
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00 %	100,00 %
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00 %	100,00 %
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00 %	100,00 %
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00 %	100,00 %
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Real	100,00 %	100,00 %
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00 %	100,00 %
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99 %	99,99 %
Fundos de Investimento ⁽³⁾				
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)	Fundos de investimento	Real	71,42 %	75,41 %
BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I Fundo de Investimento ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Real	92,71 %	97,03 %
BB Asset Ações Nordea Global Climate and Enviroment ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Real	86,95 %	100,00 %
BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Real	98,08 %	99,55 %
BB Espelho Multimercado Canvas Vector ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Real	69,96 %	90,32 %
BB Ações Games FIC FIA BDR Nível 1 ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Real	100,00 %	--

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a fevereiro/2021.

(3) Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(4) Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB DTVM, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB DTVM.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Outras informações

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia da Covid-19, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução BCB n.º 2/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.748/2019

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente
CPC 22 - Informações por Segmento
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas

h) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021**

Resolução CMN n.º 4.747, de 29 de agosto de 2019. Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro que atenda às seguintes condições:

I - seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou

II - tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

O Banco aplicou a referida norma a partir de 01.01.2021 (Nota 3.p).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resolução CMN n.º 4.877, de 23 de dezembro de 2020. A norma estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados.

A norma permitiu a determinação da taxa de desconto de que tratam os itens 83 a 86 do Pronunciamento CPC 33 (R1) com base no rendimento médio de mercado apurado nos seis meses anteriores à data a que se referem as demonstrações financeiras, observados os demais dispositivos previstos no pronunciamento. Ao utilizar essa faculdade, as instituições deverão (i) aplicá-la de forma prospectiva; (ii) evidenciar, em nota explicativa, o valor do efeito no Patrimônio Líquido caso fosse utilizada a taxa de que trata o item 83 do CPC 33 (R1); e (iii) aplicar a taxa de desconto média de forma consistente ao longo do tempo.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação à taxa de desconto, para estas demonstrações contábeis, o Banco não fez uso da prerrogativa acima.

Resolução CMN n.º 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação aos artigos 10 e 11, o Banco iniciou a avaliação dos impactos, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Norma a ser aplicada em período futuro

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00 % + adicional de 10,00 %)	25,00 %
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00 %
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65 %
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00 %
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00 %

(1) Alíquota aplicada ao Banco do Brasil e ao Banco de Investimentos, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019. As outras empresas financeiras e não financeiras de seguros, previdência e capitalização permanecem sujeitas à alíquota de 15 %. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9 %.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da CSLL estabelecida no artigo 32 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019, e do disposto na Resolução CMN n.º 4.842/2020, foi considerada a alíquota majorada de 20% para a CSLL, a partir da data-base de dezembro/2019. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (impairment), quando aplicável.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

o) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período.

q) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o BB Américas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e na conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

t) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

Desde o 1º Trimestre/2020, o Banco adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, impactaram as presentes demonstrações contábeis.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito (operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com característica de concessão de crédito e garantias prestadas)

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente impactando na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN n.º 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado Prudencial.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Parceria estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 27.12.2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou, sem restrições, a parceria estratégica, por meio do Ato de Concentração n.º 08700.005886/2019-11, sendo essa parceria autorizada pelo Bacen em 24.08.2020.

Em 30.09.2020, o Banco comunicou que o BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), sua subsidiária integral, e o UBS formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (closing), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do Banco no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

A governança e a gestão da nova companhia estão amparadas em um Acordo de Acionistas e um Acordo Operacional, observando as boas práticas globais de governança corporativa e gestão de negócios. Cada acionista indicará três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. A diretoria executiva também será formada por profissionais das duas empresas e o UBS indicará o Diretor Presidente da companhia.

Com o lançamento da parceria, os clientes corporativos do Banco, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores do Banco, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.

O capital social total da companhia está dividido na proporção de 50,01 % para o UBS e 49,99 % para o BB-BI. O Banco, por meio do BB-BI, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no país.

O aporte do intangível ao patrimônio líquido da UBS Serviços representou R\$ 829.726 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a UBS Serviços entregou ao BB-BI o montante de R\$ 145.000 mil, em moeda corrente, referente ao resgate, pelo valor contábil, de 100% das ações preferenciais pelo BB-BI, de modo que o investimento do BB-BI represente 49,99% do patrimônio líquido da nova empresa, ou seja R\$ 684.726 mil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A conclusão da operação, na data-base 30.09.2020, não gerou impacto no resultado do Banco, uma vez que, concomitantemente ao reconhecimento do ganho de capital em contrapartida ao registro do investimento inicial no BB-BI, foi registrado resultado não realizado no mesmo montante, por existir também um compromisso contratual de acesso exclusivo à base de clientes que deve ser cumprido pelo BB-BI ao longo dos 15 anos da associação, de modo que o impacto no resultado observe o regime de competência, conforme quadro a seguir:

	30.09.2020
1) Ganho de capital do BB-BI	829.726
2) Tributos	(373.377)
3) Resultado no BB-BI, líquido de efeitos tributários (1+2)	456.349
4) Resultado não realizado (100% do item 3)	(456.349)
5) Impacto no Resultado Consolidado (3+4)	--

Dessa forma, o valor reconhecido como resultado não realizado corresponde ao valor integral do ativo intangível aportado na UBS Serviços, líquido dos efeitos tributários, e será realizado no mesmo cronograma de amortização daquele ativo, que equivale ao prazo da associação. Outras informações estão relacionadas na Nota 14.

b) Bescval - Incorporação

Em 09.12.2020, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas na mesma data pelos acionistas do Banco do Brasil e da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), foi incorporada pelo Banco a controlada Bescval.

A incorporação teve por objetivo a racionalização e a simplificação da estrutura societária do Banco e, consequentemente, consolidação e redução de custos e despesas operacionais combinadas.

Como resultado da incorporação, a Bescval extinguiu-se pleno jure, a partir daquela data, com versão da totalidade de seu patrimônio para o Banco, que a sucede e absorve, a título universal e para todos os fins de direito, todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da incorporada.

Em consequência, o capital social do Banco foi aumentado em R\$ 23 mil, devido à emissão de 425 novas ações ordinárias, sem valor nominal, já contemplando o grupamento das frações cabíveis, a serem atribuídas aos acionistas minoritários da Bescval, correspondente a suas participações acionárias no patrimônio líquido da incorporada, calculado pelo valor contábil da incorporada na data base de 30.06.2020.

A emissão das novas ações será precedida pelo cancelamento de igual quantidade de ações de emissão do Banco mantidas em tesouraria, de modo a evitar a diluição das participações dos atuais acionistas do Banco e a alteração no número total de ações representativas do capital social do Banco informadas em seu Estatuto Social.

As ações da Bescval de propriedade do Banco serão extintas. A incorporação foi submetida, nos termos da legislação em vigor, à aprovação do Banco Central do Brasil.

Saldos incorporados

	09.12.2020
Total de ativos	5.925
Total de passivos	1
Total de Patrimônio Líquido	5.924

6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Trimestre/2021		1º Trimestre/2020	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com Clientes Externos	39.214.497	1.809.751	54.591.946	2.081.886
Receitas da Intermediação Financeira	30.265.368	1.450.070	45.550.500	1.681.341
Resultado da carteira de crédito	22.661.276	686.423	29.255.521	669.558
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.399.768	114.823	4.303.045	354.083
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.184.665	683.870	7.431.767	706.653
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.738.467	125.002	3.540.185	(38.691)
Resultado das aplicações compulsórias	254.086	--	462.928	--
Resultado de outros ativos financeiros	27.106	(160.048)	557.054	(10.262)
Outras Receitas	8.949.129	359.681	9.041.446	400.545
Receitas de prestação de serviços	6.594.509	283.322	6.800.495	266.805
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	876.742	--	668.758	--
Demais receitas	1.477.878	76.359	1.572.193	133.740
Ativo Não-Circulante ⁽¹⁾	29.217.740	434.454	28.787.045	447.830

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

No 1º Trimestre/2021 e no 1º Trimestre/2020, as receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e América Central.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Trimestre/2021							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	31.657.396	40.379	8.650	7.497	16.731	39.746	(54.961)	31.715.438
Resultado da carteira de crédito	23.347.700	--	--	--	--	--	(1)	23.347.699
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.521.327	280	8.588	--	--	39.354	(54.958)	2.514.591
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.803.752	40.099	62	7.497	16.731	394	--	3.868.535
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.863.469	--	--	--	--	--	--	1.863.469
Resultado das aplicações compulsórias	254.086	--	--	--	--	--	--	254.086
Resultado de outros ativos financeiros	(132.938)	--	--	--	--	(2)	(2)	(132.942)
Despesas da Intermediação Financeira	(17.104.850)	(6.758)	--	--	--	(48.595)	69.061	(17.091.142)
Recursos de instituições financeiras	(10.752.140)	(6.758)	--	--	--	--	69.058	(10.689.840)
Recursos de clientes	(3.988.317)	--	--	--	--	--	3	(3.988.314)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(1.388.428)	--	--	--	--	(48.481)	--	(1.436.909)
Outras despesas de captação	(975.965)	--	--	--	--	(114)	--	(976.079)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(3.387.711)	(5.976)	(21)	--	--	(15.823)	--	(3.409.531)
Carteira de crédito	(3.287.100)	--	--	--	--	--	--	(3.287.100)
Outros ativos financeiros	(100.611)	(5.976)	(21)	--	--	(15.823)	--	(122.431)
Outras Receitas	6.210.285	154.524	689.636	1.430.512	271.898	954.075	(402.120)	9.308.810
Receitas de prestação de serviços	4.816.690	51.750	688.224	939.861	7.653	646.713	(273.060)	6.877.831
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	196.955	(4.980)	--	473.005	211.385	--	377	876.742
Demais receitas	1.196.640	107.754	1.412	17.646	52.860	307.362	(129.437)	1.554.237
Outras Despesas	(12.954.115)	(29.167)	(87.666)	(192.062)	(11.318)	(496.229)	388.020	(13.382.537)
Despesas de pessoal	(5.641.433)	(7.750)	(24.806)	(14.227)	(1.317)	(94.802)	916	(5.783.419)
Outras despesas administrativas	(2.409.020)	(11.905)	(8.403)	(21.061)	(442)	(119.567)	264.184	(2.306.214)
Amortização	(465.185)	--	--	--	--	(772)	--	(465.957)
Depreciação	(334.895)	--	--	(2)	--	(8.195)	--	(343.092)
Despesas tributárias	(1.065.001)	(6.041)	(46.328)	(109.315)	(6.245)	(96.270)	(91)	(1.329.291)
Demais despesas	(3.038.581)	(3.471)	(8.129)	(47.457)	(3.314)	(176.623)	123.011	(3.154.564)
Provisões	(1.862.793)	(34)	5.027	(712)	(2)	(21.913)	--	(1.880.427)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.698.910)	(34)	5.027	(712)	--	(21.913)	--	(1.716.542)
Outras	(163.883)	--	--	--	(2)	--	--	(163.885)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	2.558.212	152.968	615.626	1.245.235	277.309	411.261	--	5.260.611
Imposto de renda e contribuição social	644.046	(71.642)	(246.067)	(265.314)	(31.148)	(140.697)	--	(110.822)
Participação de empregados e administradores no lucro	(517.902)	--	(935)	--	--	(3.444)	--	(522.281)
Participação dos não controladores	(72.081)	--	--	(329.519)	--	(1)	--	(401.601)
Lucro Líquido	2.612.275	81.326	368.624	650.402	246.161	267.119	--	4.225.907
Saldos Patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	570.858.748	18.241	1.581.990	2.178.974	591.716	5.870.683	(11.588.783)	569.511.569
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	282.615.349	1.008.161	130.398	314.314	3.237.470	857.804	(173.307)	287.990.189
Carteira de crédito líquida de provisões	652.315.057	--	--	--	--	--	--	652.315.057
Investimentos	22.521.231	774.991	2.000	5.063.874	5.307.474	25	(16.994.515)	16.675.080
Demais Ativos	297.892.913	1.142.178	526.562	1.978.584	635.902	3.724.846	(3.189.140)	302.711.845
Total do Ativo	1.826.203.298	2.943.571	2.240.950	9.535.746	9.772.562	10.453.358	(31.945.745)	1.829.203.740
Passivo	1.691.384.157	2.027.420	658.922	3.019.205	98.444	8.295.040	(14.474.708)	1.691.008.480
Recursos de clientes	620.018.263	--	--	--	--	--	(218.271)	619.799.992
Recursos de instituições financeiras	686.564.704	1.364.763	--	--	--	--	(11.588.782)	676.340.685
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	194.074.950	--	--	--	--	7.004.177	--	201.079.127
Provisões	35.198.177	1.361	3.128	20.715	52	593.899	--	35.817.332
Demais Passivos	155.528.063	661.296	655.794	2.998.490	98.392	696.964	(2.667.655)	157.971.344
Patrimônio Líquido	134.819.141	916.151	1.582.028	6.516.541	9.674.118	2.158.318	(17.471.037)	138.195.260
Total do Passivo	1.826.203.298	2.943.571	2.240.950	9.535.746	9.772.562	10.453.358	(31.945.745)	1.829.203.740

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Trimestre/2020									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	50.369.509	64.092	12.482	(248.111)	110.259	51.029	(74.973)	50.284.287	(3.052.446)	47.231.841
Resultado da carteira de crédito	31.830.146	--	--	--	--	--	(213)	31.829.933	(1.904.854)	29.925.079
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.835.413	301	10.394	--	--	50.500	(77.718)	4.818.890	(161.762)	4.657.128
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.851.163	63.791	2.088	3.281	78.392	518	--	8.999.233	(860.813)	8.138.420
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	3.711.931	--	--	--	31.867	--	--	3.743.798	(242.304)	3.501.494
Resultado das aplicações compulsórias	471.893	--	--	--	--	--	--	471.893	(8.965)	462.928
Resultado de outros ativos financeiros	668.963	--	--	--	--	11	--	668.974	(122.182)	546.792
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(251.392)	--	--	2.958	(248.434)	248.434	--
Despesas da Intermediação Financeira	(38.312.617)	(16.525)	--	268.955	(18.191)	(58.527)	143.544	(37.993.361)	2.214.777	(35.778.584)
Recursos de instituições financeiras	(28.454.027)	(16.525)	--	--	(18.191)	--	143.538	(28.345.205)	1.130.365	(27.214.840)
Recursos de clientes	(4.839.426)	--	--	--	--	--	6	(4.839.420)	197.118	(4.642.302)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(3.199.069)	--	--	--	--	(58.523)	--	(3.257.592)	1.153.814	(2.103.778)
Outras despesas de captação	(1.820.095)	--	--	--	--	(4)	--	(1.820.099)	2.435	(1.817.664)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	268.955	--	--	--	268.955	(268.955)	--
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(7.071.848)	(3.990)	(22)	--	(1.261)	(189)	--	(7.077.310)	477.098	(6.600.212)
Carteira de crédito	(6.952.344)	--	--	--	--	--	--	(6.952.344)	475.837	(6.476.507)
Outros ativos financeiros	(119.504)	(3.990)	(22)	--	(1.261)	(189)	--	(124.966)	1.261	(123.705)
Outras Receitas	6.960.784	78.403	748.064	1.890.594	1.039.522	813.281	(524.777)	11.005.871	(1.563.880)	9.441.991
Receitas de prestação de serviços	5.205.654	65.806	745.843	841.040	973.882	580.066	(322.580)	8.089.711	(1.022.411)	7.067.300
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	48.264	1.504	--	(6.226)	26.776	--	--	70.318	598.440	668.758
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	980.626	--	--	53.789	1.034.415	(1.034.415)	--
Demais receitas	1.706.866	11.093	2.221	75.154	38.864	233.215	(255.986)	1.811.427	(105.494)	1.705.933
Outras Despesas	(11.908.000)	(44.561)	(93.373)	(564.796)	(787.121)	(467.373)	456.206	(13.409.018)	1.758.323	(11.650.695)
Despesas de pessoal	(4.895.926)	(13.419)	(25.008)	(92.238)	(56.992)	(101.019)	1.236	(5.183.366)	263.969	(4.919.397)
Outras despesas administrativas	(2.708.760)	(15.228)	(6.221)	(126.636)	(129.966)	(92.077)	307.549	(2.771.339)	329.803	(2.441.536)
Amortização	(465.940)	--	--	(11.575)	(6.223)	(801)	--	(484.539)	29.826	(454.713)
Depreciação	(316.234)	--	--	(2.989)	(778)	(4.923)	--	(324.924)	8.083	(316.841)
Despesas tributárias	(801.822)	(8.082)	(50.500)	(217.981)	(120.145)	(85.100)	--	(1.283.630)	278.644	(1.004.986)
Demais despesas	(2.719.318)	(7.832)	(11.644)	(113.377)	(473.017)	(183.453)	147.421	(3.361.220)	847.998	(2.513.222)
Provisões	(894.795)	(222)	(1.167)	343	(5.816)	(7.526)	--	(909.183)	27.610	(881.573)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(889.333)	(222)	(1.167)	343	(5.816)	(7.526)	--	(903.721)	26.489	(877.232)
Outras	(5.462)	--	--	--	--	--	--	(5.462)	1.121	(4.341)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	(856.967)	77.197	665.984	1.346.985	337.392	330.695	--	1.901.286	(138.518)	1.762.768
Imposto de renda e contribuição social	3.109.387	(32.342)	(266.364)	(456.710)	(119.224)	(111.820)	--	2.122.927	83.953	2.206.880
Participação de empregados e administradores no lucro	(453.156)	--	(659)	(5.267)	(9.239)	(870)	--	(469.191)	54.565	(414.626)
Participação dos não controladores	(52.648)	--	--	(297.692)	--	(1)	--	(350.341)	--	(350.341)
Lucro líquido	1.746.616	44.855	398.961	587.316	208.929	218.004	--	3.204.681	--	3.204.681
SalDOS Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	508.330.450	18.651	598.940	4.099.659	1.059.140	4.900.960	(12.408.767)	506.599.033	(2.920.353)	503.678.680
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	206.728.615	1.145.596	37.940	227.481.509	6.194.490	344.937	(120.503)	441.812.584	(247.933.367)	193.879.217
Carteira de crédito líquida de provisões	645.878.606	--	--	--	--	--	(15.000)	645.863.606	(25.767.690)	620.095.916
Investimentos	15.029.845	815.333	46.252	21.870	1.517.304	27	(14.111.464)	3.319.167	11.615.258	14.934.425
Demais Ativos	265.850.890	888.530	400.229	9.071.732	23.289.681	3.634.121	(7.850.166)	295.285.017	(29.600.239)	265.684.778
Total do Ativo	1.641.818.406	2.868.110	1.083.361	240.674.770	32.060.615	8.880.045	(34.505.900)	1.892.879.407	(294.606.391)	1.598.273.016
Passivo	1.532.246.399	2.391.269	546.385	235.236.453	22.843.595	7.078.054	(19.778.072)	1.780.564.083	(294.606.391)	1.485.957.692
Recursos de clientes	504.827.332	--	--	--	--	--	(165.596)	504.661.736	(8.238.578)	496.423.158
Recursos de instituições financeiras	623.010.048	1.998.057	--	--	1.903.603	15.000	(12.423.766)	614.502.942	(14.002.635)	600.500.307
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	221.698.946	--	--	--	--	6.409.291	--	228.108.237	(18.016.768)	210.091.469
Provisões	32.135.719	1.890	6.818	2.800.791	730.298	147.277	(22.045)	35.800.748	(5.149.577)	30.651.171
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	227.467.640	--	--	(269)	227.467.371	(227.467.371)	--
Demais Passivos	150.574.354	391.322	539.567	4.968.022	20.209.694	506.486	(7.166.396)	170.023.049	(21.731.462)	148.291.587
Patrimônio Líquido	109.572.007	476.841	536.976	5.438.317	9.217.020	1.801.991	(14.727.828)	112.315.324	--	112.315.324
Total do Passivo	1.641.818.406	2.868.110	1.083.361	240.674.770	32.060.615	8.880.045	(34.505.900)	1.892.879.407	(294.606.391)	1.598.273.016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Disponibilidades	28.560.165	14.239.838	31.283.938	16.784.560
Disponibilidades em moeda nacional	13.201.166	9.696.140	13.202.444	9.697.457
Disponibilidades em moeda estrangeira	15.358.999	4.543.698	18.081.494	7.087.103
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	34.018.068	159.160.915	34.662.377	159.404.948
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	4.433.912	118.776.694	6.574.097	119.375.173
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.584.156	40.384.221	28.088.280	40.029.775
Total	62.578.233	173.400.753	65.946.315	176.189.508

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos de poupança	32.201.564	32.383.686	32.201.564	32.383.686
Depósitos à vista	13.999.709	12.908.748	13.999.709	12.908.748
Depósitos a prazo	14.114.844	13.465.192	14.114.844	13.465.192
Conta de pagamento instantâneo	1.996.124	990.249	1.996.124	990.249
Depósitos de moeda eletrônica	316.861	422.356	316.861	422.356
Recursos de microfinanças	120.982	138.311	120.982	138.311
Ativo circulante	62.750.084	60.308.542	62.750.084	60.308.542
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	62.750.084	60.308.542	62.750.084	60.308.542

b) Resultado das aplicações compulsórias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Depósitos de poupança	187.003	311.029	187.003	311.029
Exigibilidade sobre recursos a prazo	67.083	151.899	67.083	151.899
Total	254.086	462.928	254.086	462.928

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	533.696.659	465.746.721	535.705.036	466.345.480
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	4.433.912	118.776.694	6.612.345	119.375.453
Letras Financeiras do Tesouro	1.617.804	350.757	1.670.861	350.757
Letras do Tesouro Nacional	499.999	117.989.892	499.999	117.989.892
Notas do Tesouro Nacional	--	266.499	116.999	266.499
Outros títulos	2.316.109	169.546	4.324.486	768.305
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	529.262.747	346.970.027	529.092.691	346.970.027
Letras Financeiras do Tesouro	208.063.891	173.148.915	207.902.488	173.148.914
Letras do Tesouro Nacional	10.622.920	8.532.956	10.622.920	8.532.956
Notas do Tesouro Nacional	302.312.296	161.715.081	302.303.643	161.715.081
Outros títulos	8.263.640	3.573.075	8.263.640	3.573.076
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115.247.869	117.581.382	33.806.533	44.300.311
Total	648.944.528	583.328.103	569.511.569	510.645.791
Ativo circulante	563.921.203	509.622.409	559.602.855	505.900.976
Ativo não circulante	85.023.325	73.705.694	9.908.714	4.744.815

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	2.395.372	4.253.483	2.514.591	4.285.484
Posição financiada	2.271.367	4.081.830	2.271.367	4.081.829
Posição bancada	124.005	171.653	243.224	203.655
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros⁽¹⁾	1.093.045	1.672.371	--	371.644
Total	3.488.417	5.925.854	2.514.591	4.657.128

(1) No 1º Trimestre/2021, as rendas de R\$ 59.332 mil foram ajustadas pela marcação a mercado negativa de item objeto de hedge de R\$ 130.756 mil, cujo saldo devedor remanescente de R\$ 71.424 mil foi reclassificado para o grupamento recursos de instituições financeiras. No 1º Trimestre/2020, inclui a marcação a mercado positiva de item objeto de hedge de R\$ 207.477 mil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Composições:****a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	336	115.742	12.531	111.241	3.776.632	4.170.318	4.016.482	(153.836)	9.866.442	9.999.449	133.007
Títulos Públicos	--	115.740	12.138	110.626	3.647.359	4.038.022	3.885.863	(152.159)	9.752.845	9.884.516	131.671
Letras do tesouro nacional	--	115.740	3.690	5.963	2.457.518	2.680.891	2.582.911	(97.980)	8.716.947	8.832.068	115.121
Notas do tesouro nacional	--	--	--	--	847.419	902.041	847.419	(54.622)	718.985	735.388	16.403
Letras financeiras do tesouro	--	--	5.524	104.663	342.422	453.113	452.609	(504)	314.938	314.436	(502)
Títulos de governos estrangeiros	--	--	2.924	--	--	1.977	2.924	947	1.975	2.624	649
Títulos Privados	336	2	393	615	129.273	132.296	130.619	(1.677)	113.597	114.933	1.336
Debêntures	--	--	--	615	103.290	106.018	103.905	(2.113)	66.414	67.641	1.227
Certificados recebíveis do agronegócio	--	2	393	--	25.983	26.262	26.378	116	47.165	46.940	(225)
Outros	336	--	--	--	--	16	336	320	18	352	334
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.096.548	417.268	10.619.888	18.529.335	210.803.362	244.258.060	242.466.401	(1.791.659)	248.225.766	249.646.301	1.420.535
Títulos Públicos	--	70.824	8.653.067	15.132.109	186.531.295	212.155.888	210.387.295	(1.768.593)	216.603.634	217.916.826	1.313.192
Letras financeiras do tesouro	--	--	8.187.457	14.156.636	158.533.082	181.563.556	180.877.175	(686.381)	180.233.573	179.697.760	(535.813)
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	--	10.968.619	10.997.054	10.968.619	(28.435)	10.880.279	12.076.518	1.196.239
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	9.278.986	10.182.246	9.278.986	(903.260)	10.818.747	11.011.356	192.609
Letras do tesouro nacional	--	--	--	579.949	6.413.869	7.160.628	6.993.818	(166.810)	10.754.400	11.058.017	303.617
Títulos de governos estrangeiros	--	70.824	465.251	395.501	1.261.146	2.176.282	2.192.722	16.440	3.837.454	3.989.721	152.267
Títulos da dívida agrária	--	--	359	23	455	865	837	(28)	882	858	(24)
Outros	--	--	--	--	75.138	75.257	75.138	(119)	78.299	82.596	4.297
Títulos Privados	2.096.548	346.444	1.966.821	3.397.226	24.272.067	32.102.172	32.079.106	(23.066)	31.622.132	31.729.475	107.343
Debêntures	--	--	125.255	485.138	16.996.340	18.369.947	17.606.733	(763.214)	18.442.601	17.670.504	(772.097)
Cédulas de produto rural - commodities	--	317.691	1.841.566	2.878.300	140.810	5.150.445	5.178.367	27.922	4.453.303	4.535.550	82.247
Eurobonds	--	--	--	33.788	3.962.312	4.212.712	3.996.100	(216.612)	4.254.709	4.048.496	(206.213)
Cotas de fundos de investimentos	2.096.505	--	--	--	1.093.041	2.416.052	3.189.546	773.494	2.494.916	3.315.795	820.879
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	--	28.753	--	--	1.141.089	1.108.768	1.169.842	61.074	926.671	934.412	7.741
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	--	614	240	614	374	22.788	26.365	3.577
Ações	43	--	--	--	--	218	43	(175)	218	43	(175)
Notas promissórias	--	--	--	--	--	--	--	--	254.728	256.691	1.963
Outros	--	--	--	--	937.861	843.790	937.861	94.071	772.198	941.619	169.421

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	437.335	1.511.386	2.053.472	19.888.682	24.859.753	23.890.875	(968.878)	22.770.439	21.568.265	(1.202.174)
Títulos Públicos	--	--	--	--	11.889.011	11.519.168	11.889.011	369.843	9.259.997	9.696.863	436.866
Letras do tesouro nacional	--	--	--	--	8.570.208	8.570.208	8.570.208	--	6.573.995	6.573.995	--
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	--	3.318.803	2.948.960	3.318.803	369.843	2.686.002	3.122.868	436.866
Títulos Privados	--	437.335	1.511.386	2.053.472	7.999.671	13.340.585	12.001.864	(1.338.721)	13.510.442	11.871.402	(1.639.040)
Debêntures	--	2.320	832.084	1.452.096	7.666.662	11.225.545	9.953.162	(1.272.383)	12.391.636	10.904.667	(1.486.969)
Certificado de depósito bancário	--	428.648	679.302	--	--	1.106.256	1.107.950	1.694	728.864	730.873	2.009
Eurobonds	--	--	--	588.489	--	584.287	588.489	4.202	--	--	--
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	--	92.160	169.951	92.160	(77.791)	389.942	235.862	(154.080)
Outros	--	6.367	--	12.887	240.849	254.546	260.103	5.557	--	--	--
Total	2.096.884	970.345	12.143.805	20.694.048	234.468.676	273.288.131	270.373.758	(2.914.373)	280.862.647	281.214.015	351.368

a.2) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.096.884	970.345	12.143.805	20.694.048	234.468.676	273.288.131	270.373.758	(2.914.373)	280.862.647	281.214.015	351.368
Carteira própria	2.096.884	541.697	3.086.075	8.232.753	171.061.531	187.961.011	185.018.940	(2.942.071)	88.879.963	89.284.372	404.409
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	8.032.498	12.174.293	50.199.561	70.318.433	70.406.352	87.919	178.049.626	178.005.788	(43.838)
Vinculados à prestação de garantias	--	428.648	1.025.232	287.002	13.207.584	15.008.687	14.948.466	(60.221)	13.933.058	13.923.855	(9.203)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Banco Múltiplo								
	31.03.2021						31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total	Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	2.096.884	33.808.198	188.384.624	37.461.777	8.622.275	273.288.131	270.373.758	280.862.647	281.214.015
1 - Títulos para negociação	336	239.514	2.879.783	868.478	28.372	4.170.318	4.016.482	9.866.442	9.999.449
2 - Títulos disponíveis para venda	2.096.548	29.566.491	170.310.461	31.899.000	8.593.901	244.258.060	242.466.401	248.225.766	249.646.301
3 - Mantidos até o vencimento	--	4.002.193	15.194.380	4.694.299	2	24.859.753	23.890.875	22.770.439	21.568.265

a.4) Resumo da carteira por tipo e prazo de realização

	BB Banco Múltiplo					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	39.681.714	231.660.922	271.342.636	42.707.853	239.708.336	282.416.189
Carteira própria	17.556.637	168.472.321	186.028.958	28.350.669	62.100.681	90.451.350
Vinculados a compromissos de recompra	20.385.889	49.981.019	70.366.908	12.631.157	165.411.836	178.042.993
Vinculados à prestação de garantias	1.739.188	13.207.582	14.946.770	1.726.027	12.195.819	13.921.846

a.5) Resumo da carteira por categoria

	BB Banco Múltiplo			
	31.03.2021		31.12.2020	
Por Categoria				
1 - Títulos para negociação	4.016.482	1 %	9.999.449	4 %
2 - Títulos disponíveis para venda	242.466.401	90 %	249.646.301	88 %
3 - Mantidos até o vencimento	24.859.753	9 %	22.770.439	8 %
Valor Contábil da Carteira	271.342.636	100 %	282.416.189	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(968.878)	--	(1.202.174)	--
Valor de Mercado da Carteira	270.373.758	--	281.214.015	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.6) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	882.060	4.301.605	599.411	433.368	5.482.309	11.367.049	11.698.753	331.704	17.306.281	17.774.838	468.557
Títulos Públicos	--	4.301.603	593.602	411.890	5.009.572	10.042.352	10.316.667	274.315	15.871.523	16.271.480	399.957
Títulos de governos estrangeiros	--	4.160.799	584.388	301.264	1.117.546	5.731.577	6.163.997	432.420	6.057.671	6.326.559	268.888
Letras do tesouro nacional	--	115.740	3.690	5.963	2.457.518	2.680.891	2.582.911	(97.980)	8.716.947	8.832.069	115.122
Notas do tesouro nacional	--	--	--	--	847.419	902.041	847.419	(54.622)	718.985	735.388	16.403
Letras financeiras do tesouro	--	--	5.524	104.663	342.422	453.113	452.609	(504)	314.938	314.436	(502)
Títulos da dívida externa brasileira	--	25.064	--	--	244.667	274.730	269.731	(4.999)	62.982	63.028	46
Títulos Privados	882.060	2	5.809	21.478	472.737	1.324.697	1.382.086	57.389	1.434.758	1.503.358	68.600
Cotas de fundos de investimento	711.600	--	--	--	--	710.238	711.600	1.362	610.212	604.184	(6.028)
Eurobonds	--	--	--	20.196	283.072	309.452	303.268	(6.184)	132.457	132.928	471
Debêntures	--	--	--	615	103.290	106.018	103.905	(2.113)	511.398	521.240	9.842
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	--	59.869	62.892	59.869	(3.023)	41.957	44.115	2.158
Certificado recebíveis do agronegócio	--	2	393	--	25.983	26.262	26.378	116	47.165	46.940	(225)
Ações	50	--	--	--	--	5	50	45	5	31	26
Outros	170.410	--	5.416	667	523	109.830	177.016	67.186	91.564	153.920	62.356
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.184.543	483.229	10.989.151	18.842.936	215.861.274	250.138.107	248.361.133	(1.776.974)	253.824.141	255.214.451	1.390.310
Títulos Públicos	--	136.785	8.871.168	15.250.958	187.351.833	213.354.290	211.610.744	(1.743.546)	217.565.843	218.910.264	1.344.421
Letras financeiras do tesouro	--	--	8.187.457	14.275.485	158.533.082	181.682.037	180.996.024	(686.013)	180.233.573	179.697.759	(535.814)
Títulos da dívida externa brasileira	--	3.443	--	--	11.311.153	11.319.537	11.314.596	(4.941)	11.177.576	12.403.613	1.226.037
Notas do tesouro nacional	--	--	--	--	9.278.986	10.182.246	9.278.986	(903.260)	10.818.747	11.011.356	192.609
Letras do tesouro nacional	--	--	--	579.949	6.413.869	7.160.628	6.993.818	(166.810)	10.754.400	11.058.015	303.615
Títulos de governos estrangeiros	--	133.342	683.352	395.501	1.739.150	2.933.720	2.951.345	17.625	4.502.366	4.656.067	153.701
Títulos da dívida agrária	--	--	359	23	455	865	837	(28)	882	858	(24)
Outros	--	--	--	--	75.138	75.257	75.138	(119)	78.299	82.596	4.297
Títulos Privados	2.184.543	346.444	2.117.983	3.591.978	28.509.441	36.783.817	36.750.389	(33.428)	36.258.298	36.304.187	45.889
Debêntures	--	--	125.255	485.138	20.557.418	22.042.580	21.167.811	(874.769)	22.130.542	21.190.459	(940.083)
Cédulas de produto rural - commodities	--	317.691	1.841.566	2.878.300	140.810	5.150.445	5.178.367	27.922	4.453.303	4.535.550	82.247
Eurobonds	--	--	--	33.788	4.214.380	4.440.621	4.248.168	(192.453)	4.436.878	4.263.129	(173.749)
Cotas de fundos de investimento	2.157.882	--	142.065	194.752	1.285.829	2.914.837	3.780.528	865.691	2.981.815	3.882.354	900.539
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	--	28.753	--	--	1.141.089	1.108.768	1.169.842	61.074	926.671	934.412	7.741
Ações	26.661	--	--	--	--	30.729	26.661	(4.068)	60.838	58.941	(1.897)
Certificados de depósito bancário	--	--	9.097	--	--	9.097	9.097	--	2.694	2.694	--
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	--	4.186	3.928	4.186	258	26.424	29.899	3.475
Notas promissórias	--	--	--	--	--	--	--	--	254.728	256.692	1.964
Outros	--	--	--	--	1.165.729	1.082.812	1.165.729	82.917	984.405	1.150.057	165.652

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	437.335	1.721.921	2.259.037	19.216.861	24.546.197	23.635.154	(911.043)	21.923.560	20.845.932	(1.077.628)
Títulos Públicos	--	--	114.094	--	12.441.844	12.188.399	12.555.938	367.539	9.962.696	10.399.952	437.256
Letras do tesouro nacional	--	--	--	--	8.570.208	8.570.211	8.570.208	(3)	6.573.995	6.573.995	--
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	--	3.318.803	2.948.961	3.318.803	369.842	2.686.004	3.122.869	436.865
Títulos de governos estrangeiros	--	--	114.094	--	552.833	669.227	666.927	(2.300)	702.697	703.088	391
Títulos Privados	--	437.335	1.607.827	2.259.037	6.775.017	12.357.798	11.079.216	(1.278.582)	11.960.864	10.445.980	(1.514.884)
Debêntures	--	2.320	832.084	1.452.096	6.442.008	9.940.752	8.728.508	(1.212.244)	10.392.508	9.029.694	(1.362.814)
Certificados de depósito bancário	--	428.648	679.302	--	--	1.106.256	1.107.950	1.694	728.864	730.873	2.009
Eurobonds	--	--	--	588.489	--	584.287	588.489	4.202	--	--	--
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	--	92.160	169.951	92.160	(77.791)	389.942	235.863	(154.079)
Notas promissórias	--	--	--	--	--	--	--	--	449.550	449.550	--
Outros	--	6.367	96.441	218.452	240.849	556.552	562.109	5.557	--	--	--
Total	3.066.603	5.222.169	13.310.483	21.535.341	240.560.444	286.051.353	283.695.040	(2.356.313)	293.053.982	293.835.221	781.239

a.7) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.066.603	5.222.169	13.310.483	21.535.341	240.560.444	286.051.353	283.695.040	(2.356.313)	293.053.982	293.835.221	781.239
Carteira própria	3.066.603	4.793.521	4.252.753	8.805.195	192.983.071	216.347.399	213.901.143	(2.446.256)	117.582.700	118.336.509	753.809
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	8.032.498	12.443.144	34.349.530	54.678.417	54.825.172	146.755	161.521.387	161.556.759	35.372
Vinculados à prestação de garantias	--	428.648	1.025.232	287.002	13.227.843	15.025.537	14.968.725	(56.812)	13.949.895	13.941.953	(7.942)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.8) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Consolidado								
	31.03.2021							31.12.2020	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	3.066.603	40.067.993	190.447.139	41.003.329	9.109.976	286.051.353	283.695.040	293.053.982	293.835.221
1 - Títulos para negociação	882.060	5.334.384	4.281.371	1.056.672	144.266	11.367.049	11.698.753	17.306.281	17.774.838
2 - Títulos disponíveis para venda	2.184.543	30.315.316	171.643.208	35.252.358	8.965.708	250.138.107	248.361.133	253.824.141	255.214.451
3 - Mantidos até o vencimento	--	4.418.293	14.522.560	4.694.299	2	24.546.197	23.635.154	21.923.560	20.845.932

a.9) Resumo da carteira consolidada por tipo e prazo de realização

	BB Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	48.616.908	235.989.175	284.606.083	51.481.987	243.430.862	294.912.849
Carteira própria	26.222.981	188.689.184	214.912.165	37.078.004	82.380.138	119.458.142
Vinculados a compromissos de recompra	20.654.739	34.072.149	54.726.888	12.677.956	148.836.808	161.514.764
Vinculados à prestação de garantias	1.739.188	13.227.842	14.967.030	1.726.027	12.213.916	13.939.943

a.10) Resumo da carteira consolidada por categoria

	BB Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020	
Por Categoria				
1 - Títulos para negociação	11.698.753	4%	17.774.838	6%
2 - Títulos disponíveis para venda	248.361.133	88%	255.214.451	88%
3 - Mantidos até o vencimento	24.546.197	8%	21.923.560	6%
Valor Contábil da Carteira	284.606.083	100%	294.912.849	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(911.043)	--	(1.077.628)	--
Valor de Mercado da Carteira	283.695.040	--	293.835.221	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Títulos de renda variável	2.340.101	5.171.009	2.342.790	5.237.207
Títulos de renda fixa	878.718	2.549.260	1.525.745	2.901.213
Total	3.218.819	7.720.269	3.868.535	8.138.420

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos trimestres findos em 31.03.2021 e 31.03.2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações, tal como operações de credit linked notes, com o objetivo de captar recursos e administrar risco de crédito. Para isto as agências externas fazem uso da modalidade credit default swap em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21 %, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.03.2021, foi de R\$ 419.997 mil (R\$ 266.309 mil em 31.12.2020).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 166.676 mil em 31.03.2021 (R\$ 169.409 mil em 31.12.2020).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020			31.03.2021			31.12.2020		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	18.908.680	--	--	27.929.239	--	--	19.333.988	--	--	28.590.657	--	--
DI	14.279.406	--	--	11.501.501	--	--	14.279.406	--	--	11.501.501	--	--
Moedas	4.327.034	--	--	16.324.524	--	--	4.752.342	--	--	16.985.942	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	56.043	--	--	--	--	--	56.043	--	--
Cupom cambial	--	--	--	43.231	--	--	--	--	--	43.231	--	--
Commodities	302.240	--	--	3.940	--	--	302.240	--	--	3.940	--	--
Compromissos de Venda	11.962.767	--	--	22.145.083	--	--	12.054.240	--	--	22.411.530	--	--
DI	5.700.144	--	--	11.304.962	--	--	5.700.144	--	--	11.304.962	--	--
Moedas	936.469	--	--	5.954.830	--	--	1.027.942	--	--	6.221.277	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	134	--	--	--	--	--	134	--	--
Cupom cambial	2.795	--	--	14.005	--	--	2.795	--	--	14.005	--	--
Libor	4.874.933	--	--	4.657.647	--	--	4.874.933	--	--	4.657.647	--	--
Commodities	448.426	--	--	213.505	--	--	448.426	--	--	213.505	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	29.891.080	3.022.534	2.943.710	13.889.806	1.195.704	1.185.729	30.440.305	3.052.544	2.973.720	14.421.418	1.213.145	1.203.171
Termo de título	864.373	864.373	864.373	--	--	--	864.373	864.373	864.373	--	--	--
Termo de moeda	28.678.041	2.103.460	2.028.329	13.691.474	1.164.054	1.161.446	29.227.266	2.133.470	2.058.339	14.223.086	1.181.495	1.178.888
Termo de mercadoria	348.666	54.701	51.008	198.332	31.650	24.283	348.666	54.701	51.008	198.332	31.650	24.283
Posição Passiva	12.816.666	(1.656.308)	(1.443.196)	22.238.742	(1.734.345)	(1.469.393)	12.816.666	(1.656.308)	(1.443.196)	22.238.742	(1.734.345)	(1.469.393)
Termo de título	864.373	(864.373)	(864.373)	--	--	--	864.373	(864.373)	(864.373)	--	--	--
Termo de moeda	11.519.254	(778.866)	(542.011)	21.927.251	(1.710.453)	(1.434.933)	11.519.254	(778.866)	(542.011)	21.927.251	(1.710.453)	(1.434.933)
Termo de mercadoria	433.039	(13.069)	(36.812)	311.491	(23.892)	(34.460)	433.039	(13.069)	(36.812)	311.491	(23.892)	(34.460)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	3.228	71	94	--	--	--	3.228	71	94	--	--	--
Moeda estrangeira	3.228	71	94	--	--	--	3.228	71	94	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	1.513.875	(21.966)	(51.906)	2.213.895	(33.075)	(65.413)	63.254	(3.485)	(12.683)	48.912	(2.069)	(12.494)
Moeda estrangeira	14.700	(707)	(916)	22.632	(683)	(538)	14.700	(707)	(916)	22.632	(683)	(538)
Pré-fixados	1.450.621	(18.481)	(39.224)	2.164.983	(31.006)	(52.919)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	64	(4)	(5)	51	(3)	(6)	64	(4)	(5)	51	(3)	(6)
Índice IPCA	3.500	(446)	(529)	3.415	(446)	(416)	3.500	(446)	(529)	3.415	(446)	(416)
Commodities	44.990	(2.328)	(11.232)	22.814	(937)	(11.534)	44.990	(2.328)	(11.233)	22.814	(937)	(11.534)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020			31.03.2021			31.12.2020		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	1.612.754	(1.435.789)	(1.407.502)	2.477.054	(2.138.914)	(2.107.130)	162.134	(3.650)	3.909	312.071	(5.978)	4.054
Moeda estrangeira	--	--	--	157.460	(2.093)	5.572	--	--	--	157.460	(2.093)	5.572
Pré-fixado	1.450.689	(1.432.143)	(1.411.412)	2.164.983	(2.132.936)	(2.111.184)	69	(4)	(1)	--	--	--
Índice Bovespa	7	--	--	11	--	--	7	--	--	11	--	--
Índice DI	9.890	(146)	4.252	9.842	(146)	(728)	9.890	(146)	4.252	9.842	(146)	(728)
Commodities	152.168	(3.500)	(342)	144.758	(3.739)	(790)	152.168	(3.500)	(342)	144.758	(3.739)	(790)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	16.872.000	235.034	303.869	22.294.063	2.158.220	2.224.870	15.421.379	235.034	303.859	22.294.063	2.158.220	2.224.870
DI	8.283.196	(72.289)	26.731	17.056.269	954.934	979.075	8.283.196	(72.289)	26.731	17.056.269	954.934	979.075
Moeda estrangeira	7.129.387	307.288	276.951	4.840.051	1.199.918	1.239.840	7.129.387	307.288	276.951	4.840.051	1.199.918	1.239.840
Pré-fixado	1.459.417	35	187	397.743	3.368	5.955	8.796	35	177	397.743	3.368	5.955
Posição Passiva	20.055.395	(1.693.835)	(1.541.806)	23.232.636	(1.383.922)	(1.493.156)	20.055.395	(1.693.835)	(1.541.806)	21.068.694	(1.383.874)	(1.493.135)
DI	904.903	(878)	2.923	7.693.435	(270.443)	(274.708)	904.903	(878)	2.923	5.529.493	(270.395)	(274.687)
Moeda estrangeira	19.105.192	(1.688.452)	(1.538.758)	8.789.458	(1.090.491)	(1.189.782)	19.105.192	(1.688.452)	(1.538.758)	8.789.458	(1.090.491)	(1.189.782)
Pré-fixado	22.600	(2.700)	(3.672)	6.728.443	(21.882)	(25.686)	22.600	(2.700)	(3.672)	6.728.443	(21.882)	(25.686)
IPCA	22.700	(1.805)	(2.299)	21.300	(1.106)	(2.980)	22.700	(1.805)	(2.299)	21.300	(1.106)	(2.980)
Derivativos de Crédito ⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Títulos dívida pública brasileira	199.406	--	902	--	--	--	199.406	--	902	--	--	--
Posição Passiva												
Títulos dívida pública brasileira	199.406	(807)	(1.708)	374.162	(1.429)	(1.429)	199.406	(807)	(1.708)	374.162	(1.429)	(1.429)
Outros Derivativos ⁽²⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	7.758.481	110.723	105.516	2.960.888	129.548	120.826	7.758.481	110.736	105.531	2.704.318	108.028	99.295
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	812.574	(31.669)	(48.654)	2.537.013	(75.980)	(77.446)	499.997	(15.341)	(29.396)	2.537.013	(75.980)	(77.446)

(1) Refere-se a derivativos de crédito oriundos de estrutura envolvendo operações de CDS (Credit Default Swap) e CLN (Credit Linked Notes), cujo risco recebido e transferido se compensam. No 1º Trimestre/2021, essas operações não geraram impacto no Patrimônio de Referência e não ocorreram eventos de crédito previstos no contrato.

(2) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2021	31.12.2020	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2021	31.12.2020
Contratos de futuros	6.652.363	8.740.692	4.743.668	10.734.724	30.871.447	50.074.322	7.169.145	8.740.691	4.743.668	10.734.724	31.388.228	51.002.187
Contratos a termo	10.990.471	15.451.700	8.854.940	7.410.635	42.707.746	36.128.548	11.539.696	15.451.700	8.854.940	7.410.635	43.256.971	36.660.160
Contratos de opções	2.978.937	132.046	10.265	8.609	3.129.857	4.690.949	77.696	132.046	10.265	8.609	228.616	360.983
Contratos de swap	12.105.969	7.872.001	3.852.970	13.096.455	36.927.395	45.526.699	10.655.348	7.872.001	3.852.970	13.096.455	35.476.774	43.362.757
Derivativos de crédito	--	398.812	--	--	398.812	374.162	--	398.812	--	--	398.812	374.162
Outros	2.425.693	2.618.454	2.875.942	650.966	8.571.055	5.497.901	2.113.116	2.618.454	2.875.942	650.966	8.258.478	5.241.331

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal em 31.03.2021)

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
Bolsa												
B3	25.996.514	--	197.158	--	--	--	26.513.295	--	197.158	--	--	--
Exterior	4.874.933	--	--	--	--	--	4.874.933	--	--	--	--	--
Balcão												
Instituições financeiras	--	1.728.746	2.901.310	34.530.543	398.812	8.571.055	--	2.277.971	69	33.079.922	398.812	8.258.478
Clientes	--	40.979.000	31.389	2.396.852	--	--	--	40.979.000	31.389	2.396.852	--	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	7.052.075	4.717.046	7.052.075	4.717.046

a.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Hedge de Risco de Mercado				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	(8.572.496)	(7.007.786)	(8.572.496)	(7.007.786)
Futuro	(1.233.326)	(44.619)	(1.233.326)	(44.619)
Swap	(7.339.170)	(6.963.167)	(7.339.170)	(6.963.167)
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	11.177.902	9.733.434	11.177.902	9.733.434
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.286.625	3.115.079	3.286.625	3.115.079
Títulos e valores mobiliários	7.891.277	6.618.355	7.891.277	6.618.355
Passivo	(2.560.922)	(2.687.214)	(2.560.922)	(2.687.214)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.560.922)	(2.687.214)	(2.560.922)	(2.687.214)

O Banco, em suas dependências no exterior, utiliza swap (Cross Currency Interest Rate Swap) para hedge de captações externas como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. No Brasil foram designadas estratégias de hedge accounting cujo objeto são títulos públicos federais (Letras do Tesouro Nacional) das categorias disponível para venda e mantidos até o vencimento. Contratos futuros de juros protegem os títulos da categoria disponível para venda, ao passo que swaps, os títulos da categoria mantidos até o vencimento.

As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

a.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Perdas dos itens objeto de hedge	(162.100)	--	(162.100)	--
Ganhos dos instrumentos de hedge	160.326	--	160.326	--
Efeito Líquido	(1.774)	--	(1.774)	--
Ganhos dos itens objeto de hedge	506.462	821.001	506.462	821.001
Perda dos instrumentos de hedge	(460.205)	(818.575)	(460.205)	(818.575)
Efeito Líquido	46.257	2.426	46.257	2.426

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações a termo	2.591.247	352.463	1.074.333	111.396	2.621.257	352.463	1.091.775	111.396
Contratos de opções	94	--	--	--	94	--	--	--
Contratos de swap	210.798	93.071	1.933.799	291.071	210.788	93.071	1.933.799	291.071
Derivativos de crédito	902	--	--	--	902	--	--	--
Outros derivativos	104.136	1.380	115.961	4.865	104.151	1.380	94.430	4.865
Total	2.907.177	446.914	3.124.093	407.332	2.937.192	446.914	3.120.004	407.332
Passivo								
Operações a termo	(1.368.423)	(74.773)	(1.180.689)	(288.704)	(1.368.423)	(74.773)	(1.180.689)	(288.704)
Contratos de opções	(1.458.960)	(448)	(2.172.168)	(375)	(8.326)	(448)	(8.065)	(375)
Contratos de swap	(651.134)	(890.672)	(931.138)	(562.018)	(651.134)	(890.672)	(931.117)	(562.018)
Derivativos de crédito	(1.708)	--	(1.429)	--	(1.708)	--	(1.429)	--
Outros derivativos	(19.459)	(29.195)	(77.446)	--	(201)	(29.195)	(77.446)	--
Total	(3.499.684)	(995.088)	(4.362.870)	(851.097)	(2.029.792)	(995.088)	(2.198.746)	(851.097)

b) Resultado de instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Futuro	1.324.533	1.528.632	1.299.581	1.529.818
Termo	1.965.769	2.429.645	2.014.527	2.432.994
Swap	(1.472.399)	(534.529)	(1.472.239)	(534.918)
Opções	(5.748)	(39.047)	3.277	(17.170)
Derivativos de crédito	749	38	749	38
Outros derivativos	(7.345)	29.625	17.574	90.732
Total	1.805.559	3.414.364	1.863.469	3.501.494

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – CARTEIRA DE CRÉDITO**a) Carteira de crédito por modalidade**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	629.066.842	613.470.272	640.523.367	624.416.758
Empréstimos e direitos creditórios descontados	260.564.188	252.596.535	267.936.392	260.104.534
Financiamentos	134.229.985	130.915.360	135.445.450	131.721.007
Financiamentos rurais	186.827.775	181.110.513	186.827.775	181.110.513
Financiamentos imobiliários	47.203.251	48.589.142	50.072.107	51.221.982
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	241.643	258.722	241.643	258.722
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	54.864.385	55.861.814	56.272.232	57.187.216
Operações com cartão de crédito	29.764.368	31.610.988	31.172.215	32.936.390
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	14.299.666	13.438.613	14.299.666	13.438.613
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽²⁾	5.800.315	5.561.823	5.800.315	5.561.823
Aquisição de recebíveis	3.929.569	4.269.049	3.929.569	4.269.049
Avais e fianças honrados	198.978	223.307	198.978	223.307
Diversos	871.489	758.034	871.489	758.034
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	196.362	172.478
Total da Carteira de Crédito	683.931.227	669.332.086	696.991.961	681.776.452
Ativo circulante	165.369.001	157.272.039	172.678.991	164.223.867
Ativo não circulante	518.562.226	512.060.047	524.312.970	517.552.585
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(44.456.781)	(44.966.048)	(44.676.904)	(45.170.370)
(Provisão para operações de crédito)	(42.414.113)	(42.788.058)	(42.610.830)	(42.968.298)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)	(2.042.668)	(2.177.990)	(2.062.734)	(2.198.371)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(3.340)	(3.701)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	639.474.446	624.366.038	652.315.057	636.606.082

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Resultado de Operações de Crédito	22.608.968	29.226.149	23.394.801	29.838.865
Empréstimos e direitos creditórios descontados	10.726.140	10.780.183	11.169.049	11.169.329
Financiamentos	5.844.765	12.075.079	5.847.021	12.094.667
Financiamentos rurais	2.909.991	2.692.056	2.909.991	2.692.056
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	1.449.730	1.428.866	1.733.652	1.585.228
Financiamentos imobiliários	859.163	940.862	910.441	983.226
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	382.696	511.751	382.696	511.751
Financiamentos à exportação	173.522	255.862	173.522	255.862
Financiamentos de moedas estrangeiras	171.378	406.341	172.492	403.803
Aquisição de recebíveis	42.513	69.639	42.513	69.639
Adiantamentos a depositantes	36.544	40.498	40.898	48.292
Avais e fianças honrados	1.222	15.607	1.222	15.607
Demais	11.304	9.405	11.304	9.405
Resultado de Arrendamento Mercantil	--	--	5.951	7.774
Resultado de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	(53.483)	77.325	(53.053)	78.440
Total	22.555.485	29.303.474	23.347.699	29.925.079

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 139.651 mil no 1º Trimestre/2021 (com impacto no resultado de R\$ 73.237 mil, líquido de tributos) e R\$ 7.538 mil no 1º Trimestre/2020 (com impacto no resultado de R\$ 3.953 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 322.206 mil e R\$ 9.541 mil, respectivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.03.2021	%	31.12.2020	%	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Setor Público	72.999.281	10,7	71.361.303	10,7	73.312.682	10,5	71.632.396	10,6
Administração pública	58.215.739	8,5	55.325.371	8,3	58.516.386	8,4	55.596.464	8,2
Petroleiro	10.957.296	1,6	12.009.390	1,8	10.957.296	1,6	12.009.390	1,8
Energia elétrica	3.086.798	0,5	3.346.430	0,5	3.086.798	0,4	3.346.430	0,5
Serviços	431.208	0,1	393.291	0,1	431.208	0,1	393.291	0,1
Demais atividades	308.240	--	286.821	--	320.994	--	286.821	--
Setor Privado	610.931.946	89,3	597.970.783	89,3	623.679.279	89,5	610.144.056	89,4
Pessoa Física	409.451.892	59,8	399.013.143	59,6	412.653.208	59,2	402.336.537	59,0
Pessoa Jurídica	201.480.054	29,5	198.957.640	29,7	211.026.071	30,3	207.807.519	30,4
Agronegócio de origem vegetal	33.053.468	4,8	30.823.713	4,6	34.278.383	4,9	31.730.654	4,7
Serviços	23.791.882	3,5	23.951.018	3,6	25.026.021	3,6	25.298.128	3,7
Transportes	17.199.974	2,5	16.617.630	2,5	17.359.432	2,5	16.767.186	2,5
Automotivo	13.462.358	2,0	12.398.571	1,9	13.975.717	2,0	13.016.570	1,9
Mineração e metalurgia	11.950.994	1,8	13.380.615	2,0	12.344.926	1,8	13.760.773	2,0
Comércio varejista	11.838.199	1,7	11.579.915	1,7	12.143.817	1,7	11.814.949	1,7
Agronegócio de origem animal	9.618.481	1,4	9.495.065	1,4	9.904.588	1,4	9.749.250	1,4
Energia elétrica	8.054.333	1,2	8.077.112	1,2	8.125.273	1,2	8.187.291	1,2
Insumos agrícolas	7.624.415	1,1	7.471.646	1,1	7.842.350	1,1	7.560.925	1,1
Combustíveis	6.973.054	1,0	6.980.355	1,0	7.369.045	1,1	7.410.164	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.382.235	0,9	6.221.437	0,9	7.152.932	1,0	6.949.717	1,0
Eletroeletrônico	7.081.968	1,0	6.622.077	1,0	7.093.792	1,0	6.656.646	1,0
Químico	6.474.419	1,0	6.445.198	1,0	6.983.062	1,0	6.862.817	1,0
Atividades específicas da construção	6.699.644	1,0	6.726.150	1,0	6.949.040	1,0	6.984.339	1,0
Têxtil e confecções	6.397.948	1,0	6.414.886	1,0	6.471.602	0,9	6.474.714	1,0
Instituições e serviços financeiros	5.022.907	0,7	5.069.010	0,8	6.296.595	0,9	6.453.003	0,9
Imobiliário	5.405.870	0,8	6.331.230	0,9	6.224.153	0,9	7.050.108	1,0
Madeireiro e moveleiro	3.985.501	0,6	4.019.401	0,6	4.010.661	0,6	4.043.707	0,6
Papel e celulose	3.048.883	0,4	2.670.623	0,4	3.267.257	0,5	2.876.369	0,4
Construção pesada	2.465.560	0,4	2.387.953	0,4	2.773.669	0,4	2.690.989	0,4
Telecomunicações	1.956.579	0,3	2.306.937	0,3	2.080.448	0,3	2.423.001	0,4
Demais atividades	2.991.382	0,4	2.967.098	0,4	3.353.308	0,5	3.046.219	0,4
Total	683.931.227	100,0	669.332.086	100,0	696.991.961	100,0	681.776.452	100,0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	BB Banco Múltiplo										31.03.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
	Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	12.585.839	4.965.732	12.549.521	10.410.371	1.129.346	372.348	23.760	18.099	193.742	42.248.758	40.118.996	
31 a 60	10.476.478	2.953.977	5.460.499	3.684.050	498.094	171.417	31.250	21.798	311.653	23.609.216	20.425.024	
61 a 90	10.481.744	2.718.532	4.982.857	3.283.684	351.469	162.892	57.632	27.692	219.366	22.285.868	20.639.674	
91 a 180	27.594.011	9.270.997	14.102.228	8.314.721	905.009	447.172	70.131	49.364	712.546	61.466.179	56.231.953	
181 a 360	42.437.818	8.174.418	22.206.845	12.950.848	1.230.945	660.381	109.232	87.424	4.759.712	92.617.623	97.295.803	
Acima de 360	211.035.019	39.025.636	92.284.451	47.985.876	7.878.111	4.634.695	1.003.925	1.540.551	10.875.331	416.263.595	413.121.242	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	53.511	21.876	79.408	127.073	38.156	10.497	3.966	1.096.284	21.475	1.452.246	453.394	
Subtotal	314.664.420	67.131.168	151.665.809	86.756.623	12.031.130	6.459.402	1.299.896	2.841.212	17.093.825	659.943.485	648.286.086	
	Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	36.586	268.464	146.933	63.484	22.531	21.147	195.731	754.876	508.753	
31 a 60	--	--	21.434	84.628	71.525	37.820	8.895	13.044	124.012	361.358	263.594	
61 a 90	--	--	18.862	74.958	62.449	33.848	12.615	7.676	140.403	350.811	230.678	
91 a 180	--	--	49.198	188.811	164.591	96.358	33.643	17.691	328.497	878.789	631.910	
181 a 360	--	--	104.503	311.077	281.114	179.817	63.066	44.176	667.230	1.650.983	1.292.771	
Acima de 360	--	--	2.093.712	1.979.403	1.366.675	1.148.632	447.442	328.149	6.417.814	13.781.827	11.967.788	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	6.553	27.081	29.040	18.639	2.850	2.546	52.518	139.227	80.216	
15 a 30	--	--	242.629	175.869	84.825	32.683	6.306	5.782	83.893	631.987	392.752	
31 a 60	--	--	13.994	269.200	142.596	48.794	13.740	14.227	174.193	676.744	541.715	
61 a 90	--	--	2	23.219	351.528	73.821	13.028	12.159	192.394	666.151	460.128	
91 a 180	--	--	1	12.396	33.098	245.747	179.710	194.980	902.225	1.568.157	1.778.402	
181 a 360	--	--	--	--	--	18.276	26.954	97.817	1.741.925	1.884.972	2.113.652	
Acima de 360	--	--	321	501	194	217	10.850	99	629.678	641.860	783.641	
Subtotal	--	--	2.587.795	3.415.607	2.734.568	1.998.136	841.630	759.493	11.650.513	23.987.742	21.046.000	
Total	314.664.420	67.131.168	154.253.604	90.172.230	14.765.698	8.457.538	2.141.526	3.600.705	28.744.338	683.931.227	669.332.086	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado										31.03.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
	Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	13.043.905	7.166.807	14.123.153	10.421.062	1.130.626	372.496	23.791	18.146	196.752	46.496.738	44.165.753	
31 a 60	10.643.592	3.147.354	5.475.337	3.685.748	498.138	171.424	31.253	21.806	311.960	23.986.612	20.864.346	
61 a 90	10.672.085	2.895.209	4.999.829	3.285.375	356.864	162.897	57.639	27.701	219.632	22.677.231	21.161.046	
91 a 180	27.788.006	9.931.179	14.143.900	8.332.569	905.298	447.235	70.187	49.390	713.468	62.381.232	57.404.032	
181 a 360	42.791.588	8.677.592	22.403.202	12.978.738	1.298.574	660.501	109.542	87.474	4.761.482	93.768.693	97.855.660	
Acima de 360	212.609.208	39.865.435	95.282.482	48.043.456	8.028.064	4.635.716	1.004.451	1.559.823	10.884.315	421.912.950	418.475.032	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	53.511	29.515	181.704	127.319	38.225	10.535	3.978	1.096.287	25.142	1.566.216	579.643	
Subtotal	317.601.895	71.713.091	156.609.607	86.874.267	12.255.789	6.460.804	1.300.841	2.860.627	17.112.751	672.789.672	660.505.512	
	Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	36.587	268.482	146.933	63.502	22.531	21.147	195.739	754.921	508.778	
31 a 60	--	--	21.434	84.640	71.525	37.836	8.895	13.044	124.014	361.388	263.619	
61 a 90	--	--	18.862	74.970	62.449	33.864	12.615	7.676	140.403	350.839	230.703	
91 a 180	--	--	49.198	188.841	164.591	96.406	33.643	17.691	328.497	878.867	631.971	
181 a 360	--	--	104.503	311.113	281.114	179.906	63.066	44.176	667.230	1.651.108	1.292.869	
Acima de 360	--	--	2.093.712	1.979.417	1.366.675	1.148.677	447.442	328.149	6.417.814	13.781.886	11.967.986	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	4.810	27.091	29.040	18.652	2.850	2.546	52.518	137.507	80.220	
15 a 30	--	--	140.839	175.670	85.166	32.725	6.337	5.787	108.450	554.974	466.908	
31 a 60	--	--	188.379	299.179	143.159	48.905	13.798	10.605	174.529	878.554	553.775	
61 a 90	--	--	2	23.219	361.441	73.988	13.137	15.828	189.115	676.730	535.255	
91 a 180	--	--	1	12.396	33.098	249.014	181.915	196.323	749.680	1.422.427	1.790.470	
181 a 360	--	--	--	--	19.272	18.276	26.954	97.817	1.821.191	1.983.510	2.129.207	
Acima de 360	--	--	321	501	194	217	10.850	99	757.396	769.578	819.179	
Subtotal	--	--	2.658.648	3.445.519	2.764.657	2.001.968	844.033	760.888	11.726.576	24.202.289	21.270.940	
Total	317.601.895	71.713.091	159.268.255	90.319.786	15.020.446	8.462.772	2.144.874	3.621.515	28.839.327	696.991.961	681.776.452	

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo							
		31.03.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		314.664.420	--	--	--	301.098.321	--	--	--
A	0,5	67.131.168	335.656	52.825	388.481	60.566.146	302.831	42.150	344.981
B	1	154.253.604	1.542.536	621.900	2.164.436	151.983.519	1.519.835	625.182	2.145.017
C	3	90.172.230	2.705.167	2.455.683	5.160.850	96.204.176	2.886.125	2.667.037	5.553.162
D	10	14.765.698	1.476.570	212.427	1.688.997	15.982.367	1.598.237	207.319	1.805.556
E	30	8.457.538	2.537.261	153	2.537.414	9.063.556	2.719.067	143	2.719.210
F	50	2.141.526	1.070.763	--	1.070.763	3.137.358	1.568.679	--	1.568.679
G	70	3.600.705	2.520.494	181.008	2.701.502	1.557.333	1.090.133	--	1.090.133
H	100	28.744.338	28.744.338	--	28.744.338	29.739.310	29.739.310	--	29.739.310
Total		683.931.227	40.932.785	3.523.996	44.456.781	669.332.086	41.424.217	3.541.831	44.966.048

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado							
		31.03.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		317.601.895	--	--	--	303.830.220	--	--	--
A	0,5	71.713.091	358.565	52.894	411.459	65.026.705	325.134	42.219	367.353
B	1	159.268.255	1.592.683	622.031	2.214.714	156.701.836	1.567.018	625.322	2.192.340
C	3	90.319.786	2.709.594	2.459.840	5.169.434	96.381.043	2.891.431	2.670.593	5.562.024
D	10	15.020.446	1.502.045	212.434	1.714.479	16.225.097	1.622.510	207.337	1.829.847
E	30	8.462.772	2.538.832	153	2.538.985	9.067.476	2.720.243	143	2.720.386
F	50	2.144.874	1.072.437	--	1.072.437	3.144.336	1.572.168	--	1.572.168
G	70	3.621.515	2.535.061	181.008	2.716.069	1.578.289	1.104.802	--	1.104.802
H	100	28.839.327	28.839.327	--	28.839.327	29.821.450	29.821.450	--	29.821.450
Total		696.991.961	41.148.544	3.528.360	44.676.904	681.776.452	41.624.756	3.545.614	45.170.370

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Saldo inicial	44.966.048	39.592.667	45.170.370	39.799.866
Constituição/(reversão)	3.250.138	6.484.322	3.287.100	6.476.507
Provisão mínima requerida	3.267.973	6.408.669	3.304.354	6.400.268
Provisão complementar ⁽¹⁾	(17.835)	75.653	(17.254)	76.239
Variação cambial - provisões no exterior	41.565	106.111	45.795	153.563
Baixas para prejuízo	(3.800.970)	(4.404.637)	(3.826.361)	(4.419.618)
Saldo final	44.456.781	41.778.463	44.676.904	42.010.318

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	93.362	88.126
De 1 a 5 anos	--	--	102.804	84.352
Acima de 5 anos	--	--	196	--
Total a Valor Presente	--	--	196.362	172.478

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	31.03.2021	% da Carteira	31.12.2020	% da Carteira
Maior Devedor	13.359.793	1,9	12.140.090	1,8
10 Maiores devedores	62.729.033	9,0	62.413.919	9,2
20 Maiores devedores	81.964.648	11,8	81.548.565	12,0
50 Maiores devedores	110.875.825	15,9	109.019.299	16,0
100 Maiores devedores	130.023.434	18,7	127.563.170	18,7

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Créditos renegociados

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Créditos Renegociados no Período	22.134.928	21.685.714	22.134.928	21.685.714
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	3.253.625	3.865.681	3.253.625	3.865.681
Renovados ⁽²⁾	18.881.303	17.820.033	18.881.303	17.820.033
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso				
Saldo inicial	29.641.629	23.657.317	29.641.629	23.657.317
Contratações ⁽¹⁾	3.253.625	3.865.681	3.253.625	3.865.681
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.767.891)	(2.350.031)	(1.767.891)	(2.350.031)
Baixas para prejuízo	(858.806)	(911.184)	(858.806)	(911.184)
Saldo final ⁽³⁾	30.268.557	24.261.783	30.268.557	24.261.783
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	17.960.596	13.348.137	17.960.596	13.348.137
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	59,3%	55,0%	59,3%	55,0%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	3.586.266	3.587.618	3.586.266	3.587.618
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	11,8%	14,8%	11,8%	14,8%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 17.480 mil (R\$ 30.916 mil em 31.03.2020) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 12.454.349 mil (R\$ 8.462.610 mil em 31.03.2020) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Informações complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Créditos contratados a liberar	146.184.979	127.265.525	146.781.569	127.849.028
Garantias prestadas ⁽¹⁾	9.975.755	9.868.714	9.512.891	9.569.192
Créditos abertos para importação contratados	611.688	545.722	651.250	570.402
Créditos de exportação confirmados	576.677	388.151	579.254	390.200
Recursos vinculados	508.488	296.602	525.179	311.779

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.c).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		8.696	32.485
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	8.648	32.209
FAT Turismo - Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	48	276
Financiamentos		804.952	944.872
Proger Urbano Investimento	18/2005	718.660	839.264
FAT Taxista	02/2009	83.785	101.234
FAT Turismo - Investimento	01/2012	2.366	4.098
Proger Exportação	27/2005	141	276
Financiamentos Rurais		2.832	2.841
Pronaf Investimento	05/2005	2.264	2.276
Proger Rural Investimento	13/2005	358	352
Pronaf Custeio	04/2005	208	211
Proger Rural Custeio	02/2006	2	2
Total		816.480	980.198

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

I) Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese)

Por meio da Resolução CMN n.º 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, nos termos da Lei n.º 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Apresentamos a seguir o saldo das operações de crédito contratadas no âmbito do Pese, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.03.2021			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		830.298	--	--	--
A	0,5	882	4	--	4
B	1	40.770	408	384	792
C	3	101.548	3.046	4.429	7.475
D	10	1.414	141	46	187
E	30	580	174	--	174
F	50	34	17	--	17
G	70	2	1	--	1
H	100	400	400	--	400
Total		975.928	4.191	4.859	9.050

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 - OUTROS ATIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Financeiros	99.693.946	94.472.748	103.044.211	96.465.178
Devedores por depósitos em garantia	53.112.216	53.088.467	53.788.668	53.761.258
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	22.781.372	18.707.062	22.878.233	18.759.182
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	10.082.507	9.912.387	10.082.507	9.912.387
Rendas a receber	2.580.523	4.109.986	3.845.136	4.296.619
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	2.565.186	2.986.613	3.070.150	3.496.564
Fundo de Compensação de Variações Salariais	2.611.814	2.577.555	2.611.814	2.577.555
Demais	5.960.328	3.090.678	6.767.703	3.661.613
Ativo circulante	47.671.451	43.791.588	49.914.848	44.855.609
Ativo não circulante	52.022.495	50.681.160	53.129.363	51.609.569
Não financeiros	28.021.685	10.944.189	28.682.949	11.596.452
Ativos atuariais (Nota 29.e)	23.013.185	6.080.658	23.013.185	6.080.658
Devedores diversos	3.100.099	2.841.717	3.496.434	3.234.211
Mantidos para venda - Recebidos ⁽²⁾	759.754	--	763.242	--
Despesas antecipadas	313.268	296.026	350.867	339.601
Bens não de uso próprio e materiais em estoque ⁽²⁾	13.073	786.566	62.666	848.127
Mantidos para venda - Próprios ⁽²⁾	18.291	--	27.117	--
Créditos específicos ⁽³⁾	--	392.414	494	392.908
Demais	804.015	546.808	968.944	700.947
Ativo circulante	4.926.079	4.389.111	5.573.751	5.021.779
Ativo não circulante	23.095.606	6.555.078	23.109.198	6.574.673

(1) Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 717.908 mil (R\$ 855.196 mil em 31.12.2020), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Em 31.12.2020, o Banco detinha créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidas por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizados no 1º Trimestre/2021. Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei n.º 8.427/1992, R\$ 317.282 mil (R\$ 698.835 mil em 31.12.2020).

(2) A partir do 1º Trimestre/2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n.º 4.747/2019 (Nota 3.p).

(3) Em 31.12.2020, havia créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidas por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizados no 1º Trimestre/2021, juntamente com as obrigações a pagar à União registradas em Outros Passivos não Financeiros - Credores Diversos no País (Nota 20.a).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito de outros ativos financeiros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Títulos e créditos a receber	(1.177.251)	(1.168.213)	(1.464.477)	(1.430.083)
Devedores diversos	(967.684)	(878.833)	(967.882)	(879.031)
Rendas a receber	(171.705)	(171.676)	(171.705)	(171.676)
Demais	(130.871)	(129.900)	(130.871)	(129.900)
Total	(2.447.511)	(2.348.622)	(2.734.935)	(2.610.690)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Saldo inicial	2.348.622	1.965.878	2.610.690	2.195.153
Constituição/(reversão)	96.330	115.192	122.431	123.705
Variação cambial – provisões no exterior	--	--	(619)	12.055
Baixas para prejuízo/outros ajustes	2.559	(341)	2.433	319
Saldo final	2.447.511	2.080.729	2.734.935	2.331.232

d) Carteira de câmbio

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	20.052.466	17.880.523	20.149.325	17.927.393
Direitos sobre vendas de câmbio	18.834.496	29.407.245	18.834.498	29.412.495
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	70.183	64.155	70.183	64.155
Valores em moedas estrangeiras a receber	1.072	872	1.072	872
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(16.176.845)	(28.645.733)	(16.176.845)	(28.645.733)
Total	22.781.372	18.707.062	22.878.233	18.759.182
Ativo circulante	21.844.134	18.611.696	21.940.995	18.663.816
Ativo não circulante	937.238	95.366	937.238	95.366
Posição passiva				
Câmbio vendido a liquidar	21.198.734	34.049.369	21.198.734	34.049.369
Obrigações por compras de câmbio	18.661.114	17.209.178	18.758.386	17.261.661
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.807	1.897	71.533	65.906
Subtotal (Nota 20.a)	39.861.655	51.260.444	40.028.653	51.376.936
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(14.299.666)	(13.438.613)	(14.299.666)	(13.438.613)
Total	25.561.989	37.821.831	25.728.987	37.938.323
Passivo circulante	21.338.357	33.943.389	21.505.355	34.059.881
Passivo não circulante	4.223.632	3.878.442	4.223.632	3.878.442
Carteira de câmbio líquida	(2.780.617)	(19.114.769)	(2.850.754)	(19.179.141)
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.191.449	887.011	1.231.011	911.691
Créditos de exportação confirmados	576.677	388.151	579.254	390.200

e) Resultado de outros ativos financeiros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Resultado de operações de câmbio	(175.015)	568.031	(171.968)	509.846
Demais	39.026	36.946	39.026	36.946
Total	(135.989)	604.977	(132.942)	546.792

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 - INVESTIMENTOS**a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto**

BB Banco Múltiplo	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Trimestre/2021			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			1º Trimestre/2021	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2020	Dividendos	Outros eventos (1)	Resultado de equivalência	31.03.2021	1º Trimestre/2020
No País							26.358.058	(2.592)	(43.780)	1.806.231	28.117.917	1.578.799
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	9.644.641	241.018	17.703	--	100,00 %	9.368.728	--	34.849	241.064	9.644.641	203.289
BB Seguridade Participações S.A. (2)(3)	3.396.767	6.516.164	979.544	1.325.000	--	66,36 %	3.808.088	--	(134.367)	650.402	4.324.123	587.315
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.791.803	14.652	3.000	--	100,00 %	4.777.151	--	--	14.652	4.791.803	19.853
Banco Votorantim S.A. (4)	8.130.372	11.200.748	355.138	1.065.794	584.042	50,00 %	5.372.810	--	45.947	178.195	5.596.952	110.934
BB Banco de Investimento S.A.	376.000	978.065	143.239	3.790	--	100,00 %	825.140	--	9.686	143.239	978.065	85.597
BB Tecnologia e Serviços (4)	282.643	224.746	4.057	248.458	248.586	99,99 %	210.813	--	--	4.592	215.405	8.476
BB Administradora de Consórcios S.A.	280.583	870.382	188.312	14	--	100,00 %	682.070	--	--	188.312	870.382	153.231
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	1.582.160	368.756	100.000	--	100,00 %	1.213.299	--	105	368.756	1.582.160	399.089
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	29.476	5.143	398.158	--	100,00 %	24.333	--	--	5.143	29.476	6.597
Outras Participações							75.626	(2.592)	--	11.876	84.910	4.418
No Exterior							5.839.422	--	(993.500)	1.549.890	6.395.812	4.290.615
Banco Patagonia S.A.	44.544	2.784.185	367.563	578.117	--	80,39 %	1.939.499	--	3.210	295.481	2.238.190	215.823
BB Cayman Islands Holding	1.373.180	1.721.443	17.234	241.023	--	100,00 %	1.574.906	--	129.303	17.234	1.721.443	(22.300)
Banco do Brasil AG	426.772	1.323.382	(22.134)	638	--	100,00 %	1.282.686	--	62.830	(22.134)	1.323.382	(12.161)
BB Securities LLC	28.487	474.773	(2.726)	5	--	100,00 %	435.543	--	41.956	(2.726)	474.773	3.735
Banco do Brasil Americas (5)	350.384	384.745	6.594	11.086	--	100,00 %	322.352	--	30.148	6.594	359.094	4.346
BB USA Holding Company	--	989	--	--	--	100,00 %	902	--	87	--	989	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							283.534	--	(5.593)	--	277.941	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	(1.038.284)	1.038.284	--	3.318.137
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas							--	--	(209.188)	209.188	--	759.014
Ganhos/(perdas) cambiais em outras participações							--	--	(7.969)	7.969	--	24.021
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							32.197.480	(2.592)	(1.037.280)	3.356.121	34.513.729	5.869.414
(Provisão para perdas)							(228)	--	--	--	(228)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Em 31.03.2021, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 24,25.

(3) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(4) Incluído o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(5) Incluída a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento no Banco do Brasil Americas no valor de R\$ 25.651 mil, constituída em exercícios anteriores.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Trimestre/2021			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			1º Trimestre/2021	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2020	Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	31.03.2021	1º Trimestre/2020
No País							15.767.954	(318.396)	(194.755)	876.742	16.131.545	668.758
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	11.200.748	355.138	1.065.794	584.042	50,00 %	5.372.810	--	45.947	178.195	5.596.952	110.934
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	10.406.986	79.632	2.397.200	1.198.600	30,00 %	3.114.837	(16.631)	--	23.890	3.122.096	35.112
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	11.551.874	233.944	778.320	--	28,74 %	3.272.950	(24.503)	(549)	66.687	3.314.585	48.481
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽⁵⁾	2.929.258	4.733.815	255.849	784	1.568	75,00 %	3.319.682	--	(398)	190.725	3.510.009	120.050
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁵⁾	1.469.848	1.661.266	331.867	944.858	1.889.339	74,99 %	1.357.044	(271.614)	(88.356)	248.709	1.245.783	246.202
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	231.264	417.531	48.370	107.989	107.989	66,66 %	359.580	--	(113.572)	32.243	278.251	25.247
Elo Participações S.A. ⁽⁶⁾	1.052.000	3.281.644	230.667	525.895	--	49,99 %	1.525.119	--	(5.434)	120.809	1.640.494	77.753
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁽⁷⁾	2.289.917	1.360.504	(15.082)	1.954.245	--	49,99 %	687.304	--	349	(7.538)	680.115	--
Outras Participações							232.155	(5.648)	(73.106)	23.022	176.423	4.979
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							(1.561)	--	--	--	(1.561)	--
Resultado não realizado ⁽⁸⁾							(3.471.966)	--	40.364	--	(3.431.602)	--
No Exterior							283.534	--	(5.593)	--	277.941	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							283.534	--	(5.593)	--	277.941	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							16.051.488	(318.396)	(200.348)	876.742	16.409.486	668.758
(Provisão para perdas)							(21.316)	--	2.741	--	(18.575)	--

(1) Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Incluído o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,11 %, em virtude de a Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(7) Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários (Nota 5).

(8) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

Balanco Patrimonial	31.03.2021						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	312.512.599	122.384.728	10.945.585	16.678.868	84.377.673	24.050.458	570.949.911
Disponibilidades	6.642	142.482	3.128	9.829	245.273	923.748	1.331.102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	11.724.238	3.007	--	--	(1.013)	11.726.232
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	310.746.559	39.610.967	1.031.174	6.856.531	6.753.768	10.352.474	375.351.473
Operações de Crédito	--	50.771.101	--	--	--	--	50.771.101
Outros créditos e outros valores e bens	1.524.823	17.674.598	667.770	9.575.461	65.820.587	8.252.945	103.516.184
Permanente	234.575	2.461.342	9.240.506	237.047	11.558.045	4.522.304	28.253.819
Passivo Total	307.778.784	111.183.980	538.599	15.017.602	72.825.799	17.121.015	524.465.779
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	96.141.908	--	--	60.678.398	--	156.820.306
Outros passivos	307.778.784	15.042.072	538.599	15.017.602	12.147.401	17.121.015	367.645.473
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	307.271.818	--	--	11.224.079	--	8.035.850	326.531.747
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	167.510	--	--	--	--	167.510
Demais	506.966	14.874.562	538.599	3.793.523	12.147.401	9.085.165	40.946.216
Patrimônio Líquido	4.733.815	11.200.748	10.406.986	1.661.266	11.551.874	6.929.443	46.484.132
% de Participação	75,00 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,74 %	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	3.550.125	5.600.374	3.122.096	1.245.783	3.318.692	3.184.622	20.021.692
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	277.941	276.380
Outros valores ⁽¹⁾	(40.116)	(3.422)	(2.769.700)	--	(4.107)	(1.071.241)	(3.888.586)
Saldo do investimento	3.508.448	5.596.952	352.396	1.245.783	3.314.585	2.391.322	16.409.486

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2021						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(26.481)	1.176.388	--	65.502	80.396	61.995	1.357.800
Receitas de prestação de serviços	747.708	131.073	783.005	--	1.334.466	1.129.889	4.126.141
Outras despesas administrativas	(35.250)	(354.284)	(215.848)	(59.271)	(180.282)	(681.787)	(1.526.722)
Outras receitas/despesas operacionais	(256.568)	(355.020)	(446.570)	436.543	(823.189)	(235.184)	(1.679.988)
Resultado não operacional	--	(3.354)	--	531	--	(5.560)	(8.383)
Resultado antes da tributação	429.409	594.803	120.587	443.305	411.391	269.353	2.268.848
Tributação sobre o lucro e participações	(173.142)	(243.664)	(40.912)	(109.761)	(91.393)	(60.061)	(718.933)
Lucro Líquido	256.267	351.139	79.675	333.544	319.998	209.292	1.549.915
% de Participação	75,00 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,74 %	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	192.187	175.570	23.903	250.124	91.971	103.553	837.308
Outros valores ⁽¹⁾	(1.462)	2.625	(13)	(1.415)	(25.284)	64.983	39.434
Resultado de equivalência patrimonial	190.725	178.195	23.890	248.709	66.687	168.536	876.742

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco Patrimonial	31.12.2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	312.871.595	117.928.511	11.082.701	17.137.752	89.724.921	19.723.475	568.468.955
Disponibilidades	3.782	491.165	2.130	9.540	206.958	1.180.233	1.893.808
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	9.856.237	4.001	--	--	14.404	9.874.642
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	311.171.234	38.063.112	840.743	7.249.134	4.482.695	8.889.849	370.696.767
Operações de Crédito	--	50.003.679	--	--	--	--	50.003.679
Outros créditos e outros valores e bens	1.454.805	17.143.891	896.233	9.664.528	73.658.576	5.376.740	108.194.773
Permanente	241.774	2.370.427	9.339.594	214.550	11.376.692	4.262.249	27.805.286
Passivo Total	308.543.128	107.146.286	699.912	15.328.118	78.340.948	13.398.891	523.457.283
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	92.269.129	--	--	68.098.100	526	160.367.755
Outros passivos	308.543.128	14.877.157	699.912	15.328.118	10.242.848	13.398.365	363.089.528
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	308.210.264	--	--	10.960.355	--	8.261.132	327.431.751
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	193.542	--	--	--	--	193.542
Demais	332.864	14.683.615	699.912	4.367.763	10.242.848	5.137.233	35.464.235
Patrimônio Líquido	4.328.467	10.782.225	10.382.789	1.809.634	11.383.973	6.324.584	45.011.672
% de Participação	75,00 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,75 %	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	3.246.134	5.391.113	3.114.837	1.357.044	3.270.456	3.012.117	19.391.701
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	283.534	281.973
Outros valores ⁽¹⁾	73.548	(18.303)	(2.798.654)	--	2.494	(881.271)	(3.622.186)
Saldo do investimento	3.318.121	5.372.810	316.183	1.357.044	3.272.950	2.414.380	16.051.488

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(112.778)	582.617	--	95.071	167.656	46.173	778.739
Receitas de prestação de serviços	711.337	136.307	727.517	--	1.351.282	899.504	3.825.947
Outras despesas administrativas	(54.927)	(359.483)	(218.930)	(62.143)	(154.800)	(655.357)	(1.505.640)
Outras receitas/despesas operacionais	(264.685)	(451.254)	(329.862)	430.397	(1.110.576)	(653)	(1.726.633)
Resultado não operacional	--	(2.848)	--	203	(2.419)	(13.464)	(18.528)
Resultado antes da tributação	278.947	(94.661)	178.725	463.528	251.143	276.203	1.353.885
Tributação sobre o lucro e participações	(114.864)	315.826	(61.686)	(135.214)	(91.663)	(43.912)	(131.513)
Lucro Líquido	164.083	221.165	117.039	328.314	159.480	232.291	1.222.372
% de Participação	75,00 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,73 %	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	123.054	110.583	35.112	246.202	45.816	117.141	677.908
Outros valores ⁽¹⁾	(3.004)	351	--	--	2.665	(9.162)	(9.150)
Resultado de equivalência patrimonial	120.050	110.934	35.112	246.202	48.481	107.979	668.758

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outros investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	9.882	9.882	10.551	10.551
Títulos patrimoniais	57	57	57	57
Ações e cotas	76.845	76.832	90.528	90.065
Outros investimentos	3.105	3.056	3.988	3.902
Outras participações no exterior	128.964	120.994	224.765	201.197
Total	218.853	210.821	329.889	305.772
(Provisão para perdas)	(44.951)	(44.936)	(45.720)	(45.705)

d) Ágios na aquisição de investimentos

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Saldo inicial	283.534	333.720	283.534	333.720
Amortizações ⁽¹⁾	(5.836)	(7.012)	(5.836)	(7.012)
Variação cambial ⁽²⁾	243	65.949	243	65.949
Saldo final	277.941	392.657	277.941	392.657

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

e) Expectativa de amortização dos ágios

	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Banco Patagonia ⁽¹⁾	17.466	23.288	23.288	178.604	242.646
Efeitos tributários	(7.860)	(10.480)	(10.480)	(80.372)	(109.192)
Total Líquido	9.606	12.808	12.808	98.232	133.454

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 35.295 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida e outros ativos não passíveis de amortização.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 6 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	14,4 %	39,5 %

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No 1º Trimestre/2021 e no 1º Trimestre/2020, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo							
	Taxa anual de depreciação	31.12.2020	1º Trimestre/2021		31.03.2021			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10 %	3.449.148	88.766	(102.736)	8.439.159	(4.970.476)	(33.505)	3.435.178
Móveis e equipamentos	10 %	1.714.969	21.661	(75.972)	3.811.938	(2.151.242)	(38)	1.660.658
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 %	1.571.018	15.071	(131.156)	4.680.562	(3.225.629)	--	1.454.933
Imobilizações em curso	--	608.539	(60.087)	--	548.452	--	--	548.452
Terrenos	--	322.124	(22)	--	322.102	--	--	322.102
Equipamentos de comunicação e segurança	10 %	227.583	13.101	(12.021)	690.259	(461.592)	(4)	228.663
Instalações	10 %	127.608	4.118	(7.039)	1.026.034	(901.347)	--	124.687
Veículos	10 %	2.089	(6)	(177)	8.443	(6.537)	--	1.906
Imobilizado em estoque	--	882	(6)	--	876	--	--	876
Total		8.023.960	82.596	(329.101)	19.527.825	(11.716.823)	(33.547)	7.777.455

	BB Consolidado							
	Taxa anual de depreciação	31.12.2020	1º Trimestre/2021		31.03.2021			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10 %	3.480.209	89.686	(104.086)	8.517.925	(5.018.611)	(33.505)	3.465.809
Móveis e equipamentos	10 %	1.801.349	40.332	(82.969)	3.998.437	(2.239.562)	(163)	1.758.712
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 %	1.608.408	32.716	(136.677)	4.808.201	(3.303.660)	(94)	1.504.447
Imobilizações em curso	--	640.992	(78.143)	--	562.849	--	--	562.849
Terrenos	--	329.730	(16)	--	329.714	--	--	329.714
Equipamentos de comunicação e segurança	10 %	234.773	21.673	(12.021)	715.333	(470.904)	(4)	244.425
Instalações	10 %	131.281	5.316	(7.072)	1.035.136	(905.611)	--	129.525
Veículos	10 %	3.230	(6)	(267)	10.517	(7.560)	--	2.957
Imobilizado em estoque	--	882	(6)	--	876	--	--	876
Total		8.230.854	111.552	(343.092)	19.978.988	(11.945.908)	(33.766)	7.999.314

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	BB Banco Múltiplo										
		31.12.2020	1º Trimestre/2021					31.03.2021			
	Taxa anual de amortização	Saldo contábil	Aquisições	Variação Cambial	Baixas	Amortização	(Constituição)/ reversão de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.201.374	27.566	--	(3.482)	(361.058)	(959.194)	7.798.218	(3.936.253)	(1.956.759)	1.905.206
Softwares	10 %	2.954.349	150.026	11.826	(16.247)	(94.909)	--	5.969.559	(2.964.514)	--	3.005.045
Outros ativos intangíveis	Contrato	--	--	--	--	--	--	38.596	(14.499)	(24.097)	--
Total		6.155.723	177.592	11.826	(19.729)	(455.967)	(959.194)	13.806.373	(6.915.266)	(1.980.856)	4.910.251

	BB Consolidado										
		31.12.2020	1º Trimestre/2021					31.03.2021			
	Taxa anual de amortização	Saldo contábil	Aquisições	Variação Cambial	Baixas	Amortização	(Constituição)/ reversão de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.201.374	27.566	--	(3.482)	(361.058)	(959.194)	7.798.218	(3.936.253)	(1.956.759)	1.905.206
Softwares	10 %	3.019.292	146.745	16.164	(10.547)	(99.062)	2	6.114.135	(3.041.541)	--	3.072.594
Outros ativos intangíveis	Contrato	--	--	--	--	--	--	38.596	(14.499)	(24.097)	--
Total		6.220.666	174.311	16.164	(14.029)	(460.120)	(959.192)	13.950.949	(6.992.293)	(1.980.856)	4.977.800

(1) Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas (Nota 27).

(2) Os valores de aquisições e baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo						
	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	836.856	868.357	647.106	615.131	361.440	1.581.361	4.910.251

	BB Consolidado						
	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	841.928	875.111	653.860	621.885	368.194	1.616.822	4.977.800

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 - RECURSOS DE CLIENTES**a) Depósitos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	101.511.081	94.388.414	104.891.181	98.307.410
Pessoas físicas	53.438.681	52.131.205	54.524.594	53.213.887
Pessoas jurídicas	26.068.483	29.383.049	28.605.424	32.405.615
Governos	1.496.761	2.511.563	1.496.761	2.511.563
Vinculados ⁽¹⁾	10.066.752	6.849.446	10.072.117	6.864.873
Moedas estrangeiras	8.256.617	531.029	8.256.617	531.029
Ligadas	548.286	751.053	403.704	630.451
Instituições do sistema financeiro	798.751	1.277.128	699.912	1.199.708
Especiais do Tesouro Nacional	354.062	179.905	354.062	179.905
Domiciliados no exterior	73.744	81.246	69.046	77.589
Outros	408.944	692.790	408.944	692.790
Depósitos de poupança	219.055.228	219.396.331	219.055.228	219.396.331
Pessoas físicas	211.428.964	211.872.717	211.428.964	211.872.717
Pessoas jurídicas	7.155.914	7.120.911	7.155.914	7.120.911
Ligadas	452.740	386.187	452.740	386.187
Instituições do sistema financeiro	17.610	16.516	17.610	16.516
Depósitos a prazo	278.657.417	269.408.816	295.498.352	283.819.600
Judiciais	169.437.019	164.388.100	169.592.193	164.538.401
Moeda nacional	85.539.774	82.329.375	85.539.774	82.329.374
Moedas estrangeiras	15.871.654	14.435.524	32.557.415	28.696.008
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	1.333.384	1.903.053	1.333.384	1.903.053
Funproger (Nota 17.e)	481.527	485.872	481.527	485.872
Garantias de terceiros ⁽²⁾	1.804.464	1.832.849	1.804.464	1.832.849
Regime especial ⁽³⁾	2.895.681	2.800.973	2.895.681	2.800.973
Outros	1.293.914	1.233.070	1.293.914	1.233.070
Outros depósitos	355.231	460.924	355.231	460.924
Total	599.578.957	583.654.485	619.799.992	601.984.265
Passivo circulante	521.316.850	510.122.688	539.962.091	527.711.085
Passivo não circulante	78.262.107	73.531.797	79.837.901	74.273.180

(1) Inclui o montante de R\$ 1.090.262 mil (R\$ 3.218.726 mil em 31.12.2020), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro. Em 31.12.2020, havia o valor de R\$ 55.316 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidas por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizado no 1º Trimestre/2021.

(2) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

(3) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	177.291.634	12.502.118	10.601.558	15.043.311	63.218.796	278.657.417	269.408.816
Depósitos de poupança	219.055.228	--	--	--	--	219.055.228	219.396.331
Depósitos à vista	101.511.081	--	--	--	--	101.511.081	94.388.414
Outros depósitos	355.231	--	--	--	--	355.231	460.924
Total	498.213.174	12.502.118	10.601.558	15.043.311	63.218.796	599.578.957	583.654.485

(1) Inclui o valor de R\$ 80.262.857 mil (R\$ 77.225.836 mil em 31.12.2020), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	177.291.634	26.372.714	11.996.103	15.649.086	64.188.815	295.498.352	283.819.600
Depósitos de poupança	219.055.228	--	--	--	--	219.055.228	219.396.331
Depósitos à vista	104.891.181	--	--	--	--	104.891.181	98.307.410
Outros depósitos	355.231	--	--	--	--	355.231	460.924
Total	501.593.274	26.372.714	11.996.103	15.649.086	64.188.815	619.799.992	601.984.265

(1) Inclui o valor de R\$ 80.262.857 mil (R\$ 77.225.836 mil em 31.12.2020), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Depósitos de poupança	(1.495.670)	(1.868.592)	(1.495.670)	(1.868.592)
Depósitos a prazo	(1.896.106)	(2.431.298)	(2.492.644)	(2.773.710)
Judiciais	(926.931)	(1.613.276)	(928.110)	(1.614.024)
Demais	(969.175)	(818.022)	(1.564.534)	(1.159.686)
Total	(3.391.776)	(4.299.890)	(3.988.314)	(4.642.302)

d) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.03.2021			31.12.2020		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				99	11.349	11.448	419	11.571	11.990
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	6	123	129	10	127	137
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	73	10.509	10.582	283	10.734	11.017
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	1	1	--	1	1
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	20	716	736	126	709	835
Proger Urbano				455.952	750.833	1.206.785	868.766	885.941	1.754.707
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	427.479	742.446	1.169.925	444.683	853.032	1.297.715
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	26.031	3.637	29.668	129.800	27.432	157.232
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	2.442	4.750	7.192	294.283	5.477	299.760
Outros				26.361	88.790	115.151	29.753	106.603	136.356
Proger Exportação	27/2005	RA	11/2005	48	57	105	1.022	98	1.120
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	24.567	86.346	110.913	25.299	102.593	127.892
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	1.746	2.387	4.133	3.432	3.912	7.344
Total				482.412	850.972	1.333.384	898.938	1.004.115	1.903.053

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério da Economia e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat, cujo saldo em 31.03.2021 é de R\$ 481.527 mil (R\$ 485.872 mil em 31.12.2020).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Captações no mercado aberto (b)	589.451.962	519.049.785	574.813.913	503.722.822
Obrigações por empréstimos e repasses (c)	154.781.230	147.301.946	72.754.519	73.884.058
Depósitos interfinanceiros	27.632.623	25.081.389	28.530.839	25.686.889
Obrigações por operações vinculadas a cessão	241.414	258.493	241.414	258.493
Total	772.107.229	691.691.613	676.340.685	603.552.262
Passivo circulante	660.523.925	586.833.204	639.397.411	565.348.523
Passivo não circulante	111.583.304	104.858.409	36.943.274	38.203.739

b) Captações no mercado aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Carteira própria	68.452.855	175.652.834	53.984.862	160.325.871
Títulos privados	9.919.622	13.675.125	9.919.622	13.675.125
Letras Financeiras do Tesouro	52.404.994	156.326.238	42.656.621	145.274.215
Títulos no exterior	6.128.239	5.651.471	1.408.619	1.376.531
Carteira de terceiros	520.999.107	343.396.951	520.829.051	343.396.951
Letras Financeiras do Tesouro	208.063.891	173.148.914	207.915.554	173.148.914
Letras do Tesouro Nacional	10.622.920	8.532.956	10.622.920	8.532.956
Notas do Tesouro Nacional	302.312.296	161.715.081	302.290.577	161.715.081
Total	589.451.962	519.049.785	574.813.913	503.722.822
Passivo circulante	578.947.403	508.055.826	569.028.978	497.004.107
Passivo não circulante	10.504.559	10.993.959	5.784.935	6.718.715

c) Obrigações por empréstimos e repasses**Obrigações por empréstimos**

	BB Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.03.2021	31.12.2020
No exterior	4.603.348	8.305.825	44.592.756	592.944	58.094.873	51.850.980
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	15.143	1.661	42.254.707	--	42.271.511	36.674.498
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.520.207	8.206.094	2.233.995	571.751	15.532.047	14.997.098
Importação	67.998	98.070	104.054	21.193	291.315	179.384
Total	4.603.348	8.305.825	44.592.756	592.944	58.094.873	51.850.980
Passivo circulante					12.909.173	12.641.428
Passivo não circulante					45.185.700	39.209.552

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.03.2021	31.12.2020
No exterior	4.683.279	8.328.072	2.412.100	644.740	16.068.191	15.552.734
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.615.285	8.230.005	2.308.046	623.547	15.776.883	15.373.357
Importação	67.994	98.067	104.054	21.193	291.308	179.377
Total	4.683.279	8.328.072	2.412.100	644.740	16.068.191	15.552.734
Passivo circulante					13.011.351	12.846.812
Passivo não circulante					3.056.840	2.705.922

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional - crédito rural		173.809	172.994	173.809	172.994
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50 % a.a. a 4,00 % a.a. (se aplicado)	10.946	13.605	10.946	13.605
Cacau	IGP-M + 8,00 % a.a. ou TJLP + 0,60 % a.a. ou Pré 6,35 % a.a.	147.104	144.272	147.104	144.272
Recoop	Pré 5,75 % a.a. a 8,25 % a.a. ou IGP-DI + 1,00 % a.a. ou IGP-DI + 2,00 % a.a.	10.770	10.770	10.770	10.770
Outros		4.989	4.347	4.989	4.347
BNDES	Pré 0,00 % a.a. a 8,00 % a.a. TJLP + 0,50 % a.a. a 4,00 % a.a. IPCA + 7,02 % a.a. a 9,41 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. Var. Camb. + 0,90 % a.a. a 3,00 % a.a. TLP + 1,30 % a.a. a 2,10 % a.a.	18.682.541	19.161.196	18.682.541	19.161.196
Caixa Econômica Federal	Pré 4,88 % a.a. (média)	29.788.077	30.259.319	29.788.077	30.259.319
Finame	Pré 0,00 % a.a. a 8,50 % a.a. TJLP + 0,90 % a.a. a 4,00 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. a 2,45 % a.a. Var. Camb. + 1,40 a.a. a 3,00 % a.a. TLP + 1,42 % a.a. a 2,25 % a.a.	7.891.106	8.587.353	7.891.106	8.587.353
Outras instituições oficiais		150.795	150.462	150.795	150.462
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,25 % a.a. a 6,75 % a.a.	150.767	150.434	150.767	150.434
Outros		28	28	28	28
Total		56.686.328	58.331.324	56.686.328	58.331.324
Passivo circulante		36.076.047	36.417.742	36.076.047	36.417.742
Passivo não circulante		20.610.281	21.913.582	20.610.281	21.913.582

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Do exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	40.000.029	37.119.642	--	--
Total	40.000.029	37.119.642	--	--
Passivo circulante	10.761.377	9.982.115	--	--
Passivo não circulante	29.238.652	27.137.527	--	--

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Captações no mercado aberto	(2.760.346)	(4.690.890)	(2.678.148)	(4.528.402)
Carteira de terceiros	(2.267.944)	(4.107.955)	(2.227.472)	(3.990.751)
Carteira própria	(492.402)	(582.935)	(450.676)	(537.651)
Depósitos interfinanceiros	(167.156)	(203.548)	(171.400)	(206.509)
Obrigações por empréstimos	(5.535.996)	(17.837.961)	(4.824.517)	(17.003.067)
Obrigações por repasses	(4.659.520)	(10.017.232)	(4.271.216)	(9.578.035)
Do exterior	(3.951.231)	(9.267.821)	(3.562.927)	(8.828.623)
Caixa Econômica Federal	(377.357)	(391.625)	(377.357)	(391.625)
BNDES	(267.285)	(276.588)	(267.285)	(276.588)
Finame	(55.467)	(70.673)	(55.467)	(70.674)
Tesouro Nacional	(4.872)	(3.491)	(4.872)	(3.491)
Outras	(3.308)	(7.034)	(3.308)	(7.034)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	--	--	1.255.441	4.101.173
Total	(13.123.018)	(32.749.631)	(10.689.840)	(27.214.840)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – RECURSOS DE EMISSÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Recursos de aceites e emissão de títulos (b)	119.678.690	118.381.903	126.699.678	124.768.859
Dívidas subordinadas (c)	42.681.669	50.009.050	42.651.132	49.963.306
Instrumentos híbridos de capital e dívida (d)	39.840.889	36.576.405	31.728.317	28.459.975
Total	202.201.248	204.967.358	201.079.127	203.192.140
Passivo circulante	51.122.978	43.853.991	51.197.848	43.913.905
Passivo não circulante	151.078.270	161.113.367	149.881.279	159.278.235

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						31.03.2021	31.12.2020
Banco Múltiplo						119.678.690	118.381.903
Programa "Global Medium - Term Notes"						16.929.938	15.850.558
	USD	1.000.000	4,63 %	2017	2025	5.730.997	5.286.224
	BRL	293.085	10,15 %	2017	2027	321.603	366.360
	USD	750.000	4,88 %	2018	2023	4.363.913	3.932.664
	COL	160.000.000	8,51 %	2018	2025	299.770	304.179
	USD	750.000	4,75 %	2019	2024	4.274.106	3.944.455
	BRL	398.000	9,50 %	2019	2026	436.802	469.785
	MXN	1.900.000	8,50 %	2019	2026	596.866	604.458
	COL	520.000.000	6,50 %	2019	2027	905.881	942.433
"Senior Notes"						10.464.436	9.448.593
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88 %	2012	2022	10.464.436	9.448.593
Notas estruturadas						324.896	305.850
	EUR	18.400	1,93 a 3,55 %		2021	125.218	118.508
	USD	35.000	3,80 a 4,10 %		2021	199.678	187.342
Certificados de depósitos ⁽²⁾						6.803.377	5.748.485
Curto prazo			0,05 a 3,80 %			5.275.682	4.334.395
Longo prazo			1,35 a 3,27 %		2024	1.527.695	1.414.090
Certificados de operações estruturadas						2.691	2.563
Curto prazo			1,96 % a 5,46 % do DI			1.131	1.084
Longo prazo			3,93 a 10,07 % do DI		2023	1.560	1.479
Letras de Crédito Imobiliário			65,00 a 98,00 % do DI TR + 7,7151 %			12.551.657	12.437.868
Curto Prazo						1.921.739	1.863.775
Longo Prazo					2026	10.629.918	10.574.093
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00 a 102,00 % do DI Pré 1,81 a 6,12 %			72.565.221	74.210.446
Curto prazo						29.782.276	25.537.358
Longo prazo					2024	42.782.945	48.673.088
Letras financeiras			98,25 a 98,75 % do DI Pré 7,65 %			36.474	377.540
Curto prazo						35.458	376.529
Longo prazo					2022	1.016	1.011
Banco Patagonia			Pré 38,50 % 500 pontos + Badlar			105.794	60.287
Curto prazo	ARS					105.794	60.287
Entidades de propósitos específicos - EPE no exterior ⁽³⁾						7.004.178	6.349.294
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m+1,20 %	2019	2024	1.140.205	1.033.053
	USD	200.000	3,70 %	2019	2026	1.141.334	1.040.718
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50 %	2014/2015	2034	2.880.989	2.610.030
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20 %	2015	2030	1.841.650	1.665.493
Valor eliminado na consolidação ⁽⁴⁾						(88.984)	(22.625)
Total						126.699.678	124.768.859
Passivo circulante						37.446.976	32.479.278
Passivo não circulante						89.252.702	92.289.581

(1) Refere-se ao valor outstanding, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.f.

(4) Referem-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2021	31.12.2020
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						23.469.518	26.403.208
Dívidas subordinadas no exterior						12.833.710	15.387.511
	USD	660.000	5,38 %	2010	2021	--	3.514.727
	USD	1.490.000	5,88 %	2011	2022	8.569.519	7.927.674
	USD	741.115	5,88 %	2012	2023	4.264.191	3.945.110
Letras financeiras subordinadas						6.378.441	8.218.331
	BRL	2.868.385	113,00 % a 115,00 % do CDI	2014	2021	5.382.087	7.283.702
	BRL	400.000	8,08 % + IPCA	2014	2022	976.226	934.629
	BRL	20.000	100 % do CDI + 2,75 %	2021	Perpétuo	20.128	--
Total das dívidas subordinadas – Banco Múltiplo						42.681.669	50.009.050
Valores eliminados na consolidação						(30.537)	(45.744)
Total das dívidas subordinadas – BB Consolidado ⁽¹⁾						42.651.132	49.963.306
Passivo circulante						12.803.173	11.134.396
Passivo não circulante						29.847.959	38.828.910

(1) O montante de R\$ 24.507.963 mil (R\$ 29.676.974 mil em 31.12.2020) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

d) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Captações	Moeda	Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.03.2021	31.12.2020
Bônus perpétuos						
	USD	1.285.950	9,25 %	2012	7.739.105	6.915.600
	USD	1.950.000	6,25 %	2013	11.412.686	10.250.286
	BRL	8.100.000	5,50 % ⁽²⁾	2012	8.144.870	8.221.320
	USD	2.150.000	9,00 %	2014	12.544.228	11.189.199
Total – Banco Múltiplo					39.840.889	36.576.405
Valores eliminados na consolidação					(12.572)	(16.430)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total – BB Consolidado					31.728.317	28.459.975
Passivo circulante					947.699	300.231
Passivo não circulante					30.780.618	28.159.744

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 30.622.988 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.932.263 mil em 31.12.2020), vide Nota 30.c.

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 851.012 mil), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até aquela data, totalizando R\$ 4,953 bilhões.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.285.950 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.950.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.150.000 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Recursos de aceites e emissões de títulos	(541.718)	(1.250.523)	(645.386)	(1.334.280)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(338.434)	(679.925)	(338.434)	(679.925)
Letras financeiras	(81.802)	(150.478)	(81.802)	(150.478)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(65.190)	(282.143)	(168.858)	(365.900)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(56.244)	(137.877)	(56.244)	(137.877)
Certificados de operações estruturadas	(48)	(100)	(48)	(100)
Dívidas subordinadas	(191.126)	(190.406)	(191.126)	(190.406)
Instrumentos híbridos de capital e dívida – IHCD	(645.267)	(600.559)	(600.397)	(579.092)
Total	(1.378.111)	(2.041.488)	(1.436.909)	(2.103.778)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 - OUTROS PASSIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Outros Passivos Financeiros	104.155.275	109.389.378	103.348.813	108.424.340
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	39.861.655	51.260.444	40.028.653	51.376.936
Operações com cartão de crédito/débito	28.346.613	30.591.884	28.628.807	30.774.028
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	26.407.067	21.650.544	26.407.067	21.650.544
Demais	9.539.940	5.886.506	8.284.286	4.622.832
Passivo circulante	81.349.726	90.989.430	82.222.246	91.689.574
Passivo não circulante	22.805.549	18.399.948	21.126.567	16.734.766
Outros Passivos Não Financeiros	29.400.135	27.620.367	32.750.170	31.270.138
Passivos atuariais (Nota 29.e)	12.947.956	16.033.678	12.947.956	16.033.678
Credores diversos ⁽¹⁾	3.518.843	4.305.854	6.492.327	7.266.865
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.179.482	388.859	6.182.872	392.242
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	3.044.073	2.861.625	3.044.073	2.861.625
Obrigações sociais e estatutárias	1.784.267	2.065.789	1.885.778	2.486.199
Obrigações por convênios oficiais	914.014	893.291	914.014	893.291
Rendas antecipadas	--	--	140.167	142.583
Demais	1.011.500	1.071.271	1.142.983	1.193.655
Passivo circulante	29.293.505	27.489.087	31.184.230	29.705.397
Passivo não circulante	106.630	131.280	1.565.940	1.564.741

(1) Inclui o montante de R\$ 22.247 mil (R\$ 492.918 mil em 31.12.2020) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidas por meio da MP n.º 2.196/2001.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	13.712.999	9.771.373	13.712.999	9.771.373
Marinha Mercante	8.723.886	8.103.425	8.723.886	8.103.425
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.754.506	1.719.753	1.754.506	1.719.753
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	752.093	756.060	752.093	756.060
Pasep ⁽²⁾	381.018	314.982	381.018	314.982
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	261.218	258.860	261.218	258.860
Outros	821.347	726.091	821.347	726.091
Total	26.407.067	21.650.544	26.407.067	21.650.544
Passivo circulante	10.063.211	9.278.885	10.063.211	9.278.885
Passivo não circulante	16.343.856	12.371.659	16.343.856	12.371.659

(1) A Resolução CMN n.º 4.192/2013 limita a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência - PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 13.017.148 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 695.851 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

(2) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras Despesas de Captação

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ⁽¹⁾	(832.567)	(1.700.165)	(832.567)	(1.700.165)
Demais	(188.259)	(138.952)	(143.512)	(117.499)
Total	(1.020.826)	(1.839.117)	(976.079)	(1.817.664)

(1) Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei n.º 7.827/1989 (Nota 20.b).

21 - PROVISÕES**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Cíveis, fiscais e trabalhistas (b)	27.687.613	26.807.922	28.192.622	27.288.400
Demandas cíveis	9.883.728	9.195.502	10.295.640	9.579.206
Demandas trabalhistas	4.579.859	4.442.070	4.639.306	4.499.477
Demandas fiscais	424.524	408.370	450.948	440.539
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) ⁽¹⁾	12.799.502	12.761.980	12.806.728	12.769.178
Outras Provisões	7.080.213	6.185.624	7.624.710	6.747.770
Pagamentos a efetuar	4.764.897	4.031.911	5.308.613	4.593.046
Garantias financeiras prestadas (c)	748.515	752.249	748.760	752.473
Outras	1.566.801	1.401.464	1.567.337	1.402.251
Total	34.767.826	32.993.546	35.817.332	34.036.170

(1) Inclui, no BB Consolidado, o montante de R\$ 7.226 mil (R\$ 7.198 mil em 31.12.2020) referente à BB Consórcios.

b) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**Ativos contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, prorrogáveis por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, conforme acórdão homologatório proferido pelo Plenário do STF em 29.05.2020, publicado em 18.06.2020.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários (RE) interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do RE 1.101.937/SP, que versa sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Considerando os votos já proferidos no RE 1.101.937/SP, formando a maioria pela inconstitucionalidade da atual redação do art. 16, da Lei 7.347/1985 (redação que restringe a extensão territorial da sentença coletiva ao âmbito do Juízo prolator), em 24.03.2021, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Demandas Trabalhistas				
Saldo inicial	4.442.070	3.610.333	4.499.477	3.663.769
Constituição	542.760	420.289	545.672	422.953
Reversão da provisão	(44.438)	(120.567)	(45.114)	(121.619)
Baixa por pagamento	(432.949)	(247.103)	(434.227)	(248.919)
Atualização monetária e variação cambial	72.416	56.091	73.498	58.268
Saldo final	4.579.859	3.719.043	4.639.306	3.774.452
Demandas Fiscais				
Saldo inicial	408.370	382.388	440.539	415.396
Constituição	29.957	42.016	31.386	44.161
Reversão da provisão	(11.196)	(23.846)	(18.534)	(26.272)
Baixa por pagamento	(3.811)	(20.636)	(3.811)	(20.636)
Atualização monetária e variação cambial	1.204	2.521	1.368	4.676
Saldo final	424.524	382.443	450.948	417.325
Demandas Cíveis				
Saldo inicial	9.195.502	8.697.684	9.579.206	8.851.582
Constituição	1.391.036	657.230	1.422.268	668.280
Reversão da provisão	(43.568)	(23.871)	(63.254)	(31.855)
Baixa por pagamento	(725.775)	(692.680)	(725.790)	(693.711)
Atualização monetária e variação cambial	66.533	54.235	83.210	70.765
Saldo final	9.883.728	8.692.598	10.295.640	8.865.061
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	14.888.111	12.794.084	15.385.894	13.056.838

Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	4.136.927	103.185	8.813.147	4.195.192	119.120	9.165.054
Acima de 5 anos	442.932	321.339	1.070.581	444.114	331.828	1.130.586
Total	4.579.859	424.524	9.883.728	4.639.306	450.948	10.295.640

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos contingentes – possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	92.896	98.276	145.791	155.729
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	13.145.419	13.115.848	14.037.812	14.000.019
Demandas Cíveis	2.219.530	2.351.648	2.671.674	2.527.303
Total	15.457.845	15.565.772	16.855.277	16.683.051

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.368.734 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 881.302 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 1.244.904 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.758.954 mil.

Depósitos em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	6.396.757	6.242.101	6.430.969	6.275.600
Demandas Fiscais	8.900.105	8.852.638	9.456.150	9.411.760
Demandas Cíveis	18.427.715	18.643.924	18.473.988	18.687.428
Total	33.724.577	33.738.663	34.361.107	34.374.788

Obrigações legais

O Banco mantém registrado em Provisões – Cíveis, fiscais e trabalhistas e em Passivos Fiscais – Correntes o montante de R\$ 19.371.175 mil (R\$ 19.333.653 mil em 31.12.2020), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos.

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e da base negativa. Essa conclusão do STF repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 9º da Resolução CMN n.º 4.842/2020, sem efeito no resultado.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda a favor da União Federal e serão reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ter sido utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Esses tributos a compensar, que decorrerão das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 6.010.012 mil, em 31.03.2021, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 5.187.838 mil.

Valores relacionados às referidas ações

	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos Judiciais	19.371.175	19.333.653
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	11.554.164	11.516.642
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	19.371.175	19.333.653
Prejuízos fiscais de IRPJ (Passivos Fiscais – Correntes)	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar (Passivos Fiscais – Correntes)	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	12.799.502	12.761.980

c) Garantias financeiras prestadas

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021		31.12.2020	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	2.954.963	587.204	2.976.940	598.932	2.479.341	587.449	2.671.307	599.156
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.203.998	94.131	906.105	89.646	1.203.998	94.131	906.105	89.646
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	491.637	58.425	456.289	55.680	362.571	58.425	327.223	55.680
Outras fianças bancárias	5.103.845	8.674	5.320.997	7.883	5.243.247	8.674	5.453.866	7.883
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	89.690	66	46.442	55	89.690	66	46.442	55
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	131.622	15	161.941	53	131.622	15	161.941	53
Outros avais	--	--	--	--	2.422	--	2.308	--
Total	9.975.755	748.515	9.868.714	752.249	9.512.891	748.760	9.569.192	752.473

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

d) Resultado de provisões

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.682.288)	(852.568)	(1.716.542)	(877.232)
Cíveis	(1.054.063)	(397.113)	(1.090.716)	(416.048)
Trabalhistas	(570.738)	(355.813)	(574.056)	(359.602)
Fiscais	(19.965)	(20.691)	(14.220)	(22.565)
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	(37.522)	(78.951)	(37.550)	(79.017)
Outras	(163.885)	(4.400)	(163.885)	(4.341)
Garantias financeiras prestadas	4.557	(3.421)	4.557	(3.362)
Outras	(168.442)	(979)	(168.442)	(979)
Total	(1.846.173)	(856.968)	(1.880.427)	(881.573)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 - TRIBUTOS**a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Valores Correntes	(18.212)	(10.926)	(773.426)	(801.334)
IR e CSLL no país	(790)	(651)	(754.938)	(706.973)
Imposto de renda no exterior	(17.422)	(10.275)	(18.488)	(94.361)
Valores Diferidos	684.872	3.017.466	662.604	3.008.214
Passivos Fiscais Diferidos	(329.187)	(578.231)	(327.583)	(601.080)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(2.036)	(915)
Marcação a mercado	(70.250)	(125.005)	(66.610)	(146.939)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(16.885)	(35.528)	(16.885)	(35.528)
Lucros do exterior	(182.532)	(346.310)	(182.532)	(346.310)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(66.945)	5.835	(66.945)	5.835
Créditos recuperados a prazo	7.425	(77.223)	7.425	(77.223)
Ativos Fiscais Diferidos	1.014.059	3.595.697	990.187	3.609.294
Diferenças temporárias	333.537	264.884	295.941	254.495
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	581.883	3.199.064	581.883	3.199.064
Marcação a mercado	120.969	125.023	134.693	149.009
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(22.330)	6.726	(22.330)	6.726
Total	666.660	3.006.540	(110.822)	2.206.880

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Resultado Antes dos Tributos e Participações	4.008.444	595.833	5.260.611	1.762.768
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(1.803.800)	(268.125)	(2.367.275)	(793.246)
Encargos JCP	623.804	401.009	623.804	401.009
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	1.510.254	2.641.236	394.534	300.530
Participação de empregados no lucro	230.550	183.151	231.528	183.417
Outros valores ⁽¹⁾	105.852	49.269	1.006.587	2.115.170
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	666.660	3.006.540	(110.822)	2.206.880

(1) Inclui, no BB Consolidado, no 1º Trimestre/2021, o montante de R\$ 564.948 mil referentes ao ganho cambial sobre investimentos no exterior (R\$ 1.845.528 mil no 1º Trimestre/2020).

c) Despesas tributárias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Cofins	(593.209)	(350.111)	(755.931)	(512.269)
ISSQN	(213.686)	(225.203)	(279.378)	(288.748)
PIS/Pasep	(96.437)	(57.409)	(129.331)	(89.854)
Outras	(42.115)	(40.108)	(164.651)	(114.115)
Total	(945.447)	(672.831)	(1.329.291)	(1.004.986)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	786.275	994.183	843.338	1.055.198
Atualização de depósitos judiciais fiscais	361.318	361.318	361.318	361.318
Créditos recuperados a prazo	527.363	534.788	527.363	534.788
Dependências no exterior	43.975	21.389	105.513	102.232
Ajuste da carteira de leasing	--	--	20.878	18.842
Decorrentes de lucros do exterior	182.532	--	182.532	--
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	7.650.425	525.452	7.650.425	525.452
Operações em mercados de liquidação futura	74.199	--	74.199	--
Outros	52.539	52.539	52.539	52.539
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	9.678.626	2.489.669	9.818.105	2.650.369
Imposto de Renda	5.613.700	1.458.573	5.697.877	1.553.699
Contribuição Social	3.596.478	932.110	3.646.101	991.565
Cofins	402.547	84.730	407.432	89.994
PIS/Pasep	65.901	14.256	66.695	15.111

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2020	1º Trimestre/2021		31.03.2021
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	53.989.119	4.720.669	(5.743.839)	52.965.949
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	31.977.932	1.689.170	(2.180.879)	31.486.223
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.085.459	81.492	(220)	1.166.731
Provisões passivas - outras	13.066.486	1.822.671	(1.470.798)	13.418.359
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	4.065.523	--	(2.077.427)	1.988.096
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	807.542	681.409	--	1.488.951
Outras provisões	2.986.177	445.927	(14.515)	3.417.589
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.299.999	762.699	(180.812)	2.881.886
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	56.925.656	5.483.368	(5.924.651)	56.484.373
Imposto de Renda	31.208.029	3.008.456	(2.928.424)	31.288.061
Contribuição Social	25.619.910	2.410.675	(2.996.227)	25.034.358
Cofins	84.058	55.258	--	139.316
PIS/Pasep	13.659	8.979	--	22.638

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado			
	31.12.2020	1º Trimestre/2021		31.03.2021
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	55.158.475	4.746.488	(5.810.682)	54.094.281
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	32.060.635	1.698.016	(2.183.790)	31.574.861
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.094.553	81.714	(2.743)	1.173.524
Provisões passivas - outras	13.130.069	1.822.838	(1.471.714)	13.481.193
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	4.065.523	--	(2.077.427)	1.988.096
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	891.536	693.703	(29.836)	1.555.403
Outras provisões	3.916.159	450.217	(45.172)	4.321.204
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	34.399	--	(1.194)	33.205
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.313.163	763.106	(183.186)	2.893.083
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	58.142.575	5.509.594	(5.995.062)	57.657.107
Imposto de Renda	32.162.809	3.017.001	(2.980.287)	32.199.523
Contribuição Social	25.872.142	2.427.181	(3.011.215)	25.288.108
Cofins	92.580	56.268	(3.062)	145.786
PIS/Pasep	15.044	9.144	(498)	23.690

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários – não ativados)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Créditos tributários no exterior	1.409.993	1.672.771	1.409.993	1.672.771
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	--	19.530
Diferenças temporárias	--	--	--	3.734
Total dos Créditos Tributários	1.409.993	1.672.771	1.409.993	1.696.035
Imposto de Renda	783.329	929.317	783.329	946.423
Contribuição Social	626.664	743.454	626.664	749.612

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2020, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	21.257.534	20.913.243	21.537.261	20.985.416
Em 2022	22.250.357	21.663.771	22.514.268	21.709.713
Em 2023	12.888.100	12.315.989	13.194.496	12.476.286
Em 2024	206.814	192.518	244.035	221.744
Em 2025	175.287	157.857	486.071	396.601
Em 2026	96.558	84.102	108.784	92.426
Em 2027	27.105	22.833	29.840	24.567
Em 2028	458	372	2.557	1.761
Em 2029	9.458	7.453	10.862	8.278
Em 2030	13.985	10.659	14.401	10.821
Total de Créditos Tributários em 31.12.2020	56.925.656	55.368.797	58.142.575	55.927.613

No 1º Trimestre/2021, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 5.924.651 mil, correspondente a 27,87 % da respectiva projeção de utilização para o período de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 21.b), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2020, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/ CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/ CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾
Em 2021	39%	37%	39%	37%
Em 2022	37%	39%	37%	39%
Em 2023	20%	23%	20%	22%
A partir de 2024	4%	1%	4%	2%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária**

	31.03.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	127.588.932	116.723.222
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	44,71	40,91
Valor de mercado por ação (R\$)	30,45	38,80
Patrimônio Líquido Consolidado	138.195.260	126.971.109

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.023 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31.12.2020) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029, ainda pendente de análise e deliberação pelos órgãos competentes.

d) Reservas de reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.022 mil (R\$ 2.040 mil em 31.12.2020), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º Trimestre/2021, foram realizadas reservas no montante de R\$ 18 mil (R\$ 17 mil no 1º Trimestre/2020) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de capital e de lucros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Reservas de Capital	1.399.364	1.397.697	1.400.980	1.399.152
Reservas de Lucros	37.855.700	39.454.038	37.623.965	39.198.468
Reserva legal	9.259.072	9.259.072	9.259.072	9.259.072
Reservas Estatutárias	28.596.628	30.194.966	28.364.893	29.939.396
Margem operacional	21.581.142	21.581.142	21.258.954	21.225.998
Equalização de remuneração do capital	7.015.486	8.613.824	7.105.939	8.713.398

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por ação

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Lucro líquido (R\$ mil)	4.157.202	3.189.276
Número médio ponderado de ações (básico)	2.853.577.258	2.851.880.199
Número médio ponderado de ações (diluído) ⁽¹⁾	2.853.246.452	2.851.551.217
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,46	1,12

- (1) A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Notas 23.m e 23.n), sendo respectivamente 330.806 e 328.982 em cada um dos períodos da tabela acima.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, com a Instrução CVM n.º 358/2002 e com a Política Específica de Remuneração aos Acionistas (Política), a Administração estabeleceu a distribuição (*payout*) de 40% para o Exercício/2021. O juros sobre o capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos, em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

O total dos juros sobre o capital próprio no 1º Trimestre/2021 foi de R\$ 1.386.231 mil (R\$ 891.131 mil no 1º Trimestre/2020), proporcionando redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 623.804 mil (R\$ 401.009 mil no 1º Trimestre/2020).

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2021				
Dividendos	212.107	0,074	21.05.2021	28.05.2021
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	415.758	0,146	11.03.2021	31.03.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	970.473	0,340	21.05.2021	28.05.2021
Total destinado aos acionistas	1.598.338	0,560		
Dividendos	212.107	0,074		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.386.231	0,486		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	517.440	0,181	11.03.2020	31.03.2020
Total destinado aos acionistas	517.440	0,181		
Reservas Especiais de Lucros ⁽²⁾	373.691			
Total de juros sobre o capital próprio	891.131			

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

(2) Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.797/2020, alterada pelas Resoluções CMN n.º 4.820/2020 e n.º 4.885/2020, a remuneração do capital no período foi limitada ao mínimo obrigatório definido no estatuto social (25% do lucro líquido ajustado) e, conforme decisão da administração do Banco, o montante de juros sobre o capital próprio complementares foi constituído em Reservas Especiais de Lucros. As reservas especiais de lucros têm por finalidade registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente na data do balancete ou balanço.

h) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	31.03.2021	31.12.2020
BB Banco Múltiplo	4.157.202	3.189.276	127.588.932	116.723.222
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	44.870	21.467	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	23.835	(6.062)	(231.735)	(255.570)
Participação dos não controladores	--	--	2.738.063	2.403.457
BB Consolidado	4.225.907	3.204.681	138.195.260	126.971.109

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 2.f e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Outros resultados abrangentes

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Banco do Brasil		
Títulos disponíveis para venda	(1.082.204)	1.293.372
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(3.062.382)	(13.765.159)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos disponíveis para venda	(40.744)	133.482
Hedge de fluxo de caixa	53.133	(56.459)
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.417.990)	(1.460.612)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(838)	3.987
Total	(5.551.025)	(13.851.389)

j) Participação dos não controladores

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	31.03.2021	31.12.2020
Banco Patagonia S.A.	72.081	52.649	545.995	473.131
BB Tecnologia e Serviços	1	--	29	29
BB Seguridade S.A.	329.519	297.692	2.192.039	1.930.297
Participação dos não Controladores	401.601	350.341	2.738.063	2.403.457

k) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.03.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	134.528.314	4,7	134.751.214	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.018.044	0,4	12.175.335	0,4
Outros acionistas	1.286.162.120	44,9	1.285.781.929	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.249.701.338	78,5	2.220.240.434	77,5
Residentes no exterior	615.715.682	21,5	645.176.586	22,5

(1) Inclui, em 31.03.2021, 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (31.496 em 31.12.2020).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.03.2021	31.12.2020
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	6.363	4.628
Diretoria Executiva	176.312	114.966
Comitê de Auditoria	2.012	57

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Movimentação de ações em circulação/free float

	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.413.540	49,6	1.397.382.845	48,8
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	--		20.785.200	
Outras movimentações ⁽¹⁾	94.210		2.245.495	
Ações em circulação (free float) no fim do período ⁽²⁾	1.420.507.750	49,6	1.420.413.540	49,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em Tesouraria	11.975.061	100,0	12.143.839	100,0	12.018.044	100,0	12.175.335	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	67,5	8.075.350	66,5	8.075.350	67,2	8.075.350	66,3
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.570.621	29,8	3.764.352	31,0	3.570.621	29,7	3.764.352	30,9
Programa de Remuneração Variável	329.027	2,7	304.074	2,5	372.010	3,1	335.570	2,8
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(275.987)		(279.187)		(277.603)		(280.642)	

n) Pagamento baseado em ações**Programa de Remuneração Variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 5.569 mil no 1º Trimestre/2021 (R\$ 6.095 mil no 1º Trimestre/2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir ⁽¹⁾	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	154.039	38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				39.937	
BB DTVM	20.270	42,65	16.218	4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				4.052	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	75.945	25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				51.915	
BB DTVM	14.218	53,44	8.534	2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				5.684	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	57.848	32.509	03/2022
				32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				104.793	
BB DTVM	15.998	46,07	6.407	3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				9.591	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	32.193	32.809	03/2022
				32.809	03/2023
				32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				131.953	
BB DTVM	29.585	29,65	5.929	5.914	03/2022
				5.914	03/2023
				5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				23.656	

(1) Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.

Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Programa de Desempenho Gratificado (PDG) é uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, concedida semestralmente, que visa o reconhecimento do esforço individual e coletivo dos participantes que atingirem resultados superior ao ordinariamente esperado, contribuindo para a construção do resultado do Banco.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Conforme deliberado pelo Banco, a premiação do PDG passou a ser paga integralmente em conta corrente a partir do pagamento referente ao período 2020/2, deixando de ser reconhecida como transações com pagamento baseado em ações. No 1º trimestre/2020, foram distribuídas 693.822 ações em tesouraria, com efeito no resultado de R\$ 57.230 mil.

24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Administração de fundos	1.000.414	982.827	1.679.440	1.721.242
Conta corrente	1.632.628	1.916.892	1.633.227	1.917.466
Comissões de seguros, previdência e capitalização	84.202	75.128	1.024.065	969.590
Rendas de cartões	445.659	419.853	516.303	485.301
Taxas de administração de consórcios	--	--	384.446	327.747
Cobrança	353.232	329.700	364.615	340.149
Operações de crédito e garantias prestadas	360.250	347.877	359.909	347.736
Arrecadações	249.037	268.161	242.115	262.268
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ⁽¹⁾	95.747	99.532	95.747	99.532
Rendas do mercado de capitais	25.731	21.629	68.478	84.704
Interbancária	31.526	37.362	31.526	37.362
Outras	294.506	300.889	477.960	474.203
Total	4.572.932	4.799.850	6.877.831	7.067.300

(1) Inclui o montante de R\$ 7.644 mil no 1º Trimestre/2021 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 7.069 mil no 1º Trimestre/2020).

25 - DESPESAS DE PESSOAL

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Proventos	(2.084.029)	(2.021.797)	(2.369.078)	(2.261.535)
Provisões administrativas de pessoal	(1.592.172)	(854.886)	(1.592.174)	(854.886)
Benefícios	(779.820)	(776.128)	(815.148)	(813.505)
Encargos sociais	(723.311)	(688.811)	(786.648)	(749.859)
Previdência complementar	(198.620)	(213.540)	(201.293)	(216.486)
Honorários de diretores e conselheiros	(8.691)	(8.782)	(12.507)	(12.783)
Treinamento	(5.882)	(9.555)	(6.571)	(10.343)
Total	(5.392.525)	(4.573.499)	(5.783.419)	(4.919.397)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Amortização	(461.803)	(451.172)	(465.957)	(454.713)
Aluguéis	(337.338)	(315.064)	(362.970)	(329.084)
Depreciação	(329.101)	(306.992)	(343.092)	(316.841)
Serviços de vigilância e segurança	(280.189)	(279.202)	(287.814)	(285.126)
Serviços de terceiros	(237.425)	(219.868)	(260.889)	(241.350)
Serviços do sistema financeiro	(224.542)	(188.121)	(244.852)	(207.225)
Manutenção e conservação de bens	(243.375)	(245.213)	(180.102)	(186.307)
Transporte	(136.853)	(165.963)	(151.554)	(180.669)
Comunicações	(109.688)	(174.380)	(125.788)	(188.712)
Água, energia e gás	(122.032)	(129.456)	(125.509)	(132.963)
Processamento de dados	(193.746)	(218.719)	(116.565)	(130.429)
Serviços técnicos especializados	(66.575)	(72.608)	(84.262)	(84.778)
Propaganda e publicidade	(70.083)	(88.298)	(72.121)	(90.896)
Promoções e relações públicas	(14.525)	(34.150)	(14.888)	(35.067)
Material	(13.417)	(18.077)	(14.384)	(20.631)
Viagem no país	(2.743)	(15.043)	(6.376)	(20.793)
Outras	(236.167)	(292.072)	(258.140)	(307.506)
Total	(3.079.602)	(3.214.398)	(3.115.263)	(3.213.090)

27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS**a) Outras receitas operacionais**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Recuperação de encargos e despesas	537.583	606.266	444.867	493.302
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	310.222	163.058	310.222	163.058
Clube de Benefícios BB	129.349	7.248	129.349	7.248
Atualização de ativo atuarial	119.720	2.865	119.720	2.865
Atualização de depósitos em garantia	114.706	326.427	115.129	326.427
Reversão de provisões - outras	12.689	22.792	50.055	39.299
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	39.630	69.416	39.630	69.416
Operações com cartões	11.635	144.923	32.333	149.642
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	15.146	21.942
Rendas de títulos e créditos a receber	14.889	13.127	14.889	13.127
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	11.790	14.851	11.790	14.851
Atualização de impostos a compensar	3.107	8.795	3.107	8.795
Dividendos recebidos	6.240	32.515	1.347	22.293
Outras	65.003	134.596	88.507	182.446
Total	1.376.563	1.546.879	1.376.091	1.514.711

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas operacionais

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Perda por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	(959.194)	--	(959.231)	--
Operações com cartões	(391.065)	(451.234)	(425.897)	(478.668)
Bônus de relacionamento negocial	(312.868)	(301.776)	(312.868)	(301.776)
Atualização das obrigações atuariais	(294.011)	(435.468)	(294.011)	(435.468)
Descontos concedidos em renegociação	(256.058)	(268.936)	(256.058)	(268.936)
Serviços de terceiros	(242.736)	(249.288)	(237.691)	(229.840)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(113.163)	(144.325)
Autoatendimento	(77.140)	(90.362)	(77.140)	(90.362)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(65.859)	(72.015)	(65.859)	(72.015)
Convênio INSS	(60.626)	(64.429)	(60.626)	(64.429)
Falhas/fraudes e outras perdas	(50.743)	(34.945)	(52.621)	(36.854)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(52.171)	(40.661)	(52.171)	(40.661)
Outras despesas de provisões operacionais	(234)	(5.272)	(8.055)	(6.321)
Bônus de adimplência	(4.581)	(10.263)	(4.581)	(10.263)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	--	(15.050)	--	(15.050)
Outras	(177.305)	(165.174)	(179.201)	(174.271)
Total	(2.944.591)	(2.204.873)	(3.099.173)	(2.369.239)

(1) No 1º Trimestre/2021, houve perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 959.194 mil, relativa aos ativos intangíveis (Nota 16).

28 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Benefícios de curto prazo	12.201	19.779
Honorários e encargos sociais	7.511	7.460
Diretoria Executiva	7.422	7.367
Conselho de Administração	89	93
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	3.919	11.330
Outros ⁽¹⁾	771	989
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	183	498
Remuneração baseada em ações	5.719	10.800
Total	18.103	31.077

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A; e
- ix. contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em *data center*, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia.

Para o 1º Trimestre/2021, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 457.193 mil (de até R\$ 4.100.200 mil no Exercício/2020).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Trimestre/2021, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 1.484 mil (R\$ 77.159 mil no 1º Trimestre/2020).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	1.285.834	1.923.912

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	31.03.2021					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Joint ventures e coligadas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	85.613.897	936.644	--	3.130.815	89.681.356
Títulos e valores mobiliários	--	1.284.803	213.141	--	602.507	2.100.451
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	570	5.827.741	7.160	13.392.472	19.227.943
Valores a receber de ligadas	--	50.733	233.821	--	9.402	293.956
Outros ativos ⁽⁷⁾	1.829.343	401.223	14.464	--	287.556	2.532.586
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	5.653	--	1.084.553	1.090.206
Passivos						
Depósitos à vista	1.844.024	250.242	83.088	1.252	450.054	2.628.660
Depósitos de poupança	1.403	--	--	389	242.381	244.173
Depósitos a prazo	4.546.963	981.874	694.299	195	15.658.816	21.882.147
Captações no mercado aberto	43.720	14.638.054	33.976	--	3.391.142	18.106.892
Obrigações por empréstimos e repasses	173.809	82.271.549	--	--	56.512.519	138.957.877
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.135.014	4.053.233	9.569.256	19.440	1.467.077	24.244.020
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.234.700	5.009.710	--	199.349	6.443.759
1º Trimestre/2021						
Receitas da intermediação financeira	382.708	1.116.104	72.516	164	173.773	1.745.265
Receitas de prestação de serviços	30.384	11.338	151.235	--	176.836	369.793
Outras receitas ⁽¹¹⁾	4.323	99.324	103.982	--	1.068	208.697
Despesas da intermediação financeira	(90.250)	(1.198.585)	(4.309)	(94)	(796.051)	(2.089.289)
Outras despesas	(193.455)	(274.758)	(178.025)	--	(177.361)	(823.599)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.f.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 192 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 17 mil no 1º Trimestre/2021.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 177.295 mil no 1º Trimestre/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2020					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Joint ventures e coligadas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	76.983.784	1.946.378	--	2.634.986	81.565.148
Títulos e valores mobiliários	--	2.020.660	274.075	--	458.987	2.753.722
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	--	5.583.083	5.209	14.713.767	20.302.059
Valores a receber de ligadas	--	55.014	258.956	--	9.414	323.384
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.728.800	399.637	22.136	--	256.186	3.406.759
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	6.921	--	1.262.402	1.269.323
Passivos						
Depósitos à vista	1.583.502	202.235	102.571	1.976	373.096	2.263.380
Depósitos de poupança	1.761	--	--	415	238.703	240.879
Depósitos a prazo	4.474.338	1.081.785	680.598	205	12.942.576	19.179.502
Captações no mercado aberto	43.510	15.327.267	1.041.700	--	1.542.650	17.955.127
Obrigações por empréstimos e repasses	172.995	73.752.434	--	--	58.158.330	132.083.759
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.678.002	4.475.259	10.831.065	19.532	1.445.724	26.449.582
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.025.826	5.010.636	--	716.003	6.752.465
	1º Trimestre/2020					
Receitas da intermediação financeira	511.768	1.382.220	92.567	147	250.090	2.236.792
Receitas de prestação de serviços	9.573	9.177	87.912	--	80.888	187.550
Outras receitas ⁽¹¹⁾	2.042	124.547	115.100	--	2.910	244.599
Despesas da intermediação financeira	(84.239)	(1.474.401)	(5.140)	(143)	(875.386)	(2.439.309)
Outras despesas	(194.698)	(264.467)	(152.028)	--	(234.861)	(846.054)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.f.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 175 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 1.137 mil no 1º Trimestre/2020.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, geradores de energia elétrica, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 214.546 mil no 1º Trimestre/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	31.03.2021				
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	936.644	--	3.130.815	4.067.459
Títulos e valores mobiliários	--	3.670.206	--	627.477	4.297.683
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	5.827.741	7.160	13.392.472	19.227.373
Valores a receber de ligadas	--	247.450	--	12.231	259.681
Outros ativos ⁽⁶⁾	1.829.343	156.428	--	303.684	2.289.455
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	5.653	--	1.084.553	1.090.206
Passivos					
Depósitos à vista	1.844.024	83.088	1.252	450.054	2.378.418
Depósitos de poupança	1.403	--	389	242.381	244.173
Depósitos a prazo	4.688.045	694.299	195	15.658.816	21.041.355
Captações no mercado aberto	43.720	33.976	--	3.391.142	3.468.838
Obrigações por empréstimos e repasses	173.809	--	--	56.512.519	56.686.328
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.035.016	12.067.806	19.440	1.467.102	14.589.364
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.009.710	--	199.349	5.209.059
	1º Trimestre/2021				
Receitas da intermediação financeira	382.708	90.619	164	175.432	648.923
Receitas de prestação de serviços	32.529	1.243.895	--	185.199	1.461.623
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	4.323	166.064	--	1.068	171.455
Despesas da intermediação financeira	(45.379)	(4.309)	(94)	(796.051)	(845.833)
Outras despesas	(193.455)	(178.027)	--	(177.804)	(549.286)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 192 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 17 mil no 1º Trimestre/2021.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 83.085 mil no 1º Trimestre/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	31.12.2020				
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.946.378	--	2.634.986	4.581.364
Títulos e valores mobiliários	--	3.487.007	--	493.943	3.980.950
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	5.583.083	5.209	14.713.767	20.302.059
Valores a receber de ligadas	--	277.291	--	12.296	289.587
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.728.800	181.946	--	274.148	3.184.894
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	6.921	--	1.262.402	1.269.323
Passivos					
Depósitos à vista	1.583.502	102.571	1.976	373.096	2.061.145
Depósitos de poupança	1.761	--	415	238.703	240.879
Depósitos a prazo	4.571.230	680.598	205	12.942.576	18.194.609
Captações no mercado aberto	43.510	1.041.700	--	1.542.650	2.627.860
Obrigações por empréstimos e repasses	172.995	--	--	58.158.330	58.331.325
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.578.002	13.319.585	19.532	1.445.773	16.362.892
Garantias prestadas e outras obrigações ⁽⁹⁾	--	5.010.636	--	716.003	5.726.639
	1º Trimestre/2020				
Receitas da intermediação financeira	511.768	130.043	147	242.257	884.215
Receitas de prestação de serviços	9.689	1.064.305	6	93.532	1.167.532
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	2.042	211.533	--	2.910	216.485
Despesas da intermediação financeira	(62.772)	(5.140)	(143)	(875.386)	(943.441)
Outras despesas	(194.698)	(152.028)	--	(235.176)	(581.902)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 175 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 1.137 mil no 1º Trimestre/2020.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, geradores de energia elétrica, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 100.969 mil no 1º Trimestre/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.03.2021			31.12.2020		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	90.950	121.036	211.986	94.026	119.972	213.998
Plano de Benefícios 1 - Previ	5.228	100.813	106.041	6.722	99.812	106.534
Plano Previ Futuro	74.032	2.399	76.431	74.760	2.344	77.104
Plano Informal	--	2.480	2.480	--	2.480	2.480
Outros Planos	11.690	15.344	27.034	12.544	15.336	27.880
Planos de Assistência Médica	91.565	107.877	199.442	94.704	106.104	200.808
Cassi	81.498	101.734	183.232	84.523	99.885	184.408
Outros Planos	10.067	6.143	16.210	10.181	6.219	16.400

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Planos de Aposentadoria e Pensão	414.590	408.220
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	140.102	137.227
Plano Previ Futuro	181.913	177.236
Plano Informal	31.916	32.286
Outros Planos	60.659	61.471
Planos de Assistência Médica	429.014	1.268.683
Cassi ⁽²⁾	388.969	1.222.554
Outros Planos	40.045	46.129
Total	843.604	1.676.903

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No 1º Trimestre/2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes, bem como a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI) (Nota 32.g).

Em 31.12.2020, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 863.649 mil para os próximos 6 meses e R\$ 1.843.230 mil para os próximos 12 meses.

Valores Reconhecidos no Resultado

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Planos de Aposentadoria e Pensão	(159.757)	(443.049)
Plano de Benefícios 1 - Previ	88.774	(180.184)
Plano Previ Futuro	(181.913)	(177.236)
Plano Informal	(21.889)	(33.677)
Outros Planos	(44.729)	(51.952)
Planos de Assistência Médica	(507.730)	(893.025)
Cassi	(460.572)	(846.930)
Outros Planos	(47.158)	(46.095)
Total	(667.487)	(1.336.074)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2020 e 31.12.2019, exceto quando indicado de outra forma.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2020	Exerc/2019
Saldo inicial	(211.164.640)	(172.028.674)	(1.100.658)	(940.374)	(13.234.231)	(9.394.601)	(11.833.607)	(9.719.429)
Custo de juros	(14.289.666)	(15.808.281)	(68.305)	(80.681)	(907.097)	(954.302)	(813.178)	(901.862)
Custo do serviço corrente	(275.589)	(332.022)	--	--	(94.355)	(92.546)	(9.911)	(16.776)
Custo do serviço passado	--	--	(37.482)	(26.175)	(56.700)	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	13.117.049	12.572.211	150.481	157.629	763.559	745.828	725.222	701.391
Reduções/liquidações ⁽¹⁾	--	--	--	--	450.920	--	--	--
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	15.430.951	(35.567.874)	(2.882)	(211.057)	718.451	(3.538.610)	519.513	(1.896.931)
Ajuste de experiência	(3.704.965)	(3.586.618)	(36.898)	(98.337)	(499.419)	(1.258.362)	(265.968)	98.144
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	1.089	(48.938)	(258.911)
Alterações premissas financeiras	19.135.916	(31.981.256)	34.016	(112.720)	1.217.870	(2.281.337)	834.419	(1.736.164)
Saldo final	(197.181.895)	(211.164.640)	(1.058.846)	(1.100.658)	(12.359.453)	(13.234.231)	(11.411.961)	(11.833.607)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(197.181.895)	(194.700.370)	--	--	(80.750)	(161.500)	(7.922.125)	(7.416.701)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(16.464.270)	(1.058.846)	(1.100.658)	(12.278.703)	(13.072.731)	(3.489.836)	(4.416.906)

(1) Liquidação da obrigação contratual do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2020	Exerc/2019	Exerc/2020	Exerc/2019
Saldo inicial	194.700.370	179.197.455	--	--	161.500	242.250	7.416.701	6.045.154
Receita de juros	13.237.239	15.909.119	--	--	--	--	529.344	559.710
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	(80.750)	(80.750)	--	--
Contribuições recebidas	1.209.842	1.413.748	150.480	157.629	763.559	745.828	398.249	350.595
Participantes	587.996	580.991	--	--	--	--	152.858	128.259
Empregador ⁽³⁾	621.846	832.757	150.480	157.629	763.559	745.828	245.391	222.336
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(13.117.049)	(12.572.211)	(150.480)	(157.629)	(763.559)	(745.828)	(725.221)	(701.391)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	12.876.019	10.752.259	--	--	--	--	303.052	1.162.633
Saldo final	208.906.421	194.700.370	--	--	80.750	161.500	7.922.125	7.416.701

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de Natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 33.850 mil (R\$ 251.766 mil no Exercício/2019), referente ao Contrato 97 e Grupo Especial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31.03.2021, foram realizadas avaliações intermediárias nos valores dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
1) Valor justo dos ativos do plano ⁽¹⁾	208.906.421	208.906.421	--	--	80.750	80.750	7.922.125	7.922.125
2) Valor presente das obrigações atuariais ⁽¹⁾	(197.181.895)	(197.181.895)	(1.058.846)	(1.058.846)	(12.359.453)	(12.359.453)	(11.411.961)	(11.411.961)
3) Superávit/(déficit) (1+2) ⁽¹⁾	11.724.526	11.724.526	(1.058.846)	(1.058.846)	(12.278.703)	(12.278.703)	(3.489.836)	(3.489.836)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora ⁽¹⁾	5.862.263	5.862.263	(1.058.846)	(1.058.846)	(12.278.703)	(12.278.703)	(2.477.735)	(2.477.735)
5) Remensuração atuarial intermediária ⁽²⁾	16.700.281	--	95.611	--	2.343.087	--	703.152	--
6) Valores reconhecidos no resultado	88.774	--	(21.889)	--	(254.286)	--	(45.586)	--
7) Valores recebidos dos fundos (Nota 29.f)	140.102	--	--	--	--	--	--	--
8) Benefícios pagos	--	--	31.916	--	182.683	--	54.405	--
9) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7+8) ⁽³⁾	22.791.420	5.862.263	(953.208)	(1.058.846)	(10.007.219)	(12.278.703)	(1.765.764)	(2.477.735)
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações acima								
Valor justo dos ativos do plano	208.660.772	--	--	--	80.750	--	7.995.113	--
Valor presente das obrigações atuariais	(163.077.932)	--	(953.208)	--	(10.087.969)	--	(10.772.978)	--
Superávit/(déficit)	45.582.840	--	(953.208)	--	(10.007.219)	--	(2.777.865)	--
Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽³⁾	22.791.420	--	(953.208)	--	(10.007.219)	--	(1.765.764)	--

(1) Em 31.03.2021, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 31.12.2020, antes da remensuração intermediária.

(2) Em 31.03.2021, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 29 d.8).

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Custo do serviço corrente	(26.732)	(40.076)	--	--	(26.062)	(21.936)	(1.028)	(1.398)
Custo dos juros	(1.794.382)	(1.793.026)	(17.015)	(17.102)	(228.224)	(225.690)	(117.546)	(113.457)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	1.909.888	1.652.918	--	--	--	--	72.988	63.754
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(4.874)	(16.575)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(206.286)	(599.304)	(46.301)	(46.946)
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	88.774	(180.184)	(21.889)	(33.677)	(460.572)	(846.930)	(91.887)	(98.047)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(9.715.783)	(17.490.891)	(227.609)	(226.025)	(2.813.815)	(3.208.963)	(1.007.952)	(1.236.627)
Ajustes de avaliação patrimonial	16.700.281	14.136.560	95.611	(2.880)	2.343.087	718.451	703.152	417.576
Efeitos fiscais	(7.725.521)	(6.361.452)	(43.025)	1.296	(1.054.389)	(323.303)	(316.419)	(188.901)
Saldo final	(741.023)	(9.715.783)	(175.023)	(227.609)	(1.525.117)	(2.813.815)	(621.219)	(1.007.952)

(1) Em 31.03.2021, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido – Posição em 31.12.2020

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	11,25	13.992.354	13.862.449	13.716.113	300.061.736	341.632.652
Plano Informal (Previ)	6,33	156.241	138.824	123.004	930.110	1.348.179
Plano de Associados (Cassi)	12,23	880.982	872.738	866.102	22.049.835	24.669.657
Regulamento Geral (Econumus)	10,96	576.163	575.944	576.177	12.761.118	14.489.402
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	13,42	2.991	3.133	3.272	136.632	146.028
Plus I e II (Econumus)	14,08	44.323	45.682	46.974	1.802.804	1.939.783
Grupo B' (Econumus)	9,95	20.280	20.121	19.942	372.221	432.564
Prevmais (Econumus)	15,08	15.377	16.200	16.947	790.563	839.087
Multifuturo I (Fusesc)	16,83	7.146	7.290	7.451	446.444	468.331
Plano I (Fusesc)	9,25	46.066	45.281	44.427	705.800	841.574
Plano BEP (Prevbep)	11,18	5.961	6.157	6.363	143.403	161.884

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos, antes da avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Renda fixa	95.762.703	84.655.721	6.431.346	5.791.610
Renda variável ⁽¹⁾	95.240.437	92.404.796	719.745	821.833
Investimentos imobiliários	11.239.165	10.747.460	312.911	331.681
Empréstimos e financiamentos	5.368.895	5.548.961	172.841	167.758
Outros ⁽²⁾	1.295.221	1.343.432	366.032	465.319
Total	208.906.421	194.700.370	8.002.875	7.578.201
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7.510.061	9.371.430	30.554	33.563
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	82.975	90.463	38.701	39.967

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 41.919.306 mil (R\$ 42.137.086 mil em 31.12.2019), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, inclui o valor de R\$ 80.750 mil (R\$ 161.500 mil em 31.12.2019) referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Taxa de inflação (a.a.)	3,31 %	3,54 %	3,36 %	3,56 %	3,31 %	3,53 %	3,29 %	3,53 %
Taxa real de desconto (a.a.) ⁽¹⁾	4,24 %	3,48 %	3,58 %	3,17 %	4,33 %	3,50 %	4,25 %	3,49 %
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	7,69 %	7,14 %	--	--	--	--	7,69 %	7,15 %
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93 %	0,93 %	--	--	--	--	0,92 %	0,92 %
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) Em 31.03.2021, as taxas reais de desconto (a.a.) utilizadas na atualização intermediária dos planos foram de: Plano 1 – Previ 6,36 %, Plano Informal – Previ 5,78 %, Plano de Associados – Cassi 6,42 % e Outros Planos 6,35 %.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição em 31.12.2020

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.) ⁽¹⁾	4,24%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de mercado	Valor Ajustado ⁽²⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) Em 31.03.2021, a taxa real de desconto (a.a.) utilizada pelo Banco na atualização intermediária foi de 6,36%.

(2) A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês. O Banco utiliza a cotação do fechamento da ação da Vale no último dia do mês da data base da avaliação atuarial.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.03.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020	31.03.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020	31.03.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020
Valor apurado – Previ ⁽²⁾	203.775.851	185.396.375	(187.656.729)	(171.558.201)	16.119.122	13.838.174
Incorporação dos valores do contrato 97 ⁽²⁾	--	12.531.309	--	(12.531.309)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial ⁽²⁾	--	1.070.509	--	(1.070.509)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽³⁾	4.884.921	9.908.228	--	--	4.884.921	9.908.228
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	24.578.797	(12.021.876)	24.578.797	(12.021.876)
Valor apurado – Banco	208.660.772	208.906.421	(163.077.932)	(197.181.895)	45.582.840	11.724.526

(1) Em 31.03.2021, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, devido aos impactos da Covid-19.

(2) A partir do exercício/2021, os valores do contrato 97 e Grupo Especial estão incluídos no Valor apurado – Previ, em atendimento à Instrução Previc n.º 31/2020, tornando-se desnecessária a aplicação desses ajustes pelo Banco.

(3) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2020.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(5.175.216)	5.428.181	3.700.449	(3.731.269)	51.246	(50.900)
Plano Informal (Previ)	(15.809)	16.316	37.276	(36.408)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(318.026)	334.380	187.984	(188.059)	1.238	(1.207)
Regulamento Geral (Economus)	(223.364)	233.320	179.633	(183.327)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(2.420)	2.444	(1.456)	1.572	--	--
Plus I e II (Economus)	(37.987)	40.426	43.486	(41.789)	--	--
Grupo B' (Economus)	(6.213)	6.598	7.065	(7.197)	--	--
Prevmias (Economus)	(11.282)	11.890	2.259	(2.136)	1.805	(1.776)
Multifuturo I (Fusesc)	(6.931)	6.017	1.333	(1.383)	2.883	(2.752)
Plano I (Fusesc)	(12.037)	12.517	13.719	(13.769)	3	(3)
Plano BEP (Prevbep)	(2.514)	2.635	1.731	(1.756)	30	(30)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.03.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020	31.03.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020
Plano 1 (Previ)	22.791.420	5.862.263	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(953.208)	(1.058.846)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.007.219)	(12.278.703)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(649.281)	(1.364.974)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(3.114)	(3.578)
Plus I e II (Economus)	--	--	(1.060.008)	(1.052.895)
Grupo B' (Economus)	--	--	(275.126)	(274.683)
Prevmais (Economus)	70.926	69.947	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	68.843	67.904	--	--
Plano I (Fusesc)	64.810	63.645	--	--
Plano BEP (Prevbep)	17.186	16.899	--	--
Total	23.013.185	6.080.658	(12.947.956)	(16.033.679)

(1) Em 31.03.2021, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, devido aos impactos da Covid-19.

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Fundo de Utilização ⁽¹⁾		
Saldo inicial	9.912.387	9.572.386
Contribuição ao Plano 1	(140.102)	(137.227)
Atualização	310.222	163.059
Saldo final	10.082.507	9.598.218

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75 % a.a.).

30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Contágio;
- p) Risco de Conformidade (Compliance); e
- q) Risco de Conduta.
- r) Risco de Fornecedor

Os riscos Residual, de Concentração e de Fronteira constam na Taxonomia de Riscos do BB, porém com definição de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas, bem como pela aprovação das diretrizes a elas relacionadas.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.03.2021		31.12.2020		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativos								
Disponibilidades	31.283.938	31.283.938	16.784.560	16.784.560	--	--	--	--
Depósitos compulsórios em bancos centrais	62.750.084	62.750.084	60.308.542	60.308.542	--	--	--	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez	569.511.569	569.511.575	510.645.791	510.645.484	6	(307)	6	(307)
Títulos e valores mobiliários	284.606.083	283.695.040	294.912.849	293.835.221	(2.688.017)	312.682	(911.043)	(1.077.628)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 10.a)					(1.776.974)	1.390.310	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 10.a)					(911.043)	(1.077.628)	(911.043)	(1.077.628)
Instrumentos financeiros derivativos	3.384.106	3.384.106	3.527.336	3.527.336	--	--	--	--
Carteira de crédito	696.991.961	754.681.195	681.776.452	709.622.236	57.689.234	27.845.784	57.689.234	27.845.784
Outros ativos financeiros	103.044.211	103.044.211	96.465.178	96.465.178	--	--	--	--
Passivos								
Recursos de clientes	619.799.992	619.891.762	601.984.265	601.882.881	(91.770)	101.384	(91.770)	101.384
Recursos de instituições financeiras	676.340.685	677.212.334	603.552.262	604.917.932	(871.649)	(1.365.670)	(871.649)	(1.365.670)
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	201.079.127	201.079.127	203.192.140	203.192.140	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.024.880	3.024.880	3.049.843	3.049.843	--	--	--	--
Outros passivos financeiros	103.348.813	103.348.813	108.424.340	108.424.340	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					54.037.804	26.893.873	55.814.778	25.503.563

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e valores mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de crédito: Para as operações pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Depósitos interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outras obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais instrumentos financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	Saldo em 31.03.2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	266.730.617	226.429.501	37.833.429	2.467.687
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.286.625	--	3.286.625	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	11.698.753	10.619.985	1.078.153	615
Instrumentos financeiros derivativos	3.384.106	--	3.080.248	303.858
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	248.361.133	215.809.516	30.388.403	2.163.214
Passivos	(5.585.802)	--	(4.043.996)	(1.541.806)
Captação com hedge	(2.560.922)	--	(2.560.922)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.024.880)	--	(1.483.074)	(1.541.806)

	Saldo em 31.12.2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	279.631.704	242.939.698	32.369.841	4.322.165
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.115.079	--	3.115.079	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	17.774.838	16.517.985	1.255.818	1.035
Instrumentos financeiros derivativos	3.527.336	--	1.302.466	2.224.870
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	255.214.451	226.421.713	26.696.478	2.096.260
Passivos	(5.737.058)	--	(4.243.923)	(1.493.135)
Captação com hedge	(2.687.215)	--	(2.687.215)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.049.843)	--	(1.556.708)	(1.493.135)

Análise de sensibilidade

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 5,45 e aumento da taxa Selic em 4,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2021.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.03.2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(42.123)	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	82	Aumento	(49)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(19.733)	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(39.727)	Aumento	10.401

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(51.868)	Aumento	(14.845)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(5)	Aumento	(10)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(12.137)	Aumento	(3.631)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(228.811)	Redução	(130.805)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(99.713)	Aumento	(29.352)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(10)	Aumento	(21)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(23.471)	Aumento	(7.092)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(457.621)	Redução	(261.609)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.993.433)	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	6.013.452	Manutenção	--
Cupom de TBF		Aumento	2.629	Aumento	874
Cupom de TJLP		Aumento	1.364.326	Aumento	173.053
Cupom de TMS e CDI		Redução	942.188	Aumento	(304.611)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(55.932)	Manutenção	--
Cupom de INPC		Aumento	(246.280)	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Aumento	(24.117)	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	1.134.122	Aumento	1.118.634
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(308.752)	Aumento	113.302

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(12.974.233)	Aumento	(10.330.984)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(7.841.280)	Redução	(6.960.855)
Cupom de TBF		Redução	(298)	Redução	(153)
Cupom de TJLP		Redução	(328.058)	Redução	(384.922)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(104.261)	Redução	(31.616)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(26.001)	Aumento	(34.437)
Cupom de INPC		Aumento	(86.953)	Aumento	(154.100)
Cupom de IPCA		Aumento	(21.132)	Aumento	(31.942)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(745.268)	Redução	(379.024)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.778.257)	Redução	(1.424.966)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(24.908.093)	Aumento	(19.949.072)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(16.141.859)	Redução	(14.204.528)
Cupom de TBF		Redução	(597)	Redução	(307)
Cupom de TJLP		Redução	(667.308)	Redução	(784.332)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(208.377)	Redução	(63.269)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(51.591)	Aumento	(68.208)
Cupom de INPC		Aumento	(172.599)	Aumento	(304.213)
Cupom de IPCA		Aumento	(40.768)	Aumento	(62.398)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.509.683)	Redução	(764.112)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(3.556.513)	Redução	(2.849.932)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 11.a.5. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.03.2021, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico.

b) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD), do Plano de Negócios dos Mercados, do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN I Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

¹ nível de capital desejado pela Instituição

² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação do estado de capital do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I) e do Índice de Basileia Prudencial (IBP) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846, de 13.09.2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental; e

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.03.2021	31.12.2020
PR - Patrimônio de Referência	161.783.326	161.924.480
Nível I	137.275.363	132.247.506
Capital Principal (CP)	106.652.375	104.315.243
Patrimônio Líquido	127.903.192	116.940.782
Instrumento elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(29.350.817)	(20.725.539)
Capital Complementar	30.622.988	27.932.263
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	30.622.988	27.932.263
Nível II	24.507.963	29.676.974
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	24.507.963	29.676.974
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	195.245	186.926
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	24.312.718	29.490.048
Recursos captados do FCO ⁽¹⁾	23.469.518	26.403.208
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽²⁾	843.200	3.086.840
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	827.163.353	766.064.658
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	706.343.484	677.256.134
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	17.042.082	21.125.396
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	103.777.787	67.683.128
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	66.173.068	61.285.173
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ⁽⁴⁾	95.610.258	100.639.307
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ⁽⁴⁾	16,60 %	17,26 %
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁴⁾	12,89 %	13,62 %
Índice de Basileia (PR/RWA) ⁽⁴⁾	19,56 %	21,14 %

(1) Em cumprimento ao disposto no artigo 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 80% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(2) Em 31.03.2021, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.03.2021	31.12.2020
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(14.431.215)	(4.588.635)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(5.859.393)	(6.702.085)
Ativos intangíveis	(4.968.821)	(6.211.770)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(2.199.973)	(1.609.596)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽²⁾	(1.618.501)	(1.375.048)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(142.218)	(112.462)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(63.580)	(56.518)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(33.911)	(35.026)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(33.205)	(34.399)
Total	(29.350.817)	(20.725.539)

(1) Aplica-se o disposto no §13º, artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

(2) Refere-se a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

d) Índice de imobilização e Margem

	31.03.2021	31.12.2020
Índice de imobilização	14,64 %	14,12 %
Margem em relação ao limite de imobilização	57.207.145	58.099.596

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A Resolução CMN n.º 4.783/2020 reduziu, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN n.º 4.193/2013. Entre 1º de abril de 2020 e 31 de março de 2021, aplica-se 1,25% ao RWA na apuração do ACP Conservação. Essa redução impactou a exigência mínima regulatória, conforme quadro a seguir:

	Regulatório	31.03.2021
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	6,75 %	12,89 %
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	8,25 %	16,60 %
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	10,25 %	19,56 %
Índice de imobilização	Até 50 %	14,64 %

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31.03.2021, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período. Seguindo a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, a meta para 2022 é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c, 19.d e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas emitidas até a presente data, não há possibilidade de recompra ou resgate, total ou parcial, pelo detentor do título e os fluxos de caixa esperados ocorrerão apenas no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais. Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029, ainda pendente de análise e deliberação pelos órgãos competentes.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere, de provisão e de remuneração na operacionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

31 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados “Itens não recorrentes”, com o respectivo efeito tributário e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Planos econômicos: Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

Provisão extraordinária para demandas contingentes: Provisão extraordinária com demandas contingentes.

Programas de Desligamento – PAQ e PDE: Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros – PAQ e do Programa de Desligamento Extraordinário – PDE, conforme Comunicado ao Mercado de 08.02.2021.

a) Desdobramento do Lucro Líquido do período em itens não recorrentes e resultado recorrente

	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Lucro Líquido ⁽¹⁾	4.225.907	3.204.681
Itens Não Recorrentes	(687.021)	(190.667)
Planos econômicos	(531.591)	(350.095)
Programas de Desligamento – PAQ e PDE	(794.829)	--
Provisão extraordinária para demandas contingentes	--	1.119
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes	639.399	158.309
Resultado Recorrente	4.912.928	3.395.348

(1) Lucro líquido constante na Demonstração do Resultado Consolidado. A conciliação do lucro líquido do BB Banco Múltiplo com o BB Consolidado está evidenciada na Nota 23.h.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Administração de fundos de investimentos**

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Patrimônio Administrado	1.011	983	1.215.969.076	1.177.122.743
Fundos de investimentos	1.004	976	1.193.685.075	1.155.405.598
Carteiras administradas	7	7	22.284.001	21.717.145

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo				
Grupo BB	99.345.009	88.879.047	97.013.363	86.875.056
Terceiros	88.060.372	90.324.300	120.668.025	119.676.281
TOTAL DO ATIVO	187.405.381	179.203.347	217.681.388	206.551.337
Passivo				
Grupo BB	34.519.784	34.011.374	33.580.472	32.888.815
Terceiros	140.339.331	132.238.117	165.339.906	155.089.538
Patrimônio Líquido	12.546.266	12.953.856	18.761.010	18.572.984
Atribuível à controladora	12.546.266	12.953.856	18.215.014	18.099.853
Participação dos não controladores	--	--	545.996	473.131
TOTAL DO PASSIVO	187.405.381	179.203.347	217.681.388	206.551.337

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Lucro Líquido	(337)	722.835	368.918	961.191
Atribuível à controladora	(337)	722.835	296.837	908.542
Participações dos não controladores	--	--	72.081	52.649

c) Recursos de consórcios

	31.03.2021	31.12.2020
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	573.392	536.685
Obrigações do grupo por contribuições	24.344.267	23.225.234
Consortiados - bens a contemplar	22.448.261	21.351.283
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	224	218
Quantidade de consorciados ativos	1.134.229	1.115.774
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	97.269	86.616
	1º Trimestre/2021	1º Trimestre/2020
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	45.308	25.275

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	1º Trimestre/2021		1º Trimestre/2020	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	216	10.706	219	10.677
Outros órgãos/entidades	2	167	2	211
Entidades controladas e coligadas	3	755	3	549
Sem ônus para o Banco⁽²⁾				
Governos Federal, Estadual e Municipal	158	--	171	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	526	--	543	--
Entidades dos funcionários	68	--	78	--
Entidades controladas e coligadas	566	--	582	--
Total	1.539	11.628	1.598	11.437

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 1º Trimestre/2021, o Banco foi ressarcido em R\$ 128.686 mil (R\$ 111.140 mil no 1º Trimestre/2020), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados e dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.03.2021	31.12.2020
Menor salário	3.022,37	3.022,37
Maior salário	50.569,51	50.569,51
Salário médio	8.373,47	8.379,41
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.914,84	5.914,84
Conselho de Administração	5.914,84	5.914,84
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.03.2021

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.170.028	4.372
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	105.260	306
Demais	1.300	1
Total	1.276.588	4.679

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

g) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no Exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal.

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM n.º 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012.

Em 15.06.2020, a ANS publicou a Resolução Operacional n.º 2.556, anunciando o encerramento do regime especial de direção fiscal na CASSI. A decisão atesta que a CASSI regularizou todos os indicadores econômico-financeiros que levaram à instauração da direção em julho de 2019 e cumpre as projeções que compõem o Programa de Saneamento, apresentado à ANS em dezembro do mesmo ano.

h) BB Seguridade - Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em 30.04.2020, o Banco recebeu, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactou o resultado do Banco do Brasil.

i) Cessão de carteira de crédito

Em 01.07.2020, o Banco realizou cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizado e Exclusivo (FIDC-NP), administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

A carteira cedida possuía valor contábil de R\$ 2,9 bilhões e o impacto financeiro da transação foi de R\$ 371 milhões, antes dos impostos, contabilizados no resultado do 3º Trimestre/2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Opção de recompra total de título de dívida perpétuo

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5 %), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100 % do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até aquela data, totalizando R\$ 4,953 bilhões (Nota 19.d).

A operação de recompra foi realizada com recursos provenientes do caixa do Banco e não trouxe impactos relevantes para os níveis de liquidez e de capital da instituição.

k) Revisão e redimensionamento da estrutura organizacional e desligamento incentivado

Conforme divulgado no Fato Relevante ao mercado em 11.01.2021, o Banco aprovou um conjunto de medidas relacionadas à revisão e ao redimensionamento de sua estrutura organizacional, em linha com os objetivos estratégicos de centralidade no cliente e incremento da eficiência operacional.

A implementação plena das medidas deverá ocorrer durante o primeiro semestre de 2021 proporcionando ganhos de eficiência e otimização em 870 pontos de atendimento do país, incluindo: i) desativação de unidades; ii) conversão de agências em PA e PA transformados em agências; iii) transformação de unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa, com maior vocação para assessoria e relacionamento; iv) realocação compartilhada de unidades de negócios; e v) criação de Agências Especializadas Agro e Escritórios Leve Digital (unidades de negócio especializadas no atendimento a clientes com maturidade digital).

A reorganização da rede de atendimento objetiva a sua adequação ao novo perfil e comportamento dos clientes e compreende, além das medidas de otimização de estrutura descritas acima, outros movimentos de revisão e redimensionamento nas diretorias, áreas de apoio e rede, privilegiando a especialização do atendimento e a ampliação da oferta de soluções digitais.

Além disso, com as medidas, o Banco expande sua capacidade de assessoramento gerenciado aos clientes, ampliando o relacionamento e os negócios e potencializando a satisfação e a fidelização.

Foram aprovadas ainda, duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas Unidades do banco, e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), disponível a todos os funcionários do Banco que atenderem aos pré-requisitos. Os Programas possuem regulamentos específicos que estabelecem as regras para adesão.

Finalizadas as etapas de manifestação voluntária de interesse por desligamento incentivado, foram validados os desligamentos de 5.533 funcionários no PAQ e no PDE, cujos impactos financeiros foram de R\$ 795 milhões, no 1º Trimestre/2021.

l) Majoração de alíquota de tributo

Em 01.03.2021 foi publicada a medida provisória (MP) n.º 1.034 que altera a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A MP encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e foi prorrogada até 28.06.2021, produzindo efeitos, se convertida em Lei, a partir de 01.07.2021.

A CSLL foi fixada em 25 %, até 31.12.2021 e 20 % a partir de 01.01.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas no inciso I do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001. Ainda, de acordo com a MP a medida entra em vigor no 1º dia do 4º mês subsequente ao de sua publicação.

m) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde o 1º Trimestre/2020, a economia mundial vem sendo impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais no dia 16.07.2020, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- Home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- Férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29 de abril para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- Banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10 % sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro de 2020.
- Demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós-pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pelo Banco:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- Criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- Priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- Atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- Horário especial (das 9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento dos aposentados do INSS e público de maior risco.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.
- Disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- Em linha com nota emitida pela Febraban, em 16.03.2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o Banco disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do Banco. Os clientes também puderam readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do Banco do Brasil.

Sociedade

- Doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- Atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade de suas operações.

Implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos da Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco do Brasil foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

ii) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

iii) Distribuição de lucros

Conforme fato relevante divulgado em 25.01.2021, o Conselho de Administração (CA) aprovou, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.885, de 23.12.2020, que alterou a Resolução CMN n.º 4.820 de 29.05.2020, o percentual de 35,29 % do lucro líquido a ser distribuído referente ao exercício de 2020. O CA também aprovou a revisão de sua Política e estabeleceu o payout de 40 % para o exercício de 2021, via dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

iv) Gerenciamento de riscos e capital

- Capitalização – Suficiência para proteção em um evento de estresse.

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos - Resolução CMN n.º 4.783/2020

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5 % para 1,25 % pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito (Nota 30.c).

Overhedge de investimentos em participações no exterior - Resolução n.º 4.192/2013 (alterada pela Resolução CMN n.º 4.851/2020)

Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de hedge de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais. A medida dará segurança para as instituições financeiras implementarem, ou mesmo para ampliarem, seus planos de concessão de crédito.

- Liquidez – Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras do *Liquidity Coverage Ratio* - Circular Bacen n.º 3.986/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

Crédito, Mercado e Negócios – Estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).

Risco Operacional – Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Reputação - Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.

Risco de crédito - Monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.

v) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

No 1º Trimestre/2021, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável da ordem de R\$ 959 milhões, relativa aos contratos de verba de relacionamento negocial registrados no ativo intangível (Nota 16). Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados e investimentos.

vi) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração na intenção de manter ou negociar títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na categoria de instrumentos financeiros, conforme definido na Circular Bacen n.º 3.068/2001, que inicialmente seriam mantidos até o vencimento e contabilizados ao custo amortizado.

O Banco revisou o valor de mercado dos principais papéis registrados no ativo e identificou a necessidade de contabilização de uma redução ao valor recuperável na ordem de R\$ 505 milhões no 1º Trimestre/2021 (R\$ 350 milhões no 1º Trimestre/2020) para alguns dos instrumentos.

vii) Cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O modelo interno desenvolvido para cumprimento da Resolução CMN n.º 2.682/1999 implica na atribuição de um risco ao cliente, ao grupo econômico a qual este cliente pertença e o risco país em que o cliente conduz seus principais negócios.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

Em março 2020, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN n.º 4.782/2020, estabeleceu por tempo determinado, para fins de gerenciamento de risco de crédito, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para aquelas realizadas até 30 de setembro de 2020.

Em setembro de 2020, foram publicadas a Resolução CMN n.º 4.856/2020, alterando os prazos previstos na Resolução CMN n.º 4.782/2020 para 31 dezembro de 2020, e a Resolução CMN n.º 4.855/2020, estabelecendo os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No 1º Trimestre/2021 não houve movimentação na provisão prudencial (constituição de R\$ 2,1 bilhões no 1º Trimestre/2020).

viii) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

ix) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

No período, foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido, no 1º Trimestre/2021, da ordem de R\$ 10,7 bilhões líquido de tributos (Nota 29.d.5). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais são continuamente monitoradas.

x) Provisão para riscos por demandas contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

xi) Planos de reorganização

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pela Covid-19.

xii) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do sistema financeiro nacional:

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Apoio aos negócios:

Redução da alíquota do IOF cobrado dos tomadores de operações de crédito (Decretos n.º 10.305, 10.414, 10.504, 10.551 e 10.572/2020). Foram reduzidas a zero as alíquotas do IOF incidentes sobre as operações de crédito especificadas nos Decretos, contratadas entre 03.04.2020 e 26.11.2020 e entre 15.12.2020 e 31.12.2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas – Resolução CMN n.º 4.846/2020

O Programa foi instituído pela Lei n.º 14.043, de 19 de agosto de 2020. O valor total do crédito passou para R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões para concessão de garantias a empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e R\$ 17 bilhões a ser injetado pelo governo federal no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para custeio da linha de crédito em questão (PESE). Os recursos continuam sendo 85 % provenientes do BNDES e o restante das instituições financeiras participantes. A medida prevê devolução, ao Governo Federal, de até 50 % dos recursos não repassados pelos bancos a partir de 30 de setembro de 2020. No Exercício/2020, o Banco liberou R\$ 8,0 bilhões pelo programa. A Resolução determinou que as operações para uso dos recursos fossem contratadas até 31.10.2020.

Redução adicional do compulsório – Resolução Bacen n.º 78, de 10.03.2021

A Resolução n.º 78 revogou a Resolução n.º 21, contudo, o BC manteve a redução de 17 % da alíquota até novembro/2021 e determina uma alíquota de 20 % para novembro/2021. A medida mantém a estratégia de aumento da liquidez para a economia. As liberações se somam ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março, decorrentes da redução anterior de 31 % para 25 %.

Repos de títulos soberanos em dólar – Resolução Bacen n.º 76, de 23.02.2021

A Resolução revogou a Circular Bacen n.º 3.990/2020 entre outras. Essa medida tem como propósito revisar, atualizar, simplificar e consolidar os atos normativos, a fim de racionalizar o estoque regulatório. Com isso, o Banco Central parou de fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (repos) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (global bonds) de posse de instituições financeiras nacionais. A medida regula a compra ou venda definitiva de moeda estrangeira nos mercados à vista, com liquidação em data futura e a termo, inclusive com compromisso de revenda conjuntamente com compromisso de recompra, assumido pela contraparte, para liquidação em data preestabelecida, no prazo de até 360 dias.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais – Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100 % privada.

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) – Resolução CMN n.º 4.787/2020

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio.

Empréstimo com lastro em debêntures – Resolução CMN n.º 4.786/2020

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito cooperativo privado durante a crise.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras - Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5 % para 20 %.

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito

O Banco Central está desenvolvendo o arcabouço legal e operacional para conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida dará liquidez e garantirá o normal funcionamento do mercado de crédito no país.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo Banco Central via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED vigorou até 31 de março de 2021.

Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)

Em 16.07.2020, foi publicada a Medida Provisória n.º 992 que dispõe, entre outras finalidades, sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Além disso, prevê a utilização de crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias e o compartilhamento de alienação fiduciária. Em 21.07.2020, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.838, que dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do CGPE. A Medida Provisória teve eficácia até 12.11.2020 e, até a data, o Banco registrou o montante de R\$ 10,2 bilhões em operações do programa.

33 - EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Proposta de devolução do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD)**

Em Comunicado ao Mercado divulgado em 08.04.2021, o Banco informou que apresentou proposta de devolução do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD), no valor de R\$ 8,1 bilhões, com cronograma de sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão, a partir de julho/2022, e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão em julho/2029.

O BB aguarda os trâmites de análise e deliberação pelos órgãos competentes sobre a referida proposta de cronograma de devolução do IHCD.

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2021 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 04 de maio de 2021.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Gustavo de Souza Fosse
Vice-Presidência de Desenvolvimento de
Negócios e Tecnologia

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

Original assinado

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 04 de maio de 2021.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Gustavo de Souza Fosse
Vice-Presidência de Desenvolvimento de
Negócios e Tecnologia

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Fausto de Andrade Ribeiro

VICE-PRESIDENTES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Carlos Motta dos Santos
Carlos Renato Bonetti
Ênio Mathias Ferreira
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Ricardo Fagonde Forni

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aramis Sá de Andrade
Débora Cristina Fonseca
Fausto de Andrade Ribeiro
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Rachel de Oliveira Maia
Waldery Rodrigues Júnior
Walter Eustáquio Ribeiro

DIRETORES

Ana Paula Teixeira de Sousa
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Camilo Buzzi
Carla Nesi
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gerson Eduardo de Oliveira
João Leocir Dal Rosso Frescura
João Vagnes de Moura Silva
José Avelar Matias Lopes
Lucinéia Possar
Luiz Fernando Ferreira Martins
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Márvio Melo Freitas
Mauricio Nogueira
Paula Sayão Carvalho Araujo
Rodrigo Felipe Afonso
Ronaldo Simon Ferreira
Santuza Bretas de Almeida
Thiago Affonso Borsari
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Carlos Alberto Rechelo Neto
Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Rafael Cavalcanti de Araújo
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Adelar Valentim Dias
Contador CRC-DF 022560/O-1
CPF 296.062.179-49

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Projeções Corporativas 2020

O Banco do Brasil S.A. (BB), em conformidade com o §4º do artigo 157, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, comunicou a suspensão de suas projeções empresariais para o exercício de 2020 (Guidance 2020).

A suspensão se deu em razão do ambiente de alta volatilidade e de incerteza decorrentes da pandemia do novo-coronavírus (COVID-19), que exigiu atualizações frequentes de cenários e de premissas, dificultando a construção de estimativas acuradas.

O BB acompanhou a evolução do cenário atual e elaborou as Projeções Corporativas 2021, as quais divulgamos abaixo.

Projeções Corporativas 2021

Tabela 1. Projeções corporativas para 2021

	Projeções 2021	Observado 1T21
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	16,0 a 19,0	4,9
Margem Financeira Bruta - %	2,5 a 6,5	4,0
Carteira de Crédito¹ - %	8,0 a 12,0	5,8
Negócios Varejo² - %	9,0 a 13,0	11,6
Atacado PJ³ - %	7,0 a 11,0	-7,3
Rural - %	7,0 a 11,0	9,2
Receitas de Prestação de Serviços - %	-1,5 a 1,5	-2,7
Despesas Administrativas - %	-1,5 a 1,5	-0,4
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	-17,0 a -14,0	-2,5

1-**Carteira de Crédito**: considera a carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias e não considera crédito a Governo; 2-**Negócios Varejo**: considera carteira Pessoa Física e segmento MPME, com faturamento anual de até R\$ 200 milhões; 3-**Atacado PJ**: considera Grandes Empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e Crédito Agroindustrial.

Desvios das Projeções Corporativas

No 1T21, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Carteira de Crédito**: impactada pelo desempenho da carteira Atacado PJ;
- Carteira Atacado PJ**: performance influenciada pelo comportamento atípico em março/20 (início da pandemia). Desempenho com perspectiva de finalizar o ano dentro do intervalo;
- Receitas de Prestação de Serviços**: desempenho alinhado com a estratégia adotada para o exercício.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes
NOVO MERCADO

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da B3, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/03/2021 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	134.528.314	4,7	--	--	134.528.314	4,7
Outros	1.298.180.164	45,3	--	--	1.298.180.164	45,3
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes
POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.03.2021]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Administradores	182.675	--	--	--	182.675	--
Conselho de Administração	6.363		--	--	6.363	
Diretoria	176.312		--	--	176.312	
Previ	134.528.314	4,7	--	--	134.528.314	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.018.044	0,4	--	--	12.018.044	0,4
Outros	1.285.979.445	44,9	--	--	1.285.979.445	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.420.507.750	49,6	--	--	1.420.507.750	49,6

(1) Inclui 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2020]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Administradores	119.594	--	--	--	119.594	--
Conselho de Administração	4.628		--	--	4.628	
Diretoria	114.966		--	--	114.966	
Previ	134.751.214	4,7	--	--	134.751.214	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.175.335	0,4	--	--	12.175.335	0,4
Outros	1.285.662.335	44,9	--	--	1.285.662.335	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.420.413.540	49,6	--	--	1.420.413.540	49,6

(1) Inclui 31.496 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 5 de maio de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2021 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 04 de maio de 2021.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

Gustavo de Souza Fosse
Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 04 de maio de 2021.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

Gustavo de Souza Fosse
Vice-Presidência de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores